

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Andréia Martins

O ensino religioso nas escolas públicas paulistas: relações
entre Estado, Igreja e Educação (1931 – 1961)

Doutorado em Educação – EHPS

São Paulo
2016

Andréia Martins

O ensino religioso nas escolas públicas paulistas: relações
entre Estado, Igreja e Educação (1931 – 1961)

Doutorado em Educação – EHPS

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Educação, sob a orientação da Professora Doutora Circe Maria Fernandes Bittencourt.

São Paulo

2016

Banca Examinadora

Aos meus meninos, João Gualberto e João Martins, que durante estes quatro anos entenderam minhas ausências, meus silêncios e minha dedicação aos estudos.

Agradecimentos

Não poderia, nesse momento, deixar de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação São Paulo pela concessão de Bolsa de Doutorado, durante o período de 48 meses, o que foi imprescindível para a dedicação e realização da pesquisa que resultou nesta tese.

Agradecimentos

Escrever uma tese de doutorado não é um exercício solitário; várias pessoas estiveram presentes neste caminho não sendo possível escrever sobre todas elas neste momento, pois haveria o risco de esquecer alguém. Sendo assim, inicio agradecendo a todos os meus professores e professoras, desde a educação infantil, a cada colega que atravessou meu caminho ao longo do percurso escolar, cada um de vocês deixaram em mim seus conhecimentos e ajudaram a construir o ser humano, a profissional e a pesquisadora que estou me tornando.

A querida amiga e professora Maurilane de Souza Biccas por toda a amizade e acolhimento dispensados desde minha chegada a São Paulo, por ter me indicado a temática de pesquisa e me auxiliado na elaboração do projeto de doutorado. Muito obrigada pelo carinho, amizade e conselhos tanto na esfera pessoal quanto na profissional.

A Rosiley Teixeira, amiga e companheira, que indica caminhos, sempre me apoiando nas minhas decisões pessoais e profissionais. Apresentou-me a PUC-SP como um espaço de formação que iria ser fundamental na complementação de meus estudos. Obrigada pelas sábias palavras em momentos de insegurança e por estar comigo na qualificação; você me proveu a segurança necessária para seguir em frente. Sua presença em minha vida me presenteou com a querida Elizabeth Fraile.

Lilianne Magalhães e Sandra Caldeira, amigas e irmãs, “me pegaram pela mão”, me auxiliaram na organização da documentação necessária para fazer a inscrição no programa de doutorado da PUC-SP. Acompanham-me há décadas, construindo sonhos, vivências e experiências. Amo compartilhar com vocês a vida, que não é só minha, é nossa. A presença de vocês me presenteou com a renovação da vida nas pessoas do Artur e do Luís.

Meus agradecimentos ao Programa de Estudos, História, Política e Sociedade (EHPS) pela oportunidade de formação. Agradeço aos professores,

Odair Sass e Alda Junqueira Marin, pelas valiosas contribuições nas disciplinas cursadas. A querida Betinha, impossível agradecer por tudo o que você tem me proporcionado ao longo destes quatro anos.

Professora Doutora Circe Bittencourt, estimada orientadora, tão precisa nas orientações, acolhedora intelectualmente e pessoalmente. Obrigada por me apresentar novos referenciais teóricos e por permitir a construção do percurso da pesquisa, tendo paciência por esperar o meu tempo de entendimento. Muito obrigada por tudo.

Professora Doutora Katia Mitsuko Zuquim Braghini e Professor Doutor Paulo Eduardo Dias de Mello, obrigada pelas valiosas contribuições na qualificação, indicando caminhos para a continuidade do trabalho.

As minhas mães, Nair e Zélia, ao meu pai Oseías, e à memória de meu pai Samuel, aos meus irmãos, Marcello, Denise, Fernando, Flávio, Queila, Márcia e Lilian por existirem e me fazerem existir.

Meus agradecimentos a minha vizinha Romélia pelas gostosas comidinhas e o acolhimento sempre tão alegre e festivo, a sua filha Mari que tanto me auxiliou no desenvolvimento dos gráficos, das tabelas e quadros. Mari, obrigada por tudo, você tornou meu caminhar mais leve. Paulinho lindo, obrigada por estar sempre por perto....

Aos amigos do Instituto de Educação Superior - Faculdade Sumaré e da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) por compartilharem conhecimentos, angústias e sonhos na construção de uma educação melhor.

João Gualberto de Sales Neto, obrigada por compartilhar a vida comigo, fazendo dos meus sonhos os seus, cuidando da casa e do nosso filho para que eu estudasse. Fazendo programas de sábado e domingo com ele para deixar a casa silenciosa para que eu pudesse escrever. Acalentando-me e proporcionando-me conforto em minhas angústias. Em você encontrei a sorte de um amor tranquilo.

João Martins de Sales, meu amor, minha alegria, meu porto seguro nesta vida, obrigada meu filho por existir e tornar meus dias mais leve, TE AMO para toda a vida!!!

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo compreender e analisar como a Igreja Católica se articulou no Estado de São Paulo para a implementação do ensino religioso nos currículos das escolas públicas primárias no período de 1931 a 1961. As questões que nos propomos a analisar partem das seguintes problemáticas: quais foram as estratégias da Igreja Católica para colocar a disciplina “Ensino Religioso” via decreto em 1931 e estabelecê-lo na constituição de 1934? A partir de então, quais foram as práticas da Igreja para instituir, manter e supervisionar a disciplina nas escolas públicas primárias no Estado de São Paulo? Quem eram os professores que ministravam o ensino religioso dentro das escolas públicas primárias em São Paulo e quais conteúdos e métodos de ensino foram aplicados no ensino desta disciplina escolar? Partimos da hipótese de que a Igreja Católica Apostólica Romana utilizou de sua forte influência política junto às classes dominantes e do conturbado momento político que representou a chegada de Getúlio Vargas ao poder, para se colocar como a instituição que iria realizar a formação moral da população, propiciando uma nova ordem social. Getúlio Vargas, objetivando o apoio da Igreja, ao criar o ministério da educação e saúde, convidou Francisco Campos, um mineiro, antiliberal e católico, árduo defensor do ensino religioso dentro das escolas públicas, para ser o primeiro ministro da educação no Brasil. O interesse da Igreja Católica em inserir o ensino religioso nas escolas públicas primárias era devido a esta modalidade de ensino ter passado a ser obrigatória para a população e a escola ser este um espaço importante para poder ampliar seu número de fiéis e manter a sua hegemonia no Brasil. A fim de que a Cúria Metropolitana de São Paulo efetivasse o Ensino Religioso dentro das escolas públicas, ela utilizou de suas experiências acumuladas nas escolas populares, pois não tinha prática na educação da população pobre, historicamente sempre cuidou da educação da elite, sobretudo no ensino secundário. Para a realização da pesquisa foram utilizadas fontes documentais produzidas pela Cúria Metropolitana, reportagens de jornais revistas e manuais de ensino. A leitura dos documentos será subsidiada por autores como: Goodson (2001), Chervel (1990), Forquin (1992) e Bittencourt (2003) entre outros.

Palavras-Chave: Ensino Religioso, Escola Pública, Igreja Católica, Reformas Políticas, Formação de professores.

Abstract

This research work aims at understanding and analyzing how Catholic Church has articulated itself in the state of São Paulo to implement religious study in primary public schools in the period 1931 from 1961. The questions we proposed to analyze in this research were formulated as follows: what were the strategies used by Catholic Church to include the subject "Religious Studies" by a decree in 1931 and turn it part of the Constitution of 1934? From that period on, which were the practices of the Church to institute, maintain and supervise the Religious Studies subject in primary public schools in the state of São Paulo? Who were the teachers that were in charge of Religious Studies in primary public schools in São Paulo and which contents and teaching methodology were applied for that specific subject? Starting from the hypothesis that Roman Apostolic Catholic Church used of its powerful influence with the dominant classes and troublesome political moment that surrounded the achievement of President Getúlio Vargas to the federal power to set itself as an institution that would provide moral background to inhabitants, providing the new social order. Getúlio Vargas, aiming the Church support, in creating the Ministry of Education and Health, inviting Francisco Campos, from the State of Minas Gerais, anti-liberal and catholic, a person who strongly defended religious studies in public schools, to be the first minister of education in Brazil. The interest from Catholic Church in including religious studies in public primary schools was due to such study modality has passed to the condition of being obliged to the inhabitants and school being an important space to improve the number of Christians and keep its hegemony in Brazil. In order the Cúria Metropolitana of São Paulo made the Religious Studies effective in public schools, it applied its accumulated experiences in popular schools, once it had no practice in education of poor people, historically has often dealt with elite education, especially in secondary school. To accomplish the realization of this research work, documents from Cúria Metropolitana were consulted as sources, as well as publishings of newspapers, magazines and teaching manuals. The reading and interpretation of such documents were reinforced by authors like: Goodson (2001), Chervel (1990) and Bittencourt (2003) and others.

Key words: Religious Studies, Public School, Catholic Church, Public Reforms, Teachers' Education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I	35
ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA REPUBLICANA: O RETORNO DE UMA TRADIÇÃO.....	35
1.1 O decreto nº 19.941/1931 como precursor do retorno do ensino religioso nas escolas públicas brasileiras	36
1.2 Ensino Religioso: o debate político e educacional nas constituições brasileiras de 1934 e 1937.....	45
1.3 A Constituição de 1946 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/61: A Educação Pública em Debate	53
CAPÍTULO II	69
ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DE SÃO PAULO	69
2.1. A Sagrada Congregação do Concílio e as diretrizes para o Ensino Religioso na Arquidiocese de São Paulo	70
2.2 O Estado de São Paulo e as diretrizes para as escolas públicas primárias.....	72
2.3 A normatização do ensino religioso na Arquidiocese de São Paulo	77
2.4 O Ensino Religioso, entre a Igreja e a Escola.....	83
2.5 O processo de escolarização do Ensino Religioso	89
2.6 Programa do Ensino Religioso da Arquidiocese de São Paulo.....	96
2.7 A Inspeção e vigilância do ensino religioso nas escolas públicas primárias – as atribuições das delegadas de ensino.....	106
CAPÍTULO III	115
PROFESSORAS E MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PÚBLICAS PAULISTAS	115
3.1 Formação de professores(as) para o ensino religioso	116
3.2 Monsenhor Álvaro Negromonte e a Pedagogia do Catecismo	129
3.3 Camille Quinet: Apontamentos do Catequista”	143

3.4 Exercícios Práticos de Catecismo – Padre C Quinet.....	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	179
FONTES DOCUMENTAIS.....	187

Lista de Figuras

Figura 2.1 Mapa da instrução religiosa, 1935.....	83
Figura 3.1 Primeira turma de professoras catequistas.....	118
Figura 3.2 Livro: A pedagogia do catecismo.....	132
Figura 3.3 Livro: Apontamentos do Catequista I.....	146
Figura 3.4 Livro: Apontamentos do Catequista – II.....	149
Figura 3.5 Livro: Apontamentos do Catequista – III.....	151
Figura 3.6 Capa do livro: Exercícios Práticos do Catecismo.....	154
Figura 3.7 Apresentação Dom Duarte.....	158
Figura 3.8 Apresentação Dom Gastão.....	159
Figura 3.9 Lição V: Dos mandamentos da Igreja – I.....	162
Figura 3.10 Lição V: Dos mandamentos da Igreja – II	163
Figura 3.11 Lição V: Dos mandamentos da Igreja – III.....	164

Lista de Tabelas

Tabela 2.1	Taxa de crescimento: Escola Pública X Escola Particular.....	74
Tabela 2.2	Relação de membros do Instituto Catequético – zona oeste de São Paulo.....	86
Tabela 2.3	Relação de membros do Instituto Catequético – zona oeste de São Paulo.....	87
Tabela 2.4	Materiais e livros didáticos distribuídos em 1958.....	87
Tabela 2.5	Relatório Ensino Religioso: Professoras.....	112
Tabela 2.6	Relatório Ensino Religioso: Alunos.....	113

Lista de Quadros

Quadro 2.1	Relatório de catequização das paróquias de São Paulo.....	84
Quadro 2.2	Disciplinas escolares das escolas primárias paulista 1933/1947.....	94
Quadro 2.3	Programa do Ensino Religioso da Arquidiocese de São Paulo.....	97
Quadro 2.4	Planos de aula / Ensino Religioso.....	100
Quadro 2.5	Programa do Curso Primário – Arquidiocese de Porto Alegre.....	105
Quadro 2.6	Relatório do Ensino Religioso: Grupo Escolar Almirante Barroso.....	110
Quadro 3.1	Conteúdos para o curso de formação de professoras catequistas.....	126
Quadro 3.2	Métodos de ensino: curso de formação religiosa catequista.....	128
Quadro 3.3	Índice geral: a pedagogia do catecismo.....	133
Quadro 3.4	Etapa do trabalho pedagógico: como manter atenção da criança.....	140
Quadro 3.5	Etapa do trabalho pedagógico: como fazer a criança decorar.....	141
Quadro 3.6	Materiais didáticos: como utilizar.....	142

Lista de Gráficos

Gráfico 2.1	Alunos matriculados.....	114
Gráfico 2.2	Alunos que figuram a 1ª Comunhão.....	114

Não sei quantas almas tenho

*Não sei quantas almas tenho.
Cada momento mudei.
Continuamente me estranho.
Nunca me vi nem achei.
De tanto ser, só tenho alma.
Quem tem alma não tem calma.
Quem vê é só o que vê,
Quem sente não é quem é,*

*Atento ao que sou e vejo,
Torno-me eles e não eu.
Cada meu sonho ou desejo
É do que nasce e não meu.
Sou minha própria paisagem;
Assisto à minha passagem,
Diverso, móbil e só,
Não sei sentir-me onde estou.*

*Por isso, alheio, vou lendo
Como páginas, meu ser.
O que segue não prevendo,
O que passou a esquecer.
Noto à margem do que li
O que julguei que senti.
Releio e digo: "Fui eu ?"
Deus sabe, porque o escreveu.*

(Fernando Pessoa)

INTRODUÇÃO

Na história da educação brasileira, o ensino religioso se fez presente nos currículos escolares a partir do período colonial, com a ação catequética dos jesuítas. No período Imperial o catolicismo foi instituído como religião oficial do país e, mesmo após a proclamação da República e a separação entre Igreja e Estado, os interesses da Igreja Católica e suas articulações junto à política nacional fez com que o ensino religioso retornasse às escolas públicas como uma disciplina dos currículos escolares.

Acompanhando o atual cenário político brasileiro, isto é, para o mandato que iniciou em 2015 é significativo constatar que foram eleitos 78 parlamentares da intitulada Frente Parlamentar Evangélica, sendo 75 deputados federais e 3 senadores. Após terem vencido as eleições, estes representantes iniciaram um processo de articulação frente a ocupação de postos-chave no governo, tais como: presidência da Câmara dos Deputados, representação da Bancada Feminina, comissão de Constituição e Justiça, Seguridade Social e Família e Direitos Humanos e Minorias. Estas frentes envolvem projetos que discutem questões de gênero, raça, direitos reprodutivos entre outras. Temáticas que perpassam por visões religiosas sobre a constituição de família e padronização das vivências e convivências sociais.

Dentro deste cenário político, tivemos em 2015 o ensino religioso tornando-se um componente curricular do Ensino Fundamental da área de conhecimento das ciências humanas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O ensino religioso, paralelamente às disciplinas de História e Geografia, passou a integrar a área de ciências humanas. Esta questão tem oferecido um intenso debate junto à comunidade acadêmica, que busca entender, dentro outros aspectos, como irá se organizar esta disciplina dentro das ciências humanas, conforme se apresentam algumas das indagações mais recorrentes sobre seu lugar no currículo: Como irá compor o tempo escolar: horários, horas-aula semanais? Quem será o professor que irá ministrar esta disciplina? Serão professores por concurso público? Qual a formação necessária para ser professor de ensino religioso? Qual o conteúdo que comporá esta disciplina escolar?

Este debate, que volta com certa carga polêmica ao cenário da educação escolar brasileira, já se realizou em outros momentos na história do Brasil, com outros atores sociais e distintos interesses políticos e econômicos. Em 30 de abril de 1931 por meio do decreto 19.941 o ensino religioso tornou-se uma disciplina escolar facultativa para as escolas públicas brasileiras. Nesta tese de doutorado, analisa-se como se deu a articulação da Igreja Católica no processo de implantação do ensino religioso nos currículos das escolas públicas primárias no Estado de São Paulo no período de 1931 a 1961.

Em 1930 Getúlio Vargas chega ao poder, tornando-se presidente do Brasil, acontecimento que levou alguns autores a denominarem de Revolução de 1930; outros argumentam que a chegada de Vargas ao poder não se caracterizou por uma revolução e sim por um movimento heterogêneo do ponto de vista de suas bases sociais e de suas aspirações políticas. Vários eram os grupos e interesses que apoiaram a subida de Vargas ao poder, entre os mais influentes destacou-se a Igreja Católica, mas poucos imaginavam que ele ali permaneceria por 15 anos.

Em 14 de novembro de 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, um dos primeiros ministérios instituídos por Getúlio Vargas que havia tomado posse em 3 de novembro. Nomeou para este cargo o mineiro Francisco Campos, que havia promovido a reforma pelo movimento da Escola Nova em Minas Gerais em 1927, um católico e antiliberal (HILSDORF, 2005). Como uma de suas primeiras ações, em 30 abril de 1931 decretou a volta do ensino religioso facultativo nas escolas públicas, decreto nº 19.941.

O decreto realizado por Francisco Campo foi resultado de pressões de décadas anteriores, como exemplo, podemos citar a Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme em 1926 e as reformas realizadas por Antônio Carlos, em Minas Gerais, que afirmava que “a fonte de todos os males do país seria a “ignorância religiosa” e o remédio estaria na instrução religiosa da população” (BAHIA HORTA, 2001, p. 148).

Francisco Campos, na época deputado federal por Minas Gerais, procurou difundir a ideia da necessidade da educação moral e cívica via ensino religioso:

Certamente a educação moral e cívica pode concorrer para a formação e esclarecimento da consciência nacional. Mas quais os fundamentos dessa

educação moral, no meio da anarquia das doutrinas contemporâneas e na desorientação geral das inteligências, sem pontos de mira ou de referência por que orientar-se ou dirigir-se? Só a religião pode oferecer ao espírito pontos de apoio e motivos e quadros de ação moral regulada e eficiente. A educação moral não é mais do que um subproduto da educação religiosa. A educação moral resulta da cultura dos sentimentos de veneração, de admiração, de entusiasmo, de reconhecimento e de temos, que só a religião, que esta na raiz do espírito, pode alinhar, nutrir e aprimorar. O de que precisamos, se precisarmos de educação moral, como não se contesta, é de educação religiosa. (CAMPOS, 1925, p. 1)

Francisco Campos foi muito criticado por este discurso, e respondeu afirmando que “a crise pela qual passava o Brasil era que ao Estado brasileiro faltava uma doutrina na qual fundamentar e legitimar a sua autoridade, e esta doutrina era a católica” (BAHIA HORTA, 2001, p. 149). Com este ponto de vista, que a doutrina católica seria a responsável por alinhar o comportamento da sociedade brasileira, que a luta para a inserção do ensino religioso nas escolas públicas era a “salvação” do país. Não é de se estranhar que uma de suas primeiras ações como ministro da educação tenha sido a inserção do ensino religioso nas escolas primárias brasileiras, já que, como deputado federal não conseguiu em 1926.

A partir da introdução do Decreto 19.941, de 30 de abril de 1931 o ensino religioso passou a fazer parte dos currículos escolares das escolas públicas de todo o país. Mas, um decreto pode ser revogado a qualquer momento pelo presidente, então era necessário garanti-lo na constituição nacional.

A década de 30 foi um momento em que o país vivia um intenso processo de urbanização e industrialização, convivendo com contradições como as permanências arcaicas nas zonas rurais, movimentos sociais, crescimento da população e um grande fluxo migratório (BITTENCOURT, 1986). No contexto da modernidade a educação era vista como a responsável por construir a formação do comportamento pátrio na população brasileira. E como seria a construção do país via educação escolar? Estas questões deveriam ser definidas pela constituição de 1934, mas, uma constituição não se faz por si, mas pelos deputados e senadores, que representam interesses de determinadas instituições sociais e políticas. E quem eram estes políticos que escreveram a carta magna brasileira? Bittencourt (1986) afirma que entender o pensamento destes é fundamental para compreensão da constituição da proposta educacional na constituição de 1934.

No caso dos temas educacionais levantados na Assembleia, não basta simplesmente enunciá-los. As prioridades de certas questões, seu maior ou

menor envolvimento no plenário, os autores das ementas e seus opositores, só podem ser entendidos se percebidos dentro do contexto histórico mais amplo. Os problemas educacionais levantados representam rupturas com momentos anteriores ou são acomodações de situações antigas diante das mudanças exigidas pelo momento histórico? Quais classes ou segmentos de classes estão sendo ouvidas e como serão atendidas? (BITTENCOURT, 1986, p.236)

Muitos grupos levaram suas posições para a Assembleia Nacional Constituinte, grupos esses que representavam diferentes interesses ideológicos. Os católicos estavam representados pela Liga Eleitoral Católicos (LEC), “entidade suprapartidária que detinha três quartos das cadeiras da assembleia” (BITTENCOURT, 1986, p.238). A LEC defendia os direitos da Igreja e da família sendo anteriores aos do Estado, e a inserção do ensino religioso nas escolas públicas. Esta proposta ia contra os interesses dos representantes do movimento da Escola Nova, dos movimentos anticlericais históricos como os maçons e os protestantes, dos representantes dos trabalhadores chamados de “deputados classistas” que tinham como proposta uma escola, obrigatória leiga e a co-educação, o ensino técnico era defendido pelos deputados que representavam os empregadores.

Os principais pontos que constaram na constituição de 1934 foram: o ensino religioso facultativo, fixação de porcentual mínimo para o ensino público, ampliação do sistema de ensino básico e ênfase na educação musical, física e moral e cívica. Entre estes o que gerou maior polêmica foi o ensino religioso. Bittencourt (1986) pontua que o ensino laico *versus* o religioso ocupou boa parte dos debates, tornando-se o grande tema da educação, “os demais temas diminuíram de importância para os deputados, chegando a quase que um silêncio em algumas questões” (BITTENCOURT, 1986, p. 237).

No artigo 153 a constituição de 1934 apresentou a seguinte afirmativa:

O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários públicas primárias, secundárias, profissionais e normais (BRASIL, 1934).

A partir da constituição de 1934 a Igreja Católica conseguiu garantir o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. Na constituição de 1937, momento em que Getúlio Vargas, juntamente com Francisco Campos deram o golpe político, criando o Estado Novo, foi escrita uma nova constituição, “que apresentou nas Disposições

Transitórias o mecanismo chave do novo governo: o uso do decreto-lei pelo Executivo central e pelos interventores estaduais em substituição às iniciativas do Poder Legislativo” (HISLDORF, 2005, p. 98).

A questão em torno do ensino religioso não foi precedida de nenhum grande debate, mesmo porque, esta constituição não foi colocada em plenária, foi fruto de uma revisão da constituição de 1934 realizada por Campos e promulgada pelo presidente Vargas em seu golpe de Estado em 1937. O artigo 133 trazia seguinte afirmativa:

Artigo 133 – O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria dos cursos ordinários das escolas primárias, normais e secundário. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos (BRASIL, 1937)

Com a retirada de Vargas da presidência da república em 1945, devido a uma série de problemas de governabilidade, falta de condição de manutenção de um governo antidemocrático frente ao cenário nacional e internacional, com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), tornou-se necessária a elaboração de uma nova constituição para o país. O Brasil vivenciava um processo de efervescência política, social e econômica, confrontos partidários, greves de vários setores, como os bancários, portuários e trabalhadores. Romualdo Portela de Oliveira (2001) nos informa que em primeiro de fevereiro de 1946, a constituinte iniciou seus trabalhos sob a presidência do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Valdemir Falcão. Segundo Oliveira (2001) “o ponto mais polêmico foi o do ensino religioso, de matrícula facultativa nos estabelecimentos oficiais, que extrapola o âmbito educacional e se insere na relação Estado – Igreja Católica” (OLIVEIRA, 2001, p.165).

Os debates giravam em torno de várias questões, sendo a primeira delas a incoerência entre a Constituição ter separado o Estado Brasileiro da Igreja e a manutenção do ensino religioso nos currículos escolares entendida por vários setores políticos como um retrocesso democrático. Outras questões destacadas nas discussões dos constituintes eram sobre o horário a ser ministrado à disciplina, se esta custaria aos cofres públicos ou não, e se o ensino religioso nas escolas públicas poderia acarretar uma religião da maioria o que levaria a sérias dificuldades nas relações dentro das escolas, levando a relações preconceituosas, já que o Brasil

era constituído por diferentes povos com uma variedade enorme de religião (OLIVEIRA, 2001).

O artigo 168, parágrafo IV, afirmava que “o ensino religioso, de matéria facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio” (BRASIL 1946). Quando lemos atentamente os artigos referentes ao ensino religioso nas constituições de 1934 e 1937 percebemos alterações na construção do texto legislativo, e nessas mudanças de palavras podemos realizar uma análise do discurso mais aprofundada. Percebe-se, que essas alterações não são apenas questões de escrita, mas refletem muito das discussões e dos conflitos entre os conceitos de laicidade e de secularização, questões fundamentais em uma república que havia separado Estado e Religião.

Desde o momento da promulgação da constituição de 1946, já havia indicativos para a construção de uma Lei de Diretrizes e Bases (LDB). O ministro da educação, Clemente Mariano, organizou uma comissão composta por antigos membros do intitulado “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” para a preparação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 1948 foi entregue por este grupo um anteprojeto de orientação liberal e descentralizadora (HILSDORF, 2005). Este projeto sofreu severas críticas do antigo ministro do Estado Novo Getulista, o deputado federal Gustavo Capanema e devido a esta oposição o projeto foi engavetado.

Apenas em meados da década de 1950 houve um retorno das discussões sobre a LDB, momento em que o deputado Carlos Lacerda da UDN apresentou consecutivamente três substitutivos da Lei de Diretrizes e Bases, em 1955, 1958 e 1959. Tais substitutivos eram de orientação privatista, “defendendo o pressuposto da primazia do direito da família e não do Estado, como diziam os liberais de educar seus filhos; e, colocando o financiamento das escolas privadas pelo poder público” (HILSDORF, 2005, p. 110).

Luiz Antônio Cunha e Vânia Fernandes (2012), no texto “Um acordo insólito: ensino religioso sem ônus para os poderes públicos na primeira LDB”, publicado pela Revista Educação e Pesquisa fazem a seguinte afirmação:

O artigo sobre o ensino religioso nas escolas públicas no projeto de LDB encaminhado ao Congresso pelo Ministério da Educação foi calcado no

artigo 168 da Constituição, ao qual foi acrescentado um parágrafo. Este determinava que o registro dos professores de ensino religioso seria realizado perante a respectiva autoridade religiosa. Tal artigo foi posto nas Disposições Gerais e Transitórias do projeto de LDB, espaço dotado de pequeno valor simbólico e de menor visibilidade, mas que oferecia eficácia legal como qualquer outro. Esse lugar foi mantido em toda a tramitação, permanecendo na lei promulgada. (CUNHA e FERNANDES, 2012, p. 859)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/61 foi precedida de muitos debates, nas esferas políticas, sociais, acadêmicas e religiosas. Desde a década de 30, período que vai da chegada de Vargas ao poder, a promulgação da primeira Lei que fará a regulação da educação nacional, sempre estiveram presentes os “Pioneiros da Escola Nova”.

A ideologia defendida pelos Pioneiros da Escola Nova, conforme vários estudos demonstram, em alguns aspectos contrapunham-se aos católicos, em sua visão de um mundo em crise. “Crise de uma civilização em mudança, devido às grandes transformações geradas e geradoras de um avanço científico-tecnológico imenso” (CURY, 1988, p. 65). Para os Pioneiros esta era uma crise típica de um período em transição, que fazia parte das transformações mundiais, se a sociedade estava perdendo alguns valores, estava ganhando outros. As mudanças morais e sociais que o mundo estava ensaiando, viria junto com valores científicos, pois a civilização moderna teria uma base científica o que pautaria um novo sistema de vida material, social e moral. Os Pioneiros entendiam as causas sob outra ótica:

Esta situação de indisciplina geral tem suas causas em dois fatores cujos efeitos ainda se fazem presentes na civilização. Um liga ao espírito científico do tempo e outro ao universo interior do homem, não adaptado ainda às novas realidades. [...] as grandes transformações sofridas pela humanidade desde a Idade Moderna vieram acentuando os princípios do empirismo, do racionalismo e do positivismo, cultuando a ciência experimental, negando toda sorte de “ordem revelada” e até mesmo uma “ordem ideal” e trouxeram para o homem uma nova consciência de si (CURY, 1988, p. 66).

Para os Pioneiros o que ajudaria a construir esta nova sociedade seria investir na educação humanista científico-tecnológico. E para isso seria necessário pensar as relações do homem com a sociedade, o processo da educação e sua estrutura, construindo uma escola para a democracia social. Alguns princípios considerados pelos Pioneiros da Educação Nova como condições sociais essenciais para uma educação democrática eram: a laicidade, a gratuidade, a obrigatoriedade e a co-educação (CURY, 1988).

O embate travado entre os Pioneiros da Escola Nova e os Católicos girava em torno de uma visão de mundo e a constituição da sociedade a partir de suas concepções. Segundo Marta Carvalho (2003) em seu livro, “A Escola e a República e Outros Ensaio” os Pioneiros colocavam-se no centro das disputas políticas que após 1930, se configurou em um campo de debate educacional, o Manifesto de 1932 dava visibilidade e sistematização à defesa de um sistema único de ensino, público, leigo e gratuito. Carvalho (2003) afirma que:

A memória que se sedimentou sobre o movimento educacional dos anos 1920 e 1930, o campo em que se antagonizaram católicos e pioneiros é redutoramente demarcado. De um lado estariam os signatários do Manifesto, compromissados com reformas do sistema escolar que concretizassem os ideais da educação nova, do outros os católicos, defendendo a escola tradicional (CARVALHO, 2003, p.94).

Esta demarcação do campo educacional é diacrônica, pois delimita uma questão política muito mais ampla, como se fosse apenas um conflito polarizado por duas concepções pedagógicas, por um lado os católicos “tradicionais”, de outro lado os pioneiros que seriam os “modernos”. A análise deste momento da política educacional brasileira é muito mais ampla, pois:

O embate doutrinário no campo pedagógico foi estrategicamente fundamental para católicos e pioneiros na luta pelo controle do aparelho escolar na primeira metade da década de 30, prolongando-se até o limiar do Estado Novo. Nessa luta, a questão principal era ganhar a adesão do professor a preceitos pedagógicos capazes de fazer da escola um instrumento eficaz de organização nacional através da organização da cultura tal como diferencialmente postulavam os dois grupos em confronto (CARVALHO, 2003, p.94-95).

Carvalho (1989), em artigo publicado na Revista da Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação, intitulada, “Uso do Impresso nas Estratégias Católicas de Conformação do Campo Doutrinário da Pedagogia (1931-1935)” analisa que a produção historiográfica tem subestimado a intervenção dos católicos na configuração e difusão da pedagogia da Escola Nova no Brasil no início da década de 30. Normalmente se atribui aos católicos apenas um papel reativo, de barrar as inovações dos chamados Pioneiros da Educação Nova. Por este ponto de vista;

Fica prejudicada a compreensão a respeito de quais teriam sido as versões do escolanovismo disseminadas entre os professores, pois não é possível subestimar a eficácia das estratégias católicas de difusão doutrinárias no campo pedagógico, estratégias nas quais estava em jogo a hegemonia da Igreja. Nelas, o ideário escolanovista foi objeto de diversas apropriações (CARVALHO, 1989, p. 41).

Na história da educação permaneceu por muito tempo a visão da Igreja Católica como reativa e dos Pioneiros como inovadores. Mas as discussões são muito mais amplas. Os embates entre os dois grupos se faziam muito mais no campo político e em suas visões de mundo moderno. Mesmo com todo os embates entre estas duas forças políticas em torno da laicização o governo brasileiro, em 30 de abril de 1931, publicou o decreto 19.941, que instaurava o ensino religioso facultativo nas escolas públicas primárias brasileiras. O Brasil vinha desde a primeira constituição da república, em 1891, com a separação entre Igreja e Estado, e a escola pública não poderia ser um espaço para o proselitismo religioso. Diante da aparente contradição, considerando as políticas republicanas e seu espírito educacional laico, de caráter cívico, as questões que norteiam esta investigação são: quais foram às estratégias da Igreja Católica para colocar a disciplina, “Ensino Religioso”, via decreto em 1931, e estabelecê-lo na constituição de 1934? A partir de então quais foram as práticas da Igreja para instituir, manter e supervisionar a disciplina nas escolas públicas primárias no Estado de São Paulo? Quem eram os professores que ministravam o ensino religioso dentro das escolas públicas primárias em São Paulo e quais conteúdos e métodos de ensino foram aplicados no ensino desta disciplina escolar nas décadas de 1930 a 1950?

Partimos da hipótese de que a Igreja Católica Apostólica Romana utilizou de sua forte influência política junto às classes dominantes e do conturbado momento político que representou a chegada de Getúlio Vargas ao poder, para se colocar como a instituição que iria realizar a formação moral da população, propiciando uma nova ordem social. Getúlio Vargas, objetivando o apoio da Igreja, ao criar o Ministério da Educação e Saúde, tendo Francisco Campos, um mineiro, antiliberal e católico, árduo defensor do ensino religioso dentro das escolas públicas, como o primeiro ministro da Educação no Brasil. A Igreja Católica tinha o desejo de inserir o ensino religioso nas escolas públicas primárias, por esta modalidade de ensino estar em franco crescimento, com propósito de ser obrigatória para a população, e ser a escola pública um espaço importante para que pudesse ampliar seu número de fiéis e manter a sua hegemonia no Brasil diante da concorrência que representavam os novos grupos de igrejas protestantes que chegavam ao país. Para que Cúria Metropolitana de São Paulo efetivasse o Ensino Religioso dentro das escolas públicas, ela utilizou de suas experiências acumuladas nas escolas populares, pois,

ela, no setor educacional cuidava principalmente dos filhos e filhas das elites, sobretudo no ensino secundário e não tinha prática na educação escolar para a população pobre. Partindo então de sua experiência nas escolas populares desde o início do século XX, ela implementou uma proposta de ensino para as escolas públicas primárias do Estado de São Paulo.

As perguntas norteadoras desta pesquisa se apresentam no sentido de ampliar estudos da historiografia da educação brasileira. Nos levantamentos bibliográficos realizados, foram encontradas análises sobre as questões legislativas referentes ao ensino religioso no decreto de 1931, nas constituições de 1934, 1937 e 1946, e na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1961. Mas faltam pesquisas tendo como foco as práticas utilizadas pela Igreja Católica para implementar o ensino religioso nas escolas públicas primárias do Estado de São Paulo. A partir de levantamentos constatamos a existência de uma lacuna na historiografia da educação brasileira sobre o tema. Assim, objetivamos entender como o ensino religioso se constituiu em uma disciplina escolar, e como ocorreu implementação desta disciplina nas escolas públicas paulistas realizando análise de manuais de ensino.

Nesta perspectiva de aprofundar os estudos sobre as práticas de ensino de religião integradas a currículos de uma escola pública, esta pesquisa apresenta e analisa uma série de documentos que possibilitam a compreensão do currículo proposto pelos intelectuais católicos do período: os planos de ensino, materiais de formação de professores, manuais de ensino propostos pela Cúria Metropolitana de São Paulo para as escolas públicas primárias paulistas.

O objetivo geral, portanto, desta pesquisa foi a análise das estratégias políticas e pedagógicas da Cúria Metropolitana de São Paulo para a inserção da disciplina Ensino Religioso a partir de 1931 até 1961 assim como acompanhar a implementação da proposta nas escolas públicas paulistas.

Os objetivos específicos do trabalho foram:

- compreender e analisar as estratégias políticas utilizadas pela Cúria Metropolitana de São Paulo para inserir o ensino religioso facultativo em 1931 e sua permanência

nas constituições de 1934, 1937, 1946 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961;

- averiguar como se efetivou o Ensino Religioso nas escolas públicas primárias no Estado de São Paulo e as formas de controle da Igreja para a sua implementação;
- identificar os fundamentos metodológicos da proposta curricular da Igreja Católica na perspectiva de compreender como os princípios da Escola Ativa foram apropriados nos materiais didáticos e livros de ensino propostos pela Arquidiocese de São Paulo para as escolas primárias;

Para a leitura e análise dos textos normativos como: o decreto de 1931, as constituições de 1934, 1937 e 1946 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4024/1961 foram importantes as contribuições de Koselleck (2006) ao apresentar a necessidade dos historiadores situar os vestígios sob as categorias históricas de “experiências e expectativas”.

Experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político (KOSELLECK, p. 308, 2006).

Consideramos igualmente relevante para a leitura de documentos de caráter político mas também cultural, as questões colocadas por Michel de Certeau (2002) ao definir o uso do documento na especificidade da pesquisa histórica:

Em história tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira. Essa nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade ela (a história) consiste em produzir tais documentos com o simples fato de copiar, transcrever ou fotografar, mudando ao mesmo tempo seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em ‘isolar’ um corpo, como se faz em física, e em ‘desfigurar’ as coisas para constituir-las como peças que preenchem lacunas de um conjunto, proposto a priori (...). Longe de aceitar os ‘dados’ ele os constitui. O material é criado por ações combinadas que o recortam no universo do uso, que vão procura-lo também fora das fronteiras do uso e que destinam a um emprego coerente (CERTEAU, 2002, p. 81).

Pensando na produção da história a partir de um lugar, busco desenvolver aqui o que Certeau (1982) denominou de “operação historiográfica”, que consiste na combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita.

Nunes e Carvalho (1996) afirmam que a pesquisa histórica se:

Constrói sobre um tripé: fontes, interpretação, narração. Quando o pesquisador define um tema de interesse ele já operou uma cisão. Essa cisão deslança um movimento de constituição de fontes, de escolha de 'guias' teóricos, de táticas e estratégias interpretativas. Em suma, essa cisão alavanca a construção de um campo significativo. Na verdade, este movimento obriga o historiador a um constante trânsito por um circuito múltiplo de instituições, tradições teóricas, fontes e resultados de pesquisa (NUNES e CARVALHO, 1996, p. 144).

Tendo como ponto de partida essa ideia do constante ir e vir, passado e presente, os documentos serão lidos e analisados buscando reconstruir a história do ensino religioso em São Paulo. Fazer a historiografia, é dar voz aos fatos, interrogar sobre os indícios, questionar os documentos, transformando-os em fontes de pesquisa, é um processo que requer a compreensão do que seja o “ofício do historiador”. Le Goff enfatiza a necessidade de interrogar o documento pelo não dito, pelo não documentado, a história se faz pelo documento quando estes existem, mas também se faz por sua ausência. Datar um problema é fundamental em história “pois o tempo é a condição da história” (LE GOFF, 2000, p. 178).

As análises dos planos de ensino e da proposta curricular da disciplina de ensino religioso foram realizadas a partir dos debates em torno dos conceitos de matéria e disciplina escolar e história dos currículos, fundamentados em Goodson (1990, 1995, 2001), Chervel (1990) Forquin (1992) e Bittencourt (2003).

Ivor Goodson (1990) tornou-se um autor central para a análise do currículo proposto pela Igreja para as escolas públicas primárias paulistas, identificando o *currículo prescrito* ou *pré-ativo*, mas, também o *currículo interativo*. Goodson (2001) afirma que “a elaboração do currículo pode ser vista como um processo de invenção da tradição” (2001, p. 58) com base na concepção de “tradição inventada” de Hobsbawn (1985). As fontes analisadas sobre o ensino religioso assim se articulam a uma nova tradição ou a um retorno de uma tradição do século XIX.

Chervel (1990) ao situar historicamente o aparecimento do termo, disciplina escolar na documentação educacional, afirma que o uso da expressão “disciplina escolar” é recente, surgindo no final do século XIX. Na realidade, essa nova acepção da palavra é trazida por uma larga corrente de pensamento pedagógico que se manifesta na segunda metade do século XIX, em estreita ligação com a renovação das finalidades do ensino secundário e do ensino primário. Ela faz par com o verbo disciplinar, e se propaga primeiro com um sinônimo de ginástica intelectual, no

conceito recentemente introduzido no debate. (...) Logo após a I Guerra Mundial, enfim o termo “disciplina” vai perder a força que o caracterizava até então. Torna-se uma pura e simples rubrica que classifica as matérias de ensino, fora de qualquer referência às exigências da formação do espírito (CHERVEL, 1990, p. 179-180). O autor afirma que uma disciplina em qualquer campo que se encontre, é um modo de disciplinar o espírito, de lhe dar métodos e regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte.

Forquin (1992), ao se referir aos termos disciplina e matéria escolar, faz a seguinte ponderação:

Atualmente os dois termos “disciplina” e “matéria escolar” são com frequência utilizados indiferentemente, com, entretanto, uma nuance de sentido: o termo “matéria” é mais neutro, mais popular, mais “escolar” e mais “primário”, enquanto o termo “disciplina” se aplica mais aos níveis superiores dos cursos e implica sempre uma ideia de exercício intelectual e de formação do espírito (FORQUIN, 1992, p. 29).

As questões que problematizam o uso dos termos “disciplina” ou “matérias escolares” estão vinculadas aos níveis de ensino, e dependem também da forma como são utilizadas no cotidiano escolar. Isso está relacionado com as especificações das diferentes práticas e divisões internas das escolas. Há uma distinção segundo Goodson (1990) de que disciplina é entendida como uma forma de conhecimento oriunda da tradição acadêmica e, para o caso das escolas primárias e secundárias, utiliza-se o termo matéria escolar.

Para Bittencourt (2003)

...a preocupação em definir disciplina escolar ou matéria escolar não ocorre por acaso, como um dado de erudição ou de detalhamento, mas é ponto central do qual derivam as demais concepções, como escola, professor, aprendizagem e outras mais vinculadas à temática (BITTENCOURT, 2003, p. 23).

Os conteúdos de ensino são analisados por Chervel (1990) como imposições sociais à escola, e pela cultura na qual está envolvida. Como afirma o referido autor:

Na opinião comum a escola ensina as ciências, as quais fizeram suas comprovações em outro local. Ela ensina a gramática porque a gramática, criação secular dos lingüistas, expressa a verdade da língua; ela ensina as ciências exatas, como a matemática e, quando ela se envolve com a matemática moderna é, pensa-se, porque acaba de ocorrer uma revolução na ciência matemática; ela ensina a história dos historiadores, a civilização e a cultura latinas da Roma antiga, a filosofia dos grandes filósofos, o inglês que se fala na Inglaterra ou nos Estados Unidos, e o francês de todo o mundo (CHERVEL, 1990, p. 180).

Guiada pelos conceitos de disciplina escolar e currículo, busca-se analisar, nesta tese, o processo da reinvenção da tradição do ensino religioso ao se tornar uma disciplina escolar. Apresentando e discutindo os conteúdos propostos nos planos de ensino escritos pela Cúria Metropolitana de São Paulo.

Para realizarmos a análise dos manuais de formação de professores catequistas e dos livros de ensino propostos para os alunos, nos valeremos das contribuições de Choppin (2002), o qual nos informa que nos últimos trinta anos vê-se um aumento de pesquisas relacionadas às produções de livros didáticos. Os livros didáticos são objetos culturais muito complexos. Constituem em uma coisa chamada de “tradição escolar”, faz parte do cotidiano escolar há, pelo menos, dois séculos. É um objeto construído com o objetivo direto de ensinar determinado conteúdo, mas não é de fácil definição. Temos que analisá-lo a partir de vários pontos, como produção, circulação e consumo.

Ao analisar a importância de o historiador utilizar os manuais didáticos como fonte histórica, Choppin (2002), destaca que:

O manual está, efetivamente, inscrito na realidade material, participa do universo cultural e sobressai-se, da mesma forma que a bandeira ou a moeda, na esfera do simbólico. Depositário de um conteúdo educativo, o manual tem, antes de mais nada, o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o "saber-ser") os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se. Mas, além desse conteúdo objetivo cujos programas oficiais constituem a trama, em numerosos países, o livro de classe veicula, de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanção: participa, assim, estreitamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinação) da juventude. É, igualmente, um instrumento pedagógico, na medida em que propõe métodos e técnicas de aprendizagem, que as instruções oficiais ou os prefácios não poderiam fornecer senão os objetivos ou os princípios orientadores. Enquanto objeto fabricado, difundido e "consumido", o manual está sujeito às limitações técnicas de sua época e participa de um sistema econômico cujas regras e usos, tanto no nível da produção como do consumo, influem necessariamente na sua concepção quanto na sua realização material (CHOPPIN, 2002, p. 14).

Para a realização de pesquisas utilizando os manuais didáticos como fonte, é necessário entender que o livro possui uma “articulação entre as prescrições impostas, abstratas e gerais dos programas oficiais - quando existem - e o discurso singular e concreto” (CHOPPIN, 2002, p. 14). Outro ponto que necessita de atenção para a análise de livros didáticos é o entendimento que eles não podem ser

analisados de maneira isolada, pois, são reflexos da sociedade e do tempo histórico de sua escrita e publicação.

Nas pesquisas utilizando os manuais didáticos há duas linhas que discutem as formas de se estudar e analisá-los:

Uma, inscreve-se em uma longa tradição, liga-se a uma corrente historiográfica que vê o manual como um documento histórico entre outros. O principal interesse em analisar os conteúdos dos livros escolares reside, então, como assinala de imediato, a maioria dos pesquisadores, na influência que teriam exercido na formação das mentalidades (CHOPPIN, 2002, p. 14).

A segunda linha de pesquisa sobre os livros de classe aparece a partir de 1980:

Visa apreender o manual no contexto global, e, especialmente, dar novo contexto ao seu discurso, o livro de classe não é mais então considerado, em um processo escandalosamente redutor, como resultado de um processo intelectual (ou editorial), como depositário de um conteúdo, mas como um instrumento de ensino indissociável do emprego para o qual foi criado (ou do emprego que dele tenha sido feito) (CHOPPIN, 2002, p. 14).

Para Choppin (2002), a primeira linha de pesquisa muitas vezes coloca nos manuais escolares a responsabilidade única de formadora de mentalidades, sempre estabelecendo análises sobre o papel do Estado e o controle ideológico estabelecido dentro dos livros. Já a segunda linha de pesquisa, é analisada como “não tradicional” permite análises mais amplas, propiciando estudos sobre a circulação de ideias, estratégias econômicas das editoras, análise de acervos, bibliotecas de escolas, análise de ilustrações dos textos, modelos de encadernação e paginação dos manuais e autoria.

Choppin (2002) nos indica que para a realização de pesquisas sobre manuais didáticos é importante estabelecer um quadro composto pela amostragem dos livros, as condições regulamentares, técnicas, os meios econômicos em que foi produzido e a defasagem temporal. Reafirmando que o livro é escrito e publicado dentro de um contexto temporal, o manual como imagem, o manual como espelho de uma dada sociedade e o manual enquanto um instrumento que usamos para determinado fim: o ensino de conteúdos escolares.

Os documentos selecionados para esta pesquisa foram encontrados, em sua maioria, no arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo e visam ao entendimento das articulações internas e externas realizados pela Igreja. Foram eles:

- Plano de organização do Ensino Religioso em São Paulo – 1934;
- Reportagens de Jornal – O Ensino Religioso nas Escolas Públicas do Estado - 11/10/1934;
- Documento da Diretoria Arquidiocesana do Ensino Religioso de São Paulo - 1935;
- Ensino Religioso – Circular ao Clero;
- Escola de Formação de Catequistas - 21/04/1937;
- Carta confidencial sobre a votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 22/04/1937;
- Relatório Ensino Religioso - 10/05/1937:
- Projeto de Diretrizes e Bases da Educação - 09/02/1960;
- Diário do Congresso Nacional - 26/02/1960;
- A verdade sobre o decreto de Lei de Diretrizes e bases da educação: leia, compare e julgue.
- Programa de Ensino Religioso da arquidiocese de São Paulo de 1952.
- Manuais de formação de professores catequistas do brasileiro, Álvaro Negromente e do Padre Francês Camille Quinet.
- Manuais de ensino para o aluno: Os Exercícios práticos de catecismo do Padre C. Quinet.

Inicialmente, neste trabalho, partimos de legislação oficial, iniciando pelo decreto nº 19.941 publicado em 1931, documento que introduziu o retorno do ensino religioso facultativo nas escolas públicas e fechamos nosso período de análise em 1961, por ser este o ano de publicação da primeira LDB, tendo como fonte documental a lei nº 4.024. .

O trabalho está estruturado em três capítulos: o primeiro aborda do retorno do ensino religioso nas escolas públicas primárias do Brasil a partir da Constituição de 1934 e sua permanência até 1961. Para entendermos como ocorreu a retomada do ensino religioso nos currículos brasileiros, descrevemos sobre o cenário social,

político e os debates educacionais do país neste período. Discutimos os embates entre a Igreja Católica Apostólica Romana e os Pioneiros da Escola Nova, em suas propostas educacionais para o Brasil nas Constituições de 1934, 1937, 1946 e na primeira LDB em 1961.

O segundo capítulo analisa como ocorreu o percurso da constituição do Ensino Religioso como uma disciplina escolar, em seus aspectos pedagógicos e curriculares nas escolas públicas primárias do Estado de São Paulo. Para a realização deste entendimento iniciamos apresentando as determinações do Vaticano para o ensino religioso no mundo, em seguida problematizamos as diretrizes do Estado de São Paulo para a educação nas escolas públicas primárias e as normatizações estabelecidas pela Cúria Metropolitana de São Paulo para o ensino religioso. Analisando como ocorreu o processo de escolarização do ensino religioso, os planos de ensino, os conteúdos propostos e suas fundamentações teológicas.

Finalmente, o terceiro capítulo apresenta os cursos de formação de professores para o ensino religioso, problematizando os referenciais bibliográficos propostos pela Cúria paulista e inserindo-os no conceito de circulação de livros didáticos, além de analisar os materiais didáticos selecionados pela Cúria para serem usados nas escolas públicas primárias do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO I

ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA REPUBLICANA: O RETORNO DE UMA TRADIÇÃO

Este capítulo aborda o retorno do ensino religioso nas escolas públicas primárias no Brasil a partir da Constituição de 1934 e sua permanência até 1961, quando se votou a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Inicialmente, indaga-se o significado do retorno de um ensino de caráter religioso em um Estado Republicano que havia se separado da Igreja Católica a partir da Constituição de 1891. A república brasileira pretendia-se laica e retirou o ensino religioso das escolas públicas rompendo com uma tradição educacional iniciada na colonização portuguesa e referendada pelo Estado Nacional do Império. Como explicar, então, o retorno de um ensino religioso nas escolas públicas, após a denominada Revolução de 1930 comandada pelo governo de Getúlio Vargas e apoiada pelos militares? Como entender a volta de uma tradição escolar religiosa na educação pública em um governo que se instalara sob uma pressuposta renovação contra as políticas oligárquicas conservadoras que haviam dominado as primeiras décadas republicanas? Qual a participação da Igreja Católica no retorno dessa tradição escolar? Por que o ensino religioso permaneceu após os governos de Getúlio Vargas, na fase democrática iniciada em 1946?

Estas questões nos conduziram às análises da legislação educacional inserida nos diversos projetos políticos do período compreendido entre 1931 a 1961. Para análise desta documentação legislativa buscamos identificar diferentes sujeitos envolvidos tanto para se estabelecer quanto para questionar a presença do ensino religioso nas escolas públicas.

1.1 O decreto nº 19.941/1931 como precursor do retorno do ensino religioso nas escolas públicas brasileiras

Em 14 de novembro de 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, um dos primeiros ministérios instituídos por Getúlio Vargas que havia tomado posse como presidente, alguns dias antes. Nomeou para este cargo o mineiro Francisco Campos, que havia promovido a reforma em Minas Gerais em 1927, um conhecido católico e antiliberal, conforme afirma Maria Lúcia Hilsdorf (2005). De acordo com suas convicções, uma das primeiras ações do novo ministro, em abril de 1931, foi o decreto que estabeleceu a volta do ensino religioso de caráter facultativo nas escolas públicas, nos cursos primários, secundários e normal.

Art. 1º Fica facultado, nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal, o ensino da religião.

Art. 2º Da assistência às aulas de religião haverá dispensa para os alunos cujos pais ou tutores, no ato da matrícula, a requererem.

Art. 3º Para que o ensino religioso seja ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino é necessário que um grupo de, pelo menos, vinte alunos se proponha a recebê-lo.

Art. 4º A organização dos programas do ensino religioso e a escolha dos livros de texto ficam a cargo dos ministros do respectivo culto, cujas comunicações, a este respeito, serão transmitidas às autoridades escolares interessadas.

Art. 5º A inspeção e vigilância do ensino religioso pertencem ao Estado, no que respeita a disciplina escolar, e às autoridades religiosas, no que se refere à doutrina e à moral dos professores.

Art. 6º Os professores de instrução religiosa serão designados pelas autoridades do culto a que se referir o ensino ministrado.

Art. 7º Os horários escolares deverão ser organizados de modo que permitam os alunos o cumprimento exato de seus deveres religiosos.

Art. 8º A instrução religiosa deverá ser ministrada de maneira a não prejudicar o horário das aulas das demais matérias do curso.

Art. 9º Não é permitido aos professores de outras disciplinas impugnar os ensinamentos religiosos ou, de qualquer outro modo, ofender os direitos de consciência dos alunos que lhes são confiados.

Art. 10. Qualquer dúvida que possa surgir a respeito da interpretação deste decreto deverá ser resolvida de comum acordo entre as autoridades civis e religiosas, afim de dar à consciência da família todas as garantias de autenticidade e segurança do ensino religioso ministrado nas escolas oficiais.

Art. 11. O Governo poderá, por simples aviso do Ministério da Educação e Saúde Pública, suspender o ensino religioso nos estabelecimentos oficiais de instrução quando assim o exigirem os interesses da ordem pública e a disciplina escolar (BRASIL, 1931).

A escolha de Francisco Campos para o novo Ministério que nascia com uma importância estratégica diferenciada demonstra, inicialmente, que Getúlio Vargas tinha interesses quanto ao apoio da Igreja Católica para o seu governo. Ademais, o fato de o Decreto referente ao ensino religioso sair como um dos primeiros atos do

Ministério da Educação mostra que a Igreja Católica já estava articulada e organizada sob a perspectiva de retorno com maior poder na esfera pública educacional.

A Igreja Católica logo após a proclamação da República buscou formas de se manter no poder passando por uma nova organização administrativa e educacional. Da mesma maneira como as elites dirigentes se apropriavam do liberalismo buscando “meios modernos” na cultura europeia, a Igreja também fez vir da Europa “uma centena e meia de congregações e ordens religiosas masculinas e femininas num curto período de trinta anos que vai se europeizar e romanizar” (BEOZZO, 1984, p. 279).

Deste modo a Igreja Católica manteve a educação da elite praticamente em suas mãos, mesmo sofrendo alguma concorrência das escolas protestantes de origem norte-americana, com destaque para as instituições educacionais metodistas e presbiterianas. Estabelecendo “uma rede importante de colégios em todo o país, assim a Igreja contava cristianizar as elites, para que estas por sua vez cristianizassem o povo, o Estado, a Legislação” (BEOZZO, 1984, p. 280).

A Igreja Católica criou novas formas de atuação política na década de 1920, momento de conflitos relacionados aos novos grupos sociais, operariado, trabalhadores urbanos e de significativas reformas educacionais visando à ampliação da educação primária. Neste período, a Igreja Católica passou por uma reorganização de suas práticas, iniciando uma série de críticas ao regime republicano dominado pelas oligarquias agrárias, notadamente quanto às questões educacionais.

Estes posicionamentos da Igreja, por exemplo, ficaram visíveis na reforma constitucional de 1926, momento de debates sobre a questão religiosa. Na Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, em 1916, em seu discurso de posse como Arcebispo de Olinda, este, afirmava que a raiz dos problemas nacionais era encontrada no governo republicano. A Constituição de 1891, ao declarar que o Brasil era um país leigo, excluía a maioria dos católicos e governava para poucos, sendo que nesta esteira de crítica, D. Leme, propôs “que os católicos se engajassem em uma luta contra o ensino leigo e reivindicassem a reintrodução do ensino religioso

nas escolas oficiais, não como um privilégio, mas como um direito que cabia a maioria católica do país” (HORTA, 1994, p. 95).

D. Leme foi transferido de Olinda para o Rio de Janeiro em 1921 onde reuniu um grupo de intelectuais católicos, sob a liderança de Jackson de Figueiredo, advogado responsável pela organização do movimento leigo da Igreja Católica. Promoveu o lançamento da Revista “A Ordem” e a criação do centro Dom Vital em 1922. A partir deste momento teve início uma reação católica visando ao fortalecimento do poder da Igreja frente ao governo republicano. Conforme analisa Horta (1994):

Será sobretudo através do Centro Dom Vital que a Igreja se mobilizará, entre 1924 e 1926 para conseguir que as ementas católicas sejam introduzidas na Constituição, por ocasião da revisão constitucional promovida pelo Governo Bernardes. Entre estas emendas incluíam o reconhecimento do catolicismo como a religião da maioria do povo brasileiro e a reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas (HORTA, 1994, p. 95).

A Revista “A Ordem” promoveu uma grande campanha para aprovação das emendas que iriam ao encontro do interesse da Igreja, mas, Artur Bernardes, presidente do Brasil, não aprovou. Bernardes afirmava que a causa de todos os males do país estava nas irresponsabilidades dos governantes e a salvação seria a formação moral da população e a disciplina ideal para isso seria a educação moral e cívica. Ele era a favor de uma educação moral, mas esta deveria vir pela linha da educação moral e não pelo ensino religioso.

Esta derrota da Igreja não foi total; em setembro de 1926 o presidente eleito de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro, defendeu em seu discurso de posse a importância do ensino religioso na formação do caráter das crianças. Em 1928 “autorizou a introdução do ensino religioso no horário escolar de todas as escolas dependentes do governo do Estado de Minas Gerais” (HORTA, 1994, p. 95).

Uma outra vitória obtida pelos católicos durante a Primeira Conferência Nacional de Educação, organizada em Curitiba pela Associação Brasileira de Educação, em 1927. Nesta ocasião, o grupo católico consegue fazer aprovar, por 117 votos contra 86, uma moção propondo que o ensino moral em todos os institutos de educação no Brasil tenha por base a ideia religiosa, o respeito às crenças alheias e a solidariedade em todas as obras de progresso social (HORTA, 1994, p. 95).

Francisco Campos, na época deputado federal por Minas Gerais, procurou difundir a ideia da necessidade da educação moral e cívica via ensino religioso:

Certamente a educação moral e cívica pode concorrer para a formação e esclarecimento da consciência nacional. Mas quais os fundamentos dessa educação moral, no meio da anarquia das doutrinas contemporâneas e na desorientação geral das inteligências, sem pontos de mira ou de referência por que orientar-se ou dirigir-se? Só a religião pode oferecer ao espírito pontos de apoio e motivos e quadros de ação moral regulada e eficiente. A educação moral não é mais do que um subproduto da educação religiosa. A educação moral resulta da cultura dos sentimentos de veneração, de admiração, de entusiasmo, de reconhecimento e de temos, que só a religião, que está na raiz do espírito, pode alinhar, nutrir e aprimorar. O de que precisamos, se precisarmos de educação moral, como não se contesta, é de educação religiosa (CAMPOS, 1925, p. 1).

Campos foi muito criticado por este discurso e respondeu aos que o criticaram que “a crise pela qual passava o Brasil era que ao Estado brasileiro faltava uma doutrina na qual fundamentar e legitimar a sua autoridade, e esta doutrina era a católica” (HORTA, 2001, p. 149). Para Campos, portanto, a doutrina católica deveria realizar um alinhamento do comportamento da sociedade brasileira e a inserção do ensino religioso nas escolas públicas era a “salvação” do país.

Artur Bernardes promoveu uma revisão da Constituição de 1891, iniciada em junho de 1925 e concluída de setembro de 1926. Nos debates que precederam a reforma de 1926 o ensino religioso não teria sido necessário se tivesse sido introduzida uma educação moral eficiente, conforme estava presente na fala do presidente:

(...) separados que foram, com o novo regime, o Estado e a Igreja, as nossas leis não cogitaram de substituir, no ensino, de modo eficaz e obrigatório, a instrução religiosa pela educação moral, elemento de felicidade, de progresso, de espírito de disciplina, de civismo e de solidariedade para qualquer povo (...) Impõe-se, pois providência eficiente no sentido de tornar real, efetiva e obrigatória a educação moral das novas gerações (BERNARDES, 1925, p.333)

No discurso do presidente afirmou-se que a educação moral era uma necessidade para a construção dos princípios morais da mocidade, mas ele não propôs o retorno do ensino religioso e sim a inserção da educação moral, como um meio de ensinar aos jovens os princípios necessários à virtude.

A relação entre ensino da moral e religião sempre esteve atrelada na história educacional brasileira. Percebe-se esta questão no império brasileiro com a disciplina “História Sagrada” - na Lei da Instrução Pública em 1827, como sendo a responsável pelo ensinamento da moral da juventude (BITTENCOURT, 2004).

Com o processo de laicização do Estado Brasileiro a partir de 1891 coube a quem ensinar os valores morais à população? Ao retirar o ensino religioso da educação escolar seria necessário colocar uma disciplina de educação moral, em seu sentido laico. Vieira (2008) nos informa que:

Com o fim do padroado, substituiu-se a moral religiosa pela moral laica. A instrução moral e cívica era, ou pretendia ser, antes de tudo a instrução nos valores constitucionais e nos deveres cívicos que balizam o Estado Nacional moderno. Porém, boa parte da produção de impressos escolares da disciplina Instrução Moral e Cívica permaneceu nas mãos de escritores católicos e ligados a instituições declaradamente cristãs como Instituto Histórico e Geográfico (IHGB) e Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). A tendência se manteve irretocável durante todos os períodos em que a instrução cívica figurou nos currículos escolares. Seja como prática educativa, disciplina escolar, instrução ou educação cívica, a presença religiosa na publicação de livros e nas instâncias públicas de controle escolar sempre foi notória (VIEIRA, 2008, p. 45).

O debate em torno da formação moral da população estava presente nos discursos dos governantes brasileiros, e Francisco Campos já vinha defendendo o ensino religioso como formador da moral da população. A escolha de Francisco Campos como ministro da educação por Getúlio Vargas resultou, assim, de um posicionamento favorável do novo governo, frente às demandas educacionais da Igreja Católica. Não há como estranhar, que uma das primeiras ações de Francisco Campos como ministro da Educação tenha sido a inserção do ensino religioso como facultativo nas escolas primárias brasileiras.

A aproximação do governo getulista com a Igreja Católica também se fez em âmbito mais amplo, com sua chegada ao poder. Logo após o Decreto de abril de 1931, Getúlio participou da aclamação da Nossa Sra. Aparecida como padroeira e rainha do Brasil em 31 de maio de 1931. Como marco simbólico da colaboração entre ambos logo após foi inaugurada a estátua do Cristo Redentor no Corcovado na cidade do Rio de Janeiro em 12 de outubro de 1931. A data desta inauguração foi o dia do descobrimento da América, marcaram presença Getúlio e todo o seu ministério. “Ali o Cardeal Leme consagrou a nação ao Coração Santíssimo de Jesus, reconhecendo-o para sempre seu Rei e senhor” (FAUSTO, 2006, p. 186).

A partir de 1931 ficou selada a parceria entre Igreja e Estado, que perdurou por todo seu mandato do presidente Vargas, incluindo o período do Estado Novo. De

alguma forma esta aliança, segundo muitas das análises sobre o getulismo facilitou o apoio de vários setores católicos ao regime.

Pela leitura do decreto nº 19.941/1931, percebe-se, no entanto, que, mesmo com toda a pressão da Igreja Católica, o documento não apresentava um direcionamento exclusivo à fé católica. Primeiramente, não foi colocado como obrigatório o ensino religioso, e sim como facultativo. Seriam as famílias que iriam definir se aceitariam ou não a frequência dos filhos nas aulas de religião. Determinou-se um número mínimo de alunos para que houvesse aulas e não estabeleceu um programa de ensino determinado, nem material ou recursos didáticos que seriam utilizados nas aulas, sinalizando que a vigilância sobre o ensino religioso estaria a cargo do Estado.

No quinto artigo do decreto ficou estabelecido que o ensino religioso se constituiria em uma “disciplina escolar” integrante dos currículos escolares brasileiros para as escolas públicas. O Estado cuidaria da disciplina escolar e às autoridades religiosas ficaria a incumbência de inspecionar e vigiar o ensinamento da doutrina e a indicação de professores com “moral” adequada para ensinar religião. Desta forma, caberiam às instituições religiosas as indicações dos docentes que ministrariam a disciplina escolar.

O horário da disciplina nos currículos escolares não foi definido, sendo que no oitavo artigo foi indicado que o ensino religioso não poderia prejudicar o horário das outras matérias do curso, com uma possível interpretação de que se tratava de uma formação de menor relevância e, em certa medida, secundária.

Em relação aos professores, o decreto recomendava que os mestres das outras disciplinas não poderiam ofender o direito de livre pensamento dos alunos que lhes eram confiados. Deixando bem claro que as escolas poderiam escolher a fé religiosa que mais lhes atendessem, não ficando restrita a Igreja Católica. As dúvidas em relação à interpretação do decreto deveriam ser resolvidas entre as partes interessadas, escola e denominação de crença religiosa, de maneira a não ofender a liberdade religiosa das famílias que matriculavam seus filhos na escola pública. O decreto 19.941 de abril de 1931 termina afirmando que em qualquer momento o Ministério da Educação e Saúde Pública poderia suspender o ensino religioso dos estabelecimentos oficiais.

Considerando-se as políticas locais, o decreto reforçou, em alguns estados, o ensino religioso. Em Minas Gerais, segundo Beozzo (1984), “o movimento de reaproximação entre Igreja e o poder republicano foi facilitado pela presença no Governo do Estado de um presidente que professava publicamente sua fé católica. Mesmo antes das eleições o presidente mineiro, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade havia exposto sua opinião em relação à Igreja Católica e sua relação com o poder público, afirmando que: “a formação religiosa é fundamental para organização da sociedade e da política; à religião cabe encaminhar as novas forças sociais emergentes a colaborar na manutenção da ordem (BEOZZO, 1984, p. 287).

Anteriormente ao governo de Getúlio Vargas, em 7 de setembro de 1926, momento em que Antônio Carlos tomou posse do governo de Minas Gerais, fora convidado para sua investidura todo o episcopado mineiro e, na ocasião, reafirmou sua posição em relação à fé católica, sendo que em 1928, no Congresso Catequético de Belo Horizonte, ele autorizou o ensino religioso dentro do horário escolar nas escolas públicas mineiras. Em 1929, a referida autorização foi convertida em Lei pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo executivo em 12 de outubro do mesmo ano. Assim, o decreto de 1931 foi uma continuidade da mesma política estadual.

No Rio Grande do Sul a Igreja também foi totalmente a favor de Getúlio Vargas, afinal era um candidato gaúcho a presidência do Brasil. O Arcebispo João Becker prestara apoio irrestrito ao novo governante do país em um sermão, conforme se observa a seguir:

Falta-nos na suprema direção da Pátria um novo Moisés, que tenha a audácia cívica de escolher N. Senhor Jesus Cristo, para guia da Nação, que tenha coragem de restabelecer os direitos, os ensinamentos e as leis de Deus em todos os departamentos da sociedade. Quem será? Como todos os Estados o RS tem o direito inconcusso de apresentar seu candidato, como o fez. Eu quisera como todos os presentes o desejam, que este Moises regenerador da República surgisse do meio heroico do povo gaúcho, que partisse do alto das nossas coxilhas verdejantes e, sob as bênçãos da Igreja e as aclamações de todos os rio-grandenses e de todos os brasileiros, realizasse esse sublime ideal de grandeza e felicidade do Brasil (BEOZZO, 1984, p. 287-288).

O apoio do Rio Grande do Sul foi irrestrito a Vargas, em 03 de outubro de 1930, momento em que se instalou a revolta contra Washington Luiz. Atendendo ao convite da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, 52 padres voluntariamente se apresentaram para seguir as tropas como capelães militares, em 08 de outubro o

arcebispo em visita a Vargas ofereceu sacerdotes para seguirem os militares, objetivando ofertar assistência espiritual as tropas revolucionárias, Vargas aceitou.

A atitude da Igreja no Rio de Janeiro, na pessoa de Dom Leme, foi mais cautelosa em relação a Getúlio. Sua posição era contra o uso de armas e buscou um acordo entre as tropas revolucionárias e Washington Luiz, o que não aconteceu.

A gestão de Dom Leme junto, a Washington Luiz foi infrutífera e só quando as fortalezas decidem bombardear o Palácio Guanabara, já cercado por tropas insurretas, consegue o Cardeal um acordo com os chefes militares, visando apenas salvar a vida do presidente e de seus auxiliares. Este sai do Palácio, acompanhado pelo Cardeal sob o apuro e as ameaças da multidão e mesmo do tropo, sendo conduzido prisioneiro para o Forte de Copacabana ao anoitecer de 24 de outubro (BEOZZO, 1984, p. 290).

Em São Paulo a situação da Igreja foi peculiar. Aparentemente havia uma preocupação do Arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva em manter a Igreja afastada da política, conforme interesse das oligarquias cafeeiras, da burguesia comercial e financeira, no momento da crise de 1930, o presidente Washington Luiz recebeu manifestações de apoio de Dom Duarte. Percebe-se que a posição da Igreja Católica no Brasil não foi totalmente unânime frente à chegada de Getúlio Vargas ao poder.

A década de 30 iniciava-se sob inovadoras perspectivas políticas e delineavam-se novos cenários econômicos, com visível crescimento urbano e de industrialização, ao mesmo tempo em que o país mantinha suas contradições, no atendimento às zonas rurais e quanto às reivindicações de movimentos sociais, crescimento da população e um grande fluxo migratório (BITTENCOURT, 1986). No contexto da modernidade, a educação era vista como fundamental na modernização da nação. E como seria a construção desta nação moderna? Era o que pretendia ser definido pela constituição de 1934. Quais os temas educacionais a serem definidos pelos responsáveis pela elaboração da nova constituição republicana?

No caso dos temas educacionais levantados na Assembleia, não basta simplesmente enunciá-los. As prioridades de certas questões, seu maior ou menor envolvimento no plenário, os autores das ementas e seus opositores, só podem ser entendidos se percebidos dentro do contexto histórico mais amplo. Os problemas educacionais levantados representam rupturas com momentos anteriores ou são acomodações de situações antigas diante das mudanças exigidas pelo momento histórico? Quais classes ou segmentos de classes estão sendo ouvidas e como serão atendidas? (BITTENCOURT, 1986, p. 236).

O cenário educacional da década de 1920 foi de grande efervescência, com debates e iniciativas políticas e sociais voltadas à educação. As preocupações educacionais não eram apenas privilégio políticos, mas muitos homens de letras, jornalistas, padres, ministros evangélicos, proprietários e homens do povo também apresentavam interesse pelas questões da educação escolarizada da sociedade (HILSDORF, 2005). As mulheres eram ativas reivindicadoras da educação feminina como nos mostra Maria Thereza Bernardes (1988) em seu livro intitulado “Mulheres de Ontem? ”. Vários grupos de interesses como os liberais, os democratas, os conservadores, enfim, múltiplas forças políticas estavam se movimentando para controlar as instituições educativas.

O país vivia no final dos anos vinte um período de transformações que explicam, em certa medida, a derrocada da política oligárquica que dominou a fase conhecida como “Primeira República”. Cury (1988) destaca que as relações de produção aceitas pelo estado oligárquico estavam descompassadas com as novas forças produtivas.

Postulava-se uma alteração política que se conformasse aos avanços econômicos e os defendesse. Os grupos dominantes, não diretamente participantes do poder político, se faziam presentes exigindo a satisfação de suas aspirações, propondo ideais de justiça e representação, progresso, liberdade, bem-estar dentre outros.

No que se refere ao poder religioso, Igreja Católica estava à frente desta discussão, com suas experiências educacionais, buscando ampliar suas relações políticas e da força junto ao governo Vargas. A questão inicial que se colocava a partir de 1931 era a necessidade de uma articulação por parte da Igreja Católica, para fazer o decreto 19.941/31 tornar-se lei, uma vez que um decreto pode ser revogado a qualquer momento pelo presidente. Desta forma, então, era necessário garanti-lo na constituição nacional.

1.2 Ensino Religioso: o debate político e educacional nas constituições brasileiras de 1934 e 1937

O movimento político realizado pela Igreja Católica para a articulação do ensino religioso teve início na organização dos representantes políticos a serem eleitos para a elaboração da nova constituição, que entraria em vigor em 1934. Uma forte organização foi a Liga Eleitoral Católica (LEC), a qual conseguiu que seus deputados detivessem a porcentagem de 75% das cadeiras da Assembleia (BITTENCOURT, 1986).

A LEC em seus estatutos apresentava-se segundo informa Beozzo (1984) como uma organização de dupla finalidade:

- 1) Instruir, congregar, alistar o eleitorado católico; 2) assegurar aos candidatos dos diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja e, portanto, o voto dos fiéis, mediante a aceitação por parte dos mesmos candidatos dos princípios sociais católicos e do compromisso de defendê-lo na Assembleia Constituinte (BEOZZO, 1984, p. 290).

Alceu Amoroso Lima, secretário da LEC, afirmava que liga seria uma instituição suprapartidária, cujo programa de reivindicações incluía o ensino religioso facultativo, a indissolubilidade matrimonial, a assistência religiosa às forças armadas, um programa de justiça social do trabalho, pontos que seriam aceitos por católicos e não católicos (BEOZZO, 1984).

Dentro das ações da LEC foram propostos: Congressos regionais, assembleias locais para instalação da LEC nas paróquias, missas com informações sobre o momento político. O programa da LEC pode ser resumido em 10 pontos:

- 1º - Promulgação da Constituição em nome de Deus.
- 2º - Defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com a assistência as famílias numerosas e reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso.
- 3º - Incorporação legal do ensino religioso facultativo nos programas das escolas públicas primárias, secundárias e normais da União, dos Estados e dos Municípios.
- 4º - Regulamentação da assistência religiosa facultativa às classes armadas, prisões, hospitais etc.
- 5º - Liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos católicos, legalmente organizados tenham as mesmas garantias dos sindicatos neutros.
- 6º - Reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência espiritual as forças armadas e a populações civis como equivalentes ao serviço militar.

7º - Decretação de legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã.

8º - Defesa dos direitos e deveres da propriedade individual.

9º - Decretação da lei de garantia da ordem social contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis.

10º - Combate a toda e qualquer legislação que contrarie, expressa ou implicitamente, os principais fundamentos da doutrina católica. (BEOZZO, 1984, p. 306)

Chama atenção a estratégia da Igreja e seu cerco ao Estado, passando por pontos que perpassam a formação de valores da sociedade, incluindo a família, a escola e as forças armadas. Outros grupos levaram suas posições também para a Assembleia Nacional Constituinte, grupos esses que representavam diferentes interesses ideológicos. Os católicos estavam representados pela Liga Eleitoral Católica (LEC), que ao defender os direitos da Igreja e da família anteriores aos do Estado, e a inserção do ensino religioso nas escolas públicas, iam contra os interesses dos representantes do movimento da Escola Nova, dos movimentos anticlericais históricos como os maçons e protestantes, dos representantes dos trabalhadores chamados de “deputados classistas” que tinham como proposta uma escola, obrigatória leiga e a co-educação.

Nos debates que antecederam a constituição de 1934 os principais pontos que constaram foram; o ensino religioso facultativo, fixação de percentual mínimo para o ensino público, ampliação do sistema de ensino básico e ênfase na educação musical, física e moral e cívica. Entre estes o que gerou maior polêmica foi o ensino religioso. Segundo Bittencourt (1986) o ensino laico versus o religioso ocupou boa parte dos debates, tornando-se o grande tema da educação, “os demais temas diminuíram de importância para os deputados, chegando a quase que um silêncio em algumas questões” (BITTENCOURT, 1986, p. 237).

Em 14 de julho de 1934 foi promulgada a Constituição, esta foi precedida de longos debates. Segundo Fausto (2006) ela se assemelhava à de 1891, ao estabelecer a República Federativa, mas era inovadora ao estabelecer em seu texto as mudanças sociais que haviam ocorrido no país. “Três títulos inexistentes nas Constituições anteriores tratavam da ordem econômica e social, da família, educação e cultura e da segurança nacional” (FAUSTO, 2006, p. 193). Em relação à família, a educação e a cultura estabeleceu-se a norma de que o ensino primário

seria de frequência obrigatória, o ensino religioso de presença facultativa nas escolas públicas, não apenas direcionado à Igreja Católica, mas, aberto para todas as religiões.

O artigo 153 sobre o ensino religioso trouxe a seguinte afirmativa:

O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas publicas primarias, secundárias, profissionais e normais (BRASIL, 1934).

Ao ler o artigo, percebe-se a ampliação do ensino religioso para o ensino profissional para além do ensino primário, secundário e normal. A repercussão do artigo 153 da Constituição de 1934 foi muito polêmica, no São Paulo houve ampla divulgação pela imprensa.

O jornal Folha da Noite¹, na manhã seguinte à promulgação da constituição trouxe um artigo intitulado “O ensino religioso nas escolas públicas de São Paulo” o texto no qual se apresentavam as determinações da Constituição Federal. O interventor interino do Estado de São Paulo, Dr. Laudo de Camargo, foi quem assinou o Decreto Estadual para pôr em vigor a medida constitucional:

Para a regulamentação do preceito federal foi assignado hontem, um decreto relativo a essa matéria pelo dr. Márcio Pereira Munhoz interventor federal interino no Estado de São Pulo no qual foram incluídos os seguintes artigos:
 Art. 1º fica incorporado ao regime escolar dos estabelecimentos officiaes de ensino primário, secundário, profissional e normal o ensino religioso.
 Art. 2º O pedido de matrícula dos alumnos que tenham de receber ensino religioso nesses estabelecimentos deve vir acompanhado de documento assignado pelo pae ou responsável, declarando qual a confissão religiosa cujos princípios deseja sejam ministrados ao seu filho ou tutelado.
 Art. 3º O ensino religioso será ministrado uma vez por semana, na segunda hora de aula cabendo as organizações dos programas e as escolhas dos livros do texto aos ministros do respectivo curso.
 Art. 4º No inicio do anno lectivo, o diretor do estabelecimento ou professor de escola isolada solicitara das autoridades dos cultos pretendidos pelos alumnos a designação do respectivo professor.
 Paragrafho 1º Feita essa designação, sera determinado pelo diretor ou professor de escola isolada dia e hora da semana para a aula de ensino religioso, sendo designados dia e horas diferentes para confissões diversas.
 Paragrafho 2º É livre aos professores do Estado lecionar matéria religiosa nos termos deste decreto, uma vez que designados por quem de direito.

¹ No arquivo da Cúria Metropolitana de São Paula, há vários recortes de jornais sobre os debates em torno do ensino religioso, uma problemática apresentada por estas fontes estão relacionadas às datas, pois só aparecem a caneta o mês e o ano do documento, como exemplo 11.x.1934.

Art. 5º A inspecção e vigilância do ensino religioso pertencem ao Estado, no que respeita à disciplina escolar, e as autoridades do culto a que se referir, no que respeita a doutrina e moral dos alunos e encarregados desse ensino.

Art. 6º Não é permitido para professores de outras disciplinas impugnar ensinamentos religiosos, ou, de qualquer modo, offender os direitos dos alunos que lhes são confiados, assim como não é dado aos encarregados do ensino religioso provocar debates entre si, ou entre alunos de confissões diferentes.

Art. 7º Aos professores do Estado é expressamente proibido fazer dentro da escola propaganda de qualquer credo religioso, no sentido de fazer que seus alunos aceitem o ensino da doutrina ou do culto que professam.

Parágrafo único em nenhuma escola oficial será permitida durante as aulas commune a existência de símbolos de qualquer culto, e bem assim a distribuição de folhetos ou impressos de propaganda religiosa.

Art. 8º Qualquer dúvida que possa surgir a respeito da interpretação deverá ser resolvida de comum acordo entre as autoridades civis e religiosas afim de dar à consciência das famílias todas as garantias de autenticidade e segurança no ensino religioso administrado nas escolas officiaes.

Art. 9º Este decreto entrará em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário. (Folha da Noite, 1934)

O jornal “Folha da Noite” buscou apresentar opiniões de figuras defensoras do ensino religioso nas escolas públicas, dentre elas a presidente da Liga do Professorado Católico, Dona Alice Meireles Reis, que se limitou a constatar que o referido documento era muito parecido com o que havia sido assinado pelo interventor. Na Diretoria de Ensino do Estado de São Paulo, o jornal entrevistou professores, indagando qual seria a melhor hora e dia para a aula de religião. Os professores entrevistados no geral afirmaram que deveria ser na última meia hora do horário escolar, pois assim os alunos que os pais indicassem que deveriam assistir às aulas ficariam para assisti-las, e os alunos que não foram matriculados nas aulas de religião seriam dispensados mais cedo.

Em entrevista realizada pelo jornal “Folha da Noite”, com o Interventor Federal Interino, Luiz da Mota Mercier, diretor geral do ensino do Estado de São Paulo, foi questionado como seria a aplicação do decreto nas escolas públicas paulistas. Essa entrevista foi realizada dois dias depois da promulgação do decreto. O diretor respondeu que o decreto era uma consequência natural do artigo 153, afirmando que, em relação a este artigo, o Estado de São Paulo iria obedecer rigorosamente ao dispositivo. Afirmava também que o assunto já havia sido debatido exaustivamente e não teria mais nada de interessante a acrescentar, considerando que havia um certo consenso na fala de Mercier, este ainda afirmou que o ensino religioso completaria a educação moral da sociedade.

O jornal “Folha da Noite” possuía uma coluna intitulada “A margem dos fatos”, em que o impresso apresentava seu ponto de vista, sua posição política frente aos debates sociais que ocorriam. Como o grande debate naquele momento era a problemática religiosa, a coluna intitulada “Ensino Religioso”, apresentava a seguinte postura:

Durante o debate constituinte as “folhas” manifestaram-se contra o ensino religioso nas escolas, por entenderem que a religião da maioria do povo brasileiro mais lucraria com a conservação do atual regime, de abstenção por parte do Estado em tal matéria. Nosso temor é que essa inovação venha provocar atritos e choques que não se dão no Estado absolutamente leigo. Entretanto, o ensino religioso venceu. Esta consagrado hoje pela Constituição Federal, aos Estados não resta outro caminho senão regulamenta-lo, em obediência a lei fundamental.

É o que São Paulo acaba de fazer. Felizmente no decreto estadual a questão esta posta com grande liberalidade. Nas escolas facultar-se-a aos alunos o ensino religioso que seus paes preferirem. Não haverá pois privilégio em favor deste ou daquele credo.

Outro decreto que merece atenção é o que concede isenção de impostos a igrejas, capelas e outras instituições de caráter católico. Ai não houve inovação, pois que anualmente essas isenções são requeridas e concedidas desde velhos tempos. Apenas tornou-se de direito uma situação de fato.

Entretanto a mesma medida, pelas mesmas razões deveria ser estendida a templos e instituições idênticas dos demais credos religiosos. A esse respeito há geral boa vontade. E nos aqui cuidamos de reforça-la apelando para o senhor interventor interino no sentido de analisar o caso de maneira à ampliando o decreto publicado, atender nesse ponto as aspirações de outros credos que não o católico.

Tratando-se de uma medida de ordem geral, que não contenha privilégios e exceções, terá um caratê de justiça a que ninguém poderá recusar o seu louvor. (FOLHA DA NOITE, (11/X/1934)

Pelas três reportagens apresentadas, podemos perceber a problemática em torno das relações entre Igreja e Estado em São Paulo. Este debate se fazia presente em várias frentes políticas. Desta forma, o ensino religioso vinha sendo implementado pelos Estados da federação, conforme decreto 153 da Constituição de 1934.

Esta constituição, no entanto, teve curta duração, sendo substituída logo após o golpe de 1937, que estabeleceu o Estado Novo, o qual, entre outras medidas, instituiu uma nova constituição em 1937.

Redigida pelo mineiro já há algum tempo e aprovada por militares, políticos conservadores ou retrógrados, altos setores da burguesia, governadores e o chefe verde, Plínio Salgado. Os protestos foram velados, pois a censura impedia qualquer manifestação (IGLÉSIAS, 1993, p. 249).

O Estado Novo getulista teve linhas de ação forte e o Brasil vivenciava uma nova experiência política: a ditadura. O texto constitucional não foi diferente em

muitos dos pontos relacionados à educação na constituição anterior: estabeleceu o ensino primário obrigatório, a educação física e o ensino cívico como obrigatórios em todas as escolas. No entanto, o ensino religioso foi apresentado de maneira diferente:

Art. 33. O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria dos cursos ordinários das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigatório dos mestres e professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos (BRASIL, 1937).

O artigo acima tem uma redação muito mais branda que o da constituição de 1934, afirmando que a disciplina poderia ser contemplada nas escolas primárias, normais e secundárias, não estabelecendo como facultativa como afirmava a Carta anterior. Observa-se também, que o texto retira do ensino técnico as aulas de religião. Mesmo sendo uma constituição elaborada por Francisco Campos, ao ler o artigo 33, analisamos que esta questão não se constituiu como uma grande preocupação do governo.

É fundamental destacar ainda que outros pontos foram entendidos como obrigatórios na constituição de 1937, como educação física, ensino cívico e trabalhos manuais. No artigo 131 descreve-se que nenhuma escola poderia ser reconhecida sem que satisfizessem tais exigências.

O artigo 132 da Constituição apresentava a obrigatoriedade do Estado construir instituições civis que organizassem para a juventude períodos de trabalho no campo com oficinas manuais, para o desenvolvimento moral e o adestramento físico. É esta a palavra utilizada do texto, “adestramento físico”, como forma de preparar a juventude para seus deveres na defesa da nação. Percebe-se muito mais nos artigos referentes à educação e cultura do texto constitucional, a preocupação de um adestramento físico e moral da juventude do que com o ensino da religião.

As relações entre a Igreja Católica e o governo de Getúlio Vargas desta fase foram menos explícitas tanto no plano constitucional quanto no prático. “A Carta de 10 de novembro eliminou todas as chamadas emendas católicas da Constituição de 1934, exceto a que se refere ao ensino religioso, que é mantida, mas diminuída seu alcance.” (BEOZZO, 1984, p. 324).

Do ponto de vista constitucional as principais mudanças do texto em relação à Igreja foram: volta o laicismo do Estado, é vedada a União, aos Estados e aos Municípios beneficiar o exercício de cultos religiosos, desaparece o nome de Deus no preâmbulo da Constituição, não há referencia ao casamento civil e religioso, reintroduz-se, no texto constitucional, a secularização dos cemitérios (BEOZZO, 1984).

Na prática o governo enviou um recado ao Cardeal Leme, que as relações entre o presente governo e a Igreja em nada iriam mudar e esta situação se evidenciou pelo seguinte acontecimento:

Dom Leme toma conhecimento do texto constitucional antes de 10 de novembro e verifica que este incluía legislação divorcista. Imediatamente pede a D. Luízinha Aranha, mãe de Oswaldo Aranha, que vá ao palácio levar ao Presidente o se veemente apelo. Getúlio Vargas sorri, tranquilizador: Diga a Dom Sebastião, D. Luízinha, que eu só decretarei o divórcio, no dia em que receba uma petição neste sentido, assinado pelo Cardeal Leme e Dona Luízinha Aranha (BEOZZO, 1984, p. 324).

A partir da instituição da nova Carta, a Igreja Católica foi obrigada a adequar-se a situação imposta e de uma certa insegurança jurídica.

A segunda guerra mundial iniciada em 1939 trouxe várias questões controversas em relação às posições políticas de Getúlio, sendo estas questões acentuadas a partir da entrada na guerra dos Estados Unidos da América, e no momento em que o Brasil se colocou ao lado deste país, surgindo a seguinte questão “como lutar contra o fascismo internacional se o próprio regime tem traços acentuadamente fascistas”, (IGLÉSIAS, 1993, p. 256).

Com o final da guerra e a vitória do grupo de países que lutavam contra os movimentos fascistas, a manutenção do regime ditatorial de Vargas foi tornando-se insustentável. Não sendo mais possível falar em democracia, ou vitória da democracia, quando o Brasil vivia em um regime antidemocrático. Organizações estudantis, pronunciamento de empresários, intelectuais e movimentos sindicais começaram a demonstrar suas insatisfações, iniciando assim o ressurgimento de novos partidos políticos.

A Igreja percebendo esses conflitos políticos e sociais do final do governo Vargas, publicou a “Circular do Exmo. E Revno. Senhor Arcebispo Metropolitano ao Revno. Clero secular e regular do arcebispado sobre a instrução religiosa e a prática

da vida cristã” o documento foi escrito em 25 de agosto de 1945, pelo Arcebispo Metropolitano de São Paulo, Carlos Carmelo².

O documento apresenta uma preocupação do arcebispo com o comportamento dos membros da Igreja em relação à prática cristã, e inclui as dúvidas sobre o ensino religioso empreendido nas escolas públicas. Percebe-se ao longo da leitura, que todo o esforço empreitado a partir de 1931 em relação ao ensino religioso não repercute da maneira esperada pela Igreja. Há também uma preocupação com o momento histórico vivenciado pelo país, no primeiro parágrafo é apresentada a seguinte problemática:

Convencido mais do que nunca, em fase das seguintes agitações sociais e religiosas porque passa a nossa Pátria, de que o melhor remédio para tão lamentável extravio só pode ser o efervescimento da vida crista, aquela restauração em Cristo, pregada pelos Sumos Pontífices, particularmente em nosso tempo, é desejo nosso que, por todos os meios, pela palavra falada e escrita, dos púlpitos e da imprensa, nas emissoras e em publicação avulsa, se intensifique as pregações dos princípios básicos nossa santa religião Católica Apostólica Romana, levando assim a meios refratários ou pouco atingidos, esse fermento da verdade que é somente ele, pode preservar nosso povo de total perversão. (Circular do Exmo. E Revno. Senhor Arcebispo Metropolitano ao revno clero secular e regular do arcebispado sobre a instrução religiosa e a prática da vida cristã, 1945, p. 01)

O momento político brasileiro e suas conturbações certamente estavam refletindo nas relações entre Estado e Igreja. Percebe-se no discurso do Arcebispo, no momento em que ele problematiza sobre as agitações vivenciadas pela população brasileira, (“agitações sociais e religiosas”), o governo Vargas estava vivenciando seus últimos momentos no poder, e a Igreja certamente estava percebendo. Na sequência do texto são propostos indicativos e há reafirmação de condutas a serem seguidas nas paróquias pelos representantes da religião e seus membros em momentos de conflitos sociais.

O Estado Novo teve duração de oito anos e, em outubro de 1945, Getúlio Vargas foi deposto pelos militares e retirou-se para a sua cidade natal, São Borja, no

² Nascido em 16 de julho de 1890, na cidade de Bom Jesus do Amparo, fazenda Quinta do Lago, no estado de Minas Gerais. No dia 13 de agosto de 1944, dom Carlos Carmelo foi designado como décimo quinto bispo e terceiro arcebispo da arquidiocese de São Paulo. No dia 07 de setembro de 1944, por meio de uma procuração outorgada ao monsenhor José Maria Monteiro, vigário capitular de São Paulo, tomou posse. Fonte: <http://www.arquisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/bispos-diocesanos/cardeal-dom-carlos-carmelo-de-vasconcelos-motta> acesso em 25/10/2015.

Rio Grande do Sul. Com a retirada de Vargas, os militares mantiveram as eleições para 02 de dezembro e transitoriamente deram o comando da nação ao presidente do Supremo Tribunal Federal.

1.3 A Constituição de 1946 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/61: A Educação Pública em Debate

Eleito presidente, Dutra iniciou seu mandato em janeiro de 1946. É importante lembrar que Dutra se elegeu a partir de uma fala de Getúlio, em que este afirmara que votaria em Dutra para presidente. Nesta eleição, Getúlio elegeu-se senador pelo Rio Grande do Sul.

O Brasil vivenciava um processo de efervescência política, social e econômica, confrontos partidários, greves de vários setores, como os bancários, portuários e trabalhadores. Em primeiro de fevereiro de 1946, a constituinte iniciou seus trabalhos sob a presidência do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Valdemir Falcão. Novamente o ensino religioso foi o ponto polêmico dos debates em torno da educação como informa Oliveira (2001) “o ponto mais polêmico novamente, foi o do ensino religioso, de matrícula facultativa nos estabelecimentos oficiais, que extrapola o âmbito educacional e se insere na relação Estado – Igreja Católica” (OLIVEIRA, 2001, p.165).

Os debates giravam em torno de várias questões; a primeira delas era a dualidade entre a constituição ter separado o Estado Brasileiro da Igreja, e o ensino religioso nas escolas públicas, sendo visto como um retrocesso democrático. Outras questões destacadas nas discussões dos constituintes versavam sobre o horário a ser ministrado à disciplina, se esta custaria aos cofres públicos ou não, e problemáticas referentes à imposição da religião da maioria dentro das escolas, que poderia levar sérias dificuldades de relações interpessoais entre os diversos atores sociais que pertenciam às escolas, promovendo situações preconceituosas, já que o Brasil era constituído por diferentes povos com uma variedade enorme de religiões (OLIVEIRA, 2001).

Em setembro foi promulgada a nova Carta Magna nacional, que se apresentou de maneira liberal democrática.

O Brasil foi definido como uma república federativa, com um sistema de governo presidencialista. O poder Executivo seria exercido pelo presidente da república, eleito por voto direto e secreto para um período de cinco anos (FAUSTO, 2006, p. 221).

O projeto da constituição foi feito por uma comissão de 37 membros, que representavam as bancadas partidárias, a maioria era composta por membros do Partido Social Democrático (PSD) e foi precedida de polêmicos debates, notadamente com a presença de representantes do Partido Comunista, composto por 14 deputados e um senador. “A Constituição é um documento bem-feito, de boa técnica jurídica, 222 artigos. Como a anterior, reflete as tendências do direito e de Constituições recentes” (IGLÉSIAS, 1993, p. 259).

O debate educacional que causou maior polêmica, como descrevemos, foi a questão do ensino religioso, disposto no artigo 168, apresentando os princípios que a legislação do ensino adotaria:

Art. 168. A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:
 I – O ensino primário é obrigatório e só será dado em língua nacional;
 II – O ensino primário oficial é gratuito para todo; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;
 III – as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e filhos destes;
 IV – as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menires, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores;
 V – o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.
 VI – para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concursos de títulos e provas. Aos professores, admitidos por concursos de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade.
 VII – é garantida a liberdade de cátedra (BRASIL, 1946).

O ensino religioso voltou ao texto constitucional com uma redação muito parecida como o da constituição de 1934, como uma disciplina escolar, que deveria compor os horários regulares de aulas, sendo de matrícula facultativa, respeitando as confissões de fé dos alunos e por seus representantes legais. Desta vez não se definiu nível ou modalidade de ensino que a disciplina deveria abarcar.

Quando lemos atentamente os artigos referentes ao ensino religioso nas constituições de 34 e 37 percebemos alterações na construção do texto legislativo, e nessas mudanças de palavras podemos realizar uma análise dos discursos,

percebendo que essas alterações não são apenas questões de escrita, refletem muito das discussões e dos conflitos entre os conceitos de laicidade e de secularização, questões fundamentais em uma república que se propunha definir papéis distintos ao Estado e a Religião.

A responsabilidade do detalhamento do artigo 168 da constituição ficou a cargo da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, delineando as políticas públicas educacionais para o governo federal, governos estaduais e municipais.

Desde o momento da promulgação da constituição de 1946, já haviam indicativos para a construção de uma Lei de Diretrizes e Bases (LDB). O ministro da educação Clemente Mariano organizou uma comissão composta por antigos membros do intitulado “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” para a preparação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 1948 foi entregue por este grupo um anteprojeto de orientação liberal e descentralizadora (HILSDORF, 2005). Este projeto sofreu severas críticas do antigo ministro do Estado Novo Getulista, o deputado federal Gustavo Capanema, devido à oposição de Capanema o projeto foi engavetado.

Apenas em meados da década de 50 houve um retorno das discussões sobre a LDB, momento em que o deputado Carlos Lacerda da União Democrática Nacional (UDN) apresentou consecutivamente três substitutivos da Lei de Diretrizes e Bases, em 1955, 1958 e 1959. Substitutivos de orientação privatista, “defendendo o pressuposto da primazia do direito da família e não do Estado, como diziam os liberais de educar seus filhos; e, colocando o financiamento das escolas privadas pelo poder público” (HILSDORF, 2005, p. 110).

Clemente Mariani, Ministro da Educação e Saúde, constituiu uma comissão para elaborar o projeto de Lei de Diretrizes e Bases (LDB), para essa empreitada convocou reconhecidos educadores. Segundo Saviani:

Sob a presidência de Lourenço Filho, foram constituídas três subcomissões: do ensino primário, tendo como presidente Almeida Júnior e integrada por Carneiro Leão, Teixeira de Freitas, Celso Kelly e Coronel Agrícola da Câmara Lobo Bethlem; do ensino médio, com Fernando de Azevedo (presidente), Alceu Amoroso Lima, Artur Filho, Joaquim Faria Goes e Maria Junqueira Schmid; do ensino superior, com a participação de Pedro Calmon (presidente, além de vice presidente da Comissão Geral), Cesário de Andrade, Mário Paulo de Brito, Padre Leonel Franca e Levi Fernando Carneiro (SAVIANI, 2008, p. 282).

A comissão foi organizada com 16 membros, sendo 14 destes pertencentes ao grupo dos renovadores da educação, que fizeram parte do Movimento da Escola Nova, dois destes reconhecidos por sua liderança católica: Alceu Amoroso Lima e Padre Leonel Franca. Fernando de Azevedo acabou não assumindo a presidência do ensino médio, mesmo assim colaborou no esboço do projeto. Outros dois nomeados que não puderam integrar a comissão foram Almeida Junior e Teixeira de Freitas (SAVIANI, 2008).

O grande debate em torno das discussões do processo de elaboração da LDB foi a descentralização da educação, com o embate em torno do conceito de público e do privado na educação escolar. Para Saviani (2008):

De modo geral, a orientação resultante dos trabalhos da Comissão, com os ajustes operados por Clemente Mariani, estava em consonância com a coalizão conservadora que sustentava o Governo Dutra. A ela, com efeito, não estava ausente certa perspectiva modernizadora, uma vez que mantinha a característica de “modernização conservadora” que veio a marcar os grupos que ascenderam ao poder após Revolução de 1930 (SAVIANI, 2008, p. 282).

Era um projeto de lei que representava o momento político de um presidente do Partido Social Democrático (PSD) e um ministro da União Democrática Nacional (UDN), com clara perspectiva de uma modernização conservadora. Gustavo Capanema, líder da câmara, e ex-ministro da Educação, insurgiu-se fortemente contra o ministro Clemente Mariani por ter visto no projeto uma política antigetulista. Para Capanema a LDB não possuía nenhuma intenção pedagógica, era uma proposta infeliz e uma questão político partidária, e que o projeto não passava de uma revolução contra Vargas (SAVIANI, 2008).

Capanema escreveu um parecer emitido em 14 de julho de 1949 na Comissão Mista de Leis Complementares do Congresso Nacional, no qual colocou como grande problemática da LDB a descentralização da educação. O resultado do parecer do Deputado Capanema foi o arquivamento do projeto.

O projeto ficou arquivado até 29 de maio de 1957, quando iniciou uma nova discussão sobre a LDB, sendo identificada pelo número 2.222. A partir deste momento os conflitos em torno da lei foram marcados pelo conflito entre escola particular e escola pública.

A questão se tornou nacionalmente belicosa quando, a partir de 1958, manifestações públicas de intelectuais como Gustavo Corção, dos editoriais da Revista Cultura Vozes, das Cartas pastorais do Arcebispo de Porto Alegre – Dom Vicente Sherer, das Cartas Pastorais do Bispado da Província Eclesiástica de Belo Horizonte transformaram o debate numa conclamação à defesa da liberdade de ensino, conotando essa liberdade como estratégia de combate ao “totalitarismo do Estado” e exigindo que a nova Lei não somente contivesse os “excessos socialistas” dos educadores como declinasse claramente os direitos das escolas particulares (FREITAS e BICCAS, 2009, p. 166).

O conflito foi estendendo-se cada vez mais para a discussão entre o conceito de público e privado, na medida em que a Igreja ia se sentindo ameaçada, sendo que o discurso e as articulações políticas para a não descentralização da educação escolar foram aumentando. Foram colocados argumentos como: a educação sendo responsabilidade do Estado geraria um monopólio estadual da educação pública e esse “direito do Estado” pela educação ultrapassaria o direito da família e da Igreja. “A Igreja sentiu-se ameaçada, pois, interpretou que universalizando a escola pública e trazendo a gratuidade, ela se estenderia a todos e atenderia a todas as necessidades educacionais da população” (SAVIANI, 2008, p. 288).

A polaridade dos discursos colocou de um lado os donos das escolas particulares que apoiavam as decisões da Igreja, não exatamente por uma questão doutrinária ou ideológica, mas muito mais pelos benefícios dos recursos financeiros públicos que suas escolas deixariam de receber caso viesse a ser definido pela LDB a máxima dos renovadores, “dinheiro público, para escola pública”.

Nesse momento, final da década de cinquenta, a questão debatida pela Igreja, foi além do ensino religioso, ou das questões didático-pedagógicas, como aconteceu na década de trinta. A discussão neste momento girava em torno do papel público da educação particular e o lugar das escolas na educação que tendia a se estender par ao conjunto da população.

Nesse momento a argumentação desenvolve-se no âmbito doutrinário, centrada na questão da liberdade de ensino a partir da qual se procura demonstrar a precedência da Igreja e da família e o caráter supletivo do Estado em matéria de educação (SAVIANI, 2008, p. 289).

Dentro de um cenário político tão conflituoso foi lançado em 1959 o “Manifesto dos Educadores: mais uma vez convocados” escrito por Fernando de Azevedo e assinado por mais 190 intelectuais, tendo como principal problemática a situação da escola pública brasileira.

O documento teve sua escrita realizada no contexto de tramitação das discussões para a elaboração da primeira LDB e principalmente de crescimento do grupo que defendia os interesses das escolas particulares e católicas. Adeptos do chamado “ensino livre”, seus membros criticavam o monopólio da educação pelo Estado e queriam subvenção para as escolas particulares. Esse grupo foi representado por proprietários de escolas privadas, das escolas religiosas e políticas, particularmente o deputado Carlos Lacerda (VEIGA, 2007, p. 289).

O manifesto “Mais uma vez convocados” foi publicado por jornais do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro e em diversas revistas da época, os intelectuais que assinaram se colocavam como “fieis aos mais altos valores da tradição liberal, também afirmavam estar acima de qualquer interesse partidário e ideológico, sendo sua causa a defesa da educação nacional” (VEIGA, 2007, p. 289).

O documento foi estruturado com 13 tópicos que traziam as seguintes discussões: manifesto ao povo e ao governo, diagnóstico da educação no país, deveres para com as novas gerações; Projeto de Diretrizes e Bases; A escola pública em debate; política educacional em outros países; liberdade de ensino; direitos de escolhas educacionais, educação liberal e democrática, educação, trabalho e desenvolvimento econômico, educação como espaço de transformação e o processo histórico educacional. Ao ler as discussões propostas no documento, percebe-se um caráter pedagógico nas discussões e uma defesa explícita e exclusiva de um ensino público.

Em resposta à proposta dos “renovadores”, a Igreja Católica em fevereiro de 1960 lançou o “Movimento Pró Liberdade do Ensino”, documento que fazia advertência aos pais de família, estudantes, dirigentes sindicais, movimentos culturais e à “população consciente”. Expressando a opinião da Igreja sobre o projeto de LDB, a respeito da campanha que se erguia contra o projeto de “Diretrizes e Bases da Educação”, que estava em tramitação no Congresso Nacional, lamentando que muitas pessoas se deixavam influenciar facilmente sem o exame ou a simples leitura do documento. A Comissão Executiva do Movimento iria distribuir amplamente cópias do projeto e publicaria oportunamente sua opinião, depois de ouvir os pareceres de educadores competentes e desapaixonados. Antecipa, entretanto, que levará em consideração tanto o ensino particular como o público, cuja harmonia deveria existir num regime verdadeiramente democrático.

Assinam o documento: Archimedes de Barros Pimentel, representante das Associações de pais e mestres; Fábio de Aguiar Goulart, da Federação das Famílias Cristãs; Frei Celso Maria de São Paulo, da Federação dos Círculos Operários do Estado de São Paulo; Rita de Cássia S. Revorêdo da Associação Profissional dos Assistentes Sociais; Antônio Carlos Ottoni Soares e Geraldo Lázaro de Campos, universitários; Dacyr Gatto, da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário; João Baptista Isnard, da Federação das Congregações Marianas de São Paulo e Clemiltre Guedes da Silva, operário.

Percebe-se no movimento da Igreja o boicote a qualquer ideia contrária ao projeto que estava circulando no Congresso. Pelos signatários do “Movimento pró liberdade de ensino” podemos identificar que são colocadas pessoas de vários níveis intelectuais, exatamente para dar a sensação que esta é uma opinião da sociedade brasileira, de grupos variados, os quais visavam a uma “liberdade de ensino” simplesmente.

Em 26 de fevereiro de 1960 o Congresso Nacional apresentou um projeto de Lei de Diretrizes e Bases para ser votado e aprovado, que possuía os seguintes princípios:

- Assegura o direito a educação, afirmando a obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobrigam dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos.

- É assegurado aos estabelecimentos de ensino públicos e particulares legalmente autorizados adequada representação nos conselhos estaduais de educação, e o reconhecimento, para todos os fins, dos estudos neles realizados.

- O ensino passaria a ser organizado a partir da lei estadual que organizaria conselhos estaduais de educação, constituídos de membros de livre nomeação do poder público e de representantes escolhidos pelos educadores que integrem o ensino público e privado dos diferentes graus. Enquanto não estiverem constituídos os conselhos estaduais de educação, o representante da unidade federativa que deveria ser indicado seria de livre nomeação do Presidente da República, em caráter

provisório. A indicação do representante da unidade federativa afastaria automaticamente o ocupante do cargo nomeado em caráter provisório.

- Em relação a formação do magistério para o ensino primário e médio: Os que se graduarem nos cursos referidos nos artigos 53 e 55, em estabelecimentos oficiais ou particulares reconhecidos, teriam igual direito a ingresso no magistério primário, oficial ou particular, cabendo aos Estados e ao Distrito Federal regulamentar o disposto neste artigo.

- Dos recursos para a educação: A União dispensará a sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de - subvenção, de acordo com leis especiais em vigor.

A partir da promulgação do projeto de LDB pelo jornal do senado, um vez que este já havia sido aprovado na Câmara dos deputados, a Igreja lançou um novo documento para criticar as opiniões contrárias ao projeto, com o título: “A verdade sobre o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação – leia, compare e julgue”.

Este documento não possui data, está na pasta do ano de 1960 no arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Após a leitura, observa-se que estava diretamente relacionado à proposta do Senado de 26 de fevereiro de 1960. O texto apresenta as ideias que afirmam estar contra o projeto de LDB e traz as respostas da Igreja, concordando com a redação do projeto, afirmando que estes tinham uma “boa razão”.

O documento apresenta um conjunto de problemáticas sobre a LDB, o conceito de educação refletia as discussões da época, problematizando a questão: a quem cabe a educação, a família ou ao Estado, se a educação ficar a cargo do Estado às famílias perdem seu direito sobre os filhos? O documento mostra que o projeto de LDB era tão atual que ia ao encontro das indicações da Organização das Nações Unidas. O terceiro tópico volta ao grande debate da década de 30, a laicização do ensino, afirmando que laicizar o ensino significa retirar da escola toda a função de formação da consciência do educando segundo a sua crença. Afirmava que esta discussão já havia sido superada pela declaração da ONU, estabelecendo relação entre ensino religioso e formação da moral.

No documento acima citado a Igreja afirma que o laicismo já havia sido repudiado pela própria constituição federal, quando reconheceu a necessidade de a escola pública incluir o ensino religioso no seu currículo regular, para os alunos ou para os pais que solicitarem. O embate travado entre os defensores do ideal de investimento público para escolas públicas e laicas e os interesses das escolas particulares era visto então pela Igreja Católica como um espírito antirreligioso preocupado em afastar a juventude da tradição religiosa e da família.

“A verdade sobre o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação – leia, compare e julgue” (1960) dedica-se em vários tópicos a responder as questões sobre o financiamento da escola pública versus a escola particular, chegando a afirmar que é mais barato o Estado pagar uma bolsa para os estudantes pobres nas escolas particulares, do que manter escolas públicas.

Se por um lado há uma preocupação da Igreja em responder aos intelectuais da educação, o discurso apresenta uma polaridade, as questões suscitadas vislumbram uma preocupação da Igreja em relação ao papel do Estado, reforçando argumentos para provar a necessidade desta se encarregar da manutenção dos valores morais e religiosos das famílias. Apresenta-se o ensino religioso neste contexto. Em outro aspecto há uma preocupação na manutenção financeira de suas instituições escolares, daí a necessidade de um discurso filosófico que sustente seus ideais de fé dentro das reformas nacionais, estaduais e municipais.

Em 07 de março de 1960, o “Movimento Pró Liberdade de Ensino” lança uma nova circular, enviada ao Congresso Nacional para colocar a visão do movimento e tentar sensibilizar os congressistas sobre o projeto de LDB que havia sido votado na Câmara dos Deputados e estava a caminho do Senado:

Estamos certos de que os Srs. Senadores serão sensíveis aos argumentos legítimos que nos assistem, como também o serão à expressão do sentir do povo a respeito do assunto em pauta.
Convictos de que o apoio de V. Excia. Ampliará em muito o alcance deste Movimento, e seguros de que nossos objetivos se irmanam aos seus em matérias de educação, ficaremos na expectativa de seu assentimento a respeito do que solicitamos, como também das sugestões que V. Excia. Tenha sobre a matéria em apreço (Ofício – 07/03/1960).

Ao ler a circular, verifica-se uma ligação com o documento apresentado anteriormente, porque o mesmo cita a palavra sugestão, e no documento sobre a “A verdade sobre o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Leia, compare e

julgue” é apresentado o texto da lei e as análises segundo o ponto de vista da Igreja Católica. A Igreja então se organiza, analisa a proposta que está em tramitação no Congresso, observa se a mesma vai ao encontro de seus interesses e prepara argumentas para fundamentar seus membros para o debate público. Fazendo com que estes combatam as ideias contrárias propagadas pelos intelectuais que discordam da proposta de Lacerda e da Igreja.

O projeto de LDB tramitou por 13 anos no Congresso, passando por vários momentos como vimos ao longo do texto, Carlos Lacerda, deputado da UDN apresentou por 3 vezes substitutivos de orientação privatista, em 1955, 1958 e 1959. Propostas que tinham a Igreja Católica e as instituições particulares como beneficiadas:

O longo processo de aprovação da LDB, envolveu protagonistas de diferentes filiações político-ideológicos. Integram os varais comissões e subcomissões responsáveis pelo andamento do projeto desde representantes da Associação Brasileira de Educação (ABE) e reformadores das décadas de 1920 e 1930 até políticos de direita e membros da Igreja (VEIGA, 2007, p. 285).

O substitutivo Lacerda foi aprovado como a primeira LDB brasileira pelo presidente João Goulart (1961 – 1964), e promulgada em dezembro de 1961, tendo como ministro da educação o baiano Antônio Ferreira de Oliveira. Conhecida como Lei 4024/61, o texto normativo manteve a autonomia administrativa dos estados, no ensino primário e normal e assegurou a educação como direito de todos os cidadãos.

Em relação ao ensino religioso a LDB apresenta em seu artigo 97 a seguinte afirmativa:

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 97. O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.

§ 1º A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos.

§ 2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva (BRASIL, 1961).

Chama a atenção o lugar que está alocado o artigo que normatiza o ensino religioso, nas disposições transitórias. O ensino religioso é apresentando como uma disciplina com horários regulares nas escolas públicas, continuando a apresentar-se

de matrícula facultativa e sendo ofertado de acordo com a confissão religiosa dos alunos. O texto muda em relação a redação do decreto de 1931 e da constituição de 1934 ao afirmar que não será exigido um número mínimo de alunos para que as aulas sejam ministradas.

Estabelece a diretriz em relação ao registro dos professores que iriam lecionar a disciplina e que essa era uma responsabilidade das autoridades eclesiásticas. Não foi definido pela LDB as modalidades de ensino em que deveriam acontecer as aulas de religião, se estas estariam voltadas as escolas primárias, ao ensino secundário, as escolas normais ou ao ensino técnico.

Ao se analisar o decreto de 1931, as constituições de 1934, 1937, 1946 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, percebe-se que ao longo dos 30 anos estudados ocorreu um grande investimento da Igreja para inserir e manter o ensino religioso junto às escolas públicas.

Será que foi uma vitória política pela metade ou uma derrota não assumida? Em nenhum momento a Igreja conseguiu se constituir na religião oficial do Estado, como aconteceu no Império, e se no campo da legislação essa vitória não pode ser afirmada como completa, como terá sido essa questão na prática?

Temos pesquisado ao longo do texto, decretos, constituições, legislações e documentos produzidos pela Cúria Metropolitana de São Paulo. Estudamos e indagamos acerca das relações estabelecidas entre o Estado Brasileiro e a Igreja Católica para a inserção do ensino religioso, e o apoio político mútuo, buscado por ambas as instituições na busca pelo poder. As legislações foram analisadas como dispositivos de governo, mas propostas por determinados sujeitos com claras proposições ideológicas e sociais no campo da educação, a legislação sendo lida e analisada como forma de organização.

Carlos Roberto Jamil Cury (2000) em seu livro “Legislação Educacional Brasileira” afirma que legislação, quer dizer algo que foi dito, que foi “escrito” sob forma de lei e que está sendo apresentado ou que está se dando a conhecer ao povo, inclusive para ser lido e inscrito em nosso convívio social.

Foucault (1979) descreve a legislação como:

Razão do Estado, entendida não só no sentido pejorativo e negativo que hoje lhe é dado (ligado à infração dos princípios do direito, da equidade ou da humanidade por interesse exclusivo do Estado), mas no sentido positivo e pleno: o Estado se governa segundo as regras racionais que lhe são próprias, que não se deduzem nem das leis naturais ou divinas, nem dos preceitos da sabedoria ou da prudência; O Estado, como a natureza, tem sua racionalidade própria, ainda que de outro tipo. Por sua vez, a arte de governo, em vez de fundar-se em regras transcendentais, em um modelo cosmológico ou em um ideal filosófico-moral, deverá encontrar os princípios de sua racionalidade naquilo que constitui a realidade específica do Estado (FOUCAULT, 1979, p. 286).

Esta razão de o Estado normatizar as relações humanas nas instituições escolares. Por que o ensino religioso nas escolas públicas suscita tanta discussão? O que está por trás desta questão? Será apenas uma discussão sobre uma disciplina dentro de um conjunto de matérias a ser ensinadas no composto curricular de uma escola? Cury (2004) em seu artigo “Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente” afirma que “O ensino religioso é mais do que aparenta ser, isto é, um componente curricular em escolas. Por trás dele se oculta uma dialética entre secularização e laicidade no interior de contextos históricos e culturais precisos” (CURY, 2004, p. 183).

Quando citamos a palavra secularização e laicidade, é importante trazermos o significado das mesmas, pois são conceitos fundamentais dentro da discussão sobre ensino religioso. Segundo o dicionário Larrousse Cultural 1999: Laicidade é a “concepção e organização da sociedade fundadas na separação entre Igreja e Estado e que excluem as Igrejas do exercício de todo o poder político e administrativo e, em especial, da organização do ensino” (LARROUSSE CULTURAL, 1999, p. 556).

Compreende-se, então, que dentro de um Estado laico a Igreja não deve intervir na organização do processo educativo. A palavra secularização, segundo o dicionário acima citado é “fazer voltar ao século, a vida ao mundo leigo (o que era do domínio religioso), sujeitar-se as leis civis, abandonar uma ordem religiosa” (*idem*, p. 815)

As autoras Débora Diniz e Tatiana Lionço (2010), no artigo “Educação e Laicidade”, afirmam que laicidade e secularização são dois conceitos-chave para analisar a relação dos estados com as religiões (DINIZ e LIONCO, p. 11), dependendo das tradições políticas e sociais e culturais dos países, uma sociedade pode ser secular e normativamente laica.

Catroga (2010) ao discutir o conceito de secularização problematiza a questão afirmando que esta é uma palavra chave para entender o mundo contemporâneo, dentro do debate político e filosófico. Para entender o significado da palavra no contexto atual é importante entendermos a gênese da palavra. O conceito de secularização apareceu na confluência de várias tradições, podendo ser assim resumida:

(...) resultou do diálogo entre a herança Greco-Romana e o cristianismo, legado que o direito canônico virá a recolher, para denotar a separação do clero do mundo dos fieis seculares ou leigos; a que resultou da relativa diferenciação entre o domínio político e o espiritual, justificada através de argumentos de cariz jurídico-político, e a que foi fruto da experiência moderna de tempo, cujo primeiro grande momento forte se deu com a Revolução Francesa (CATROGA, 2010, p. 49).

A palavra secular para o cristianismo tem uma acepção negativa, significando “momento presente”, este século, fazendo contraponto à eternidade, ao futuro, que é a ideia da Igreja, para a mesma vivemos para o futuro, para o reino de Deus. A palavra secular é usada para indicar o mundo dos pagãos, e para definir a degradação humana em seu afastamento do divino (CATROGA, 2010).

Quando nos referimos à palavra secular estamos referenciando o tempo presente e a necessidade de vivenciá-lo e, desta forma, o conceito passou a adquirir a conotação de perda das sociedades modernas na fé e na relação com a religião. Para se tornar secular é necessário posicionar-se no tempo presente, dentro da racionalização científica e neste sentido há um rompimento com a fé e a expectativa da religião que tem sempre a esperança em um mundo que está por vir.

Nas pesquisas nas áreas de ciências da religião e no ensino religioso a palavra secularização vem sempre associada a palavra laicidade: para Catroga (2010), isso se dá “porque esta terminologia, nasceu primordialmente, no interior da religião judaico-cristã” (CATROGA, 2010, p. 273). É necessário entender a diferença existente entre estes dois conceitos. Há três entendimentos para a palavra secularização:

(...) a que se refere ao distanciamento dos atores sociais em face das tradições religiosas; a que conota a tendência moderna para se privilegiar a pertença ao mundo; e a que traduz o processo de diferenciação estrutural e funcional das instituições, a que se chamou laicização (CATROGA, 2010, p. 274).

A laicidade está mais associada aos aspectos institucionais e políticos, sempre que nos referimos ao laico estamos nos reportando às instituições. Um Estado laico é um lugar público que não possui referência à fé religiosa, um espaço que se utiliza da racionalidade científica. E a discussão da escola enquanto espaço laicizador afirma-se como uma prioridade do Estado Moderno:

O processo laicizador afirmar-se-á, com prioridade, no terreno da educação e do ensino, sinal inequívoco de que ele, se visava separar as Igrejas da Escola e do Estado, também o fazia para socializar e interiorizar ideias, valores e expectativas. Daí que as suas facetas jurídico-político apareça sobre determinadas, em última análise, por finalidades de matriz mundividencial (CATROGA, 2010, p. 275).

A relação de força entre Igreja e Estado na história brasileira se faz presente desde o Brasil Colônia, se construindo e reconstruindo de maneiras diferentes ao longo da nossa história. A busca de se fazer presente na arena educacional é uma forma da Igreja assegurar o seu proselitismo religioso em uma instituição que funciona como um dos aparelhos ideológicos do Estado. Esta questão sempre foi motivo de muitas discussões no seio da sociedade e revela que é muito mais do que apenas a discussão sobre uma disciplina escolar. Ela perpassa por uma forma de controle social pelas instituições políticas e religiosas.

Retomando ao pensamento de Foucault (1979) o problema do governo das almas e das condutas, tema da pastoral católica e protestante; problema do governo das crianças, problema central da pedagogia são questões presentes na atualidade, questões vivenciadas nas relações de poder em seus vários níveis, e que se reflete nas escolas e no ensino.

É sabido que estas relações de governabilidade são extremamente complexas, deve-se levar em conta para realização destas análises pontos como: procedimentos, reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer de forma bastante complexa o poder, e que estas articulações têm como objeto final o controle da população, em seus aspectos econômicos, políticos e sociais.

A religião nas escolas, impostas como norma legislativa, é uma das formas de governo das almas, dos indivíduos que compõem a sociedade. Vimos no decorrer do texto que a inserção do ensino religioso a partir do decreto de Francisco Campos em 1931 e de sua inserção na constituição de 1934 tendo permanência até os dias a LDB de 61 foi fruto de uma complexa articulação.

O governo de almas traz algumas “doutrinas” confessionais utilizadas pelo Estado para inculcar condutas sociais nos indivíduos, como os valores morais para as famílias, como afirma Foucault (1979)

A governamentalidade nasceu a partir de um modelo arcaico, o pastoral cristão, apoiou-se em seguida em técnicas diplomático-militar e finalmente como esta governamentalidade só pode adquirir suas dimensões atuais graças a uma série de instrumentos particulares, cuja formação é contemporânea da arte de governo (FOUCAULT, p. 293).

No decorrer do texto analisamos as relações políticas entre o Estado e a Igreja, problematizando os conflitos experienciado por ambas, conflitos de interesses nem sempre aparentes, instituições em busca de governar a mente da população, com objetivos políticos, econômicos e sociais.

O ensino religioso sempre fez parte dos conteúdos ensinados na escola, como a história sagrada nas escolas elementares do Império. Quando utilizo o conceito de tradição me refiro ao conjunto de sistemas simbólicos que são passados de geração a geração, ela possui um caráter repetitivo, mas é dinâmica e vai se organizando do mundo dentro de cada tempo histórico.

Hobsbawm e Ranger (1997) observam que toda a tradição é uma invenção que surgiu em algum lugar do passado, e ao longo do tempo vai passando por alterações, as tradições estão sempre mudando, de acordo com as relações sociais e as mudanças no mundo, elas vão se reinventando, o que as mantém como tradicional é a integridade de sua resistência, sua continuidade frente aos contratempos e as atualizações da modernidade.

Nesse sentido afirmamos que o ensino religioso sempre fez parte da tradição escolar brasileira, dos conteúdos ensinados na escola, desde o século XVI, se afirmando em 1827 na primeira lei da instrução pública, tendo como objetivo da disciplina, história sagrada, a formação moral da sociedade. Ao retornar como disciplina escolar em 1931 há uma reinvenção da tradição, colocando-o agora enquanto disciplina escolar, com conteúdo específico, objetivos de formação dentro do currículo escolas, nesse momento ela volta com o mesmo intuito do século anterior, a formação moral da população.

As tensões estabelecidas entre intelectuais católicos e os Pioneiros da Escola Nova estavam no campo da discussão sobre o papel da escola pública, pela busca

do Estado Laico, entendendo que a construção da moral se dá por princípios racionais, positivista, científicos. Partindo do princípio da escola como um espaço democrático, não aceitando o que não tenha fundamento na ciência. A secularização da sociedade se passa pela modernização da escola, e com a religião fazendo parte do currículo escolar isso não será possível. Embates que historicamente se fazem presente na história da educação e da escolarização da sociedade brasileira.

CAPÍTULO II

ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DE SÃO PAULO

Este capítulo aborda o percurso da constituição do Ensino Religioso em seus aspectos pedagógicos e curriculares nas escolas públicas primárias do Estado de São Paulo, entre os anos de 1931 a 1961.

Na primeira metade do século XX, o Estado de São Paulo vivia momentos de grandes mudanças sociais que proporcionaram um novo lugar na arena educacional do país como muitos estudos identificaram. A nova posição educacional do Estado de São Paulo no período tem sido abordada sob diferentes aspectos por estudos da história educacional que destacam, sobretudo, o seu caráter liberal e progressista da nova política com vistas ao atendimento de uma sociedade urbanizada e em constante crescimento. Segundo Carvalho (1989) a escola era vista como o lugar de instauração da nova ordem social. Vários setores da sociedade reivindicavam seus direitos à educação escolar, tendo surgido movimento de escolarização diferenciada para os diversos grupos sociais, em especial a nova classe trabalhadora pós-escravidão que passou a reivindicar uma escola que atendesse às suas necessidades, com variados projetos decorrentes de ideais, os anarquistas, assim como de setores que iniciavam a organização do movimento negro com a Fundação da Frente Negra Brasileira fundada em 1931 (ARAUJO, 2008). Muitas reformas educacionais se sucederam no decorrer da década de 1920, reformas estas controladas pelo poder político do estado paulista no sentido de proporcionar uma expansão da rede escolar primária, mas sob controle curricular (BITTENCOURT, 1990). A organização de um currículo de cunho nacionalista se disseminava visando “nacionalizar” imigrantes e a própria população rural que migrava para as cidades paulistas em levadas constantes. Conforme apresentado no capítulo anterior, o controle moral estava em debate junto aos novos setores educacionais e as mudanças curriculares deveriam atender aos novos desafios proporcionados por ideias socialistas de cunho antirreligioso assim como “modernizar” o catolicismo popular, oriundo das práticas rurais. No decurso das reformas educacionais em 1931 o ensino religioso foi aprovado como uma disciplina fazendo parte do currículo escolar das escolas públicas primárias. Situamos, então, neste capítulo, questões

decorrentes desta implementação em São Paulo, problematizando as estratégias da Cúria Metropolitana de São Paulo para normatizar e inserir o ensino religioso nas escolas públicas primárias do Estado de São Paulo. Como a Igreja Católica se apropriou dos princípios pedagógicos inovadores da escola ativa dentro de suas linhas teológicas? Quais foram os mecanismos de vigilância instituídos pela Arquidiocese paulista no processo de inserção do ensino religioso nas Escolas Públicas Primárias?

As análises têm como fontes os documentos produzidos pela Diretoria do Ensino Religioso da Arquidiocese de São Paulo³, destacando-se a revista “A Ordem”, Circulares produzidas pela Cúria Metropolitana de São Paulo (1935), Boletins institucionais como a Folha Catequética, relatórios da Inspeção Arquidiocesana sobre escolas públicas primárias, o Programa do Ensino Religioso da Arquidiocese de São Paulo (1935) e o Relatório Geral do Instituto de Ensino Catequético de São Paulo (1956).

2.1. A Sagrada Congregação do Concílio e as diretrizes para o Ensino Religioso na Arquidiocese de São Paulo

Em 09 de agosto de 1935 foi promulgado pela Diretoria do Ensino Religioso da Arquidiocese de São Paulo um manual de 35 páginas que estabelecia as regras de funcionamento do ensino religioso como disciplina escolar nas instituições públicas do Estado de São Paulo. O documento foi publicado pelas Oficinas Gráficas Ave Maria, localizada na cidade de São Paulo. A apresentação do documento foi escrita por Dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo metropolitano de São Paulo, na forma de um decreto:

Decreto

Dom Duarte Leopoldo e Silva, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, arcebispo Metropolitano de São Paulo.

Aos que o presente decreto virem saudações, paz e benção do nosso senhor.

Da conformidade com o que dispõe o decreto da Sagrada Congregação do Concílio em 12 de Janeiro de 1935 sobre o ensino do catecismo, havemos por bem instituir em nossa Arquidiocese de São Paulo, pelo presente decreto realmente instituímos a DIRETORIA DO ENSINO RELIGIOSO,

³ Esta diretoria era o órgão técnico e executivo que possuía a função de coordenar, orientar, administrar e fiscalizar todo o ensino religioso dentro dos limites da Cúria Metropolitana de São Paulo

cujas atribuições constam dos Estatutos respectivos, também por nós aprovados.

Dado e passado em nossa Cúria Metropolitana, sob o sinal e selo de nossas armas aos nove de agosto de 1935 na comemoração de São João Maria Vianney. Duarte – Arcebispo Metropolitano (Diretoria Arquidiocesana do Ensino religioso. 1935, p. 4)

O decreto a que se refere Dom Duarte é o “Proviso Sane Consilio” (Sagrada Congregação do Concílio) que estabeleceu as diretrizes da Igreja Católica em relação ao catecismo das crianças e Jovens no mundo. É datado de 12 de janeiro de 1935, sendo considerada a Carta Magna da organização catequética da Igreja Católica.

A Sagrada Congregação do Concílio apresentava a Igreja Católica como a guardiã e mestra da verdade de Deus, e que dentre as incumbências da mesma estava a de:

... fazer com que a celeste sabedoria, pelo auxílio e ministério de um professor legítimo, fosse catequisticamente ensinada, aos que se devem iniciar ao conhecimento de Cristo Senhor e instruir-se na sua doutrina, especialmente quando se tratar de crianças e rudes. (Sagrada Congregação do Concílio, 1935, p.23)

O documento expressa a necessidade da catequese a partir das crianças e da população mais pobre, além de manter a atuação da Igreja Católica na contínua prática de conversão da população.

Em relação à atuação das ações constantes da catequese deveria estar atento às condições culturais peculiares da infância e da juventude:

Acrescente-se ainda a indolência própria das crianças e dos jovens que se preocupam com outras cousas, preferem os jogos e exercícios corpóreos, procuram, especialmente, nos dias de festa, espetáculos profanos, nos quais não raro se relaxam os costumes; eles evidentemente desleixam a freqüência do catecismo paroquial e assim desde a primeira infância começa para agravar-se com o correr dos anos aquele esquecimento e menosprezo das cousas divinas, por nos tão deplorado. (Sagrada Congregação do Concílio, 1935, p.24)

Torna-se evidente a intenção da Igreja em frear as inclinações das crianças e jovens para atividades físicas, jogos, festas, espetáculos profanos, como se estas escolhas fossem algo amoral que deveriam ser evitadas, considerando ainda que tais atividades provocassem o desinteresse pelo catecismo paroquial e pelo menosprezo às coisas divinas. A visão da Igreja era negativa sobre a infância e a juventude considerando como uma fase em que deveria haver uma constante vigilância para se obter a conversão ao divino e ao catolicismo.

A Sagrada Congregação do Concílio pontua qual é o papel do Estado frente à evangelização.

Que a iniciação e o ensino católico das crianças e dos jovens envolva o bem do Estado é patente, muito importa ao Estado, como a religião, que os cidadãos, ao lado de conhecimentos meramente humanos e dos preceitos da educação civil, adquiram sentimentos cristãos.

Estas considerações explicam porque com tanto amor e não menor sabedoria a igreja, mestra da Verdade e da Moral Católica, assumindo a pessoa de Cristo clame com veemência: Deixai que os pequeninos venham a mim, e não os afastai, porque deles é o reino dos céus. (Sagrada Congregação do Concílio, 1935, p.24)

A Igreja colocava-se, então, como uma instituição que colaborava e participava do controle do Estado sobre os cidadãos, tendo suas ações pautadas na necessidade da população. Apresentava-se em um papel de ação pública e de benevolência em relação ao povo, pois, ela era a detentora da moral, a qual deveria ser transmitida também pela via da religião.

A “Sagrada Congregação do Concílio” descreve as ações de antigos papas relacionadas ao catecismo, destacando a Encíclica Papal de Pio X de abril de 1905 e sobre as determinações do Papa Pio XI de 29 de junho de 1923. Discutindo o papel dos bispos nas igrejas e a problemática dos casamentos mistos, entre católicos e não católicos. O documento também apresenta as doutrinas que fundamentam o catecismo, a necessidade de novas determinações, o papel dos bispos, dos párocos, dos clérigos e leigos, dos religiosos, dos pais e os mandamentos de todas as escolas de catecismo, as dioceses, determinando os dias de catecismo, as ações católicas e os procedimentos para a formação de catequistas. Em sua conclusão, indica-se que todos os bispos enviem de cinco em cinco anos um relatório sobre a ação catequética em suas paróquias.

2.2 O Estado de São Paulo e as diretrizes para as escolas públicas primárias

Em 1935, quando a Cúria paulista lançou suas diretrizes para o funcionamento do ensino religioso, o Estado de São Paulo vivenciava um movimento ainda conflituoso frente ao governo federal, além de muitas inovações pedagógicas diante das propostas dos escolanovistas que haviam assumido cargos educacionais no governo estadual. A tensão política resultante do conflito de 1932 mantinha-se apesar do período de constitucionalização de 1933/34.

O movimento de 1932 uniu diferentes setores sociais, da cafeicultura à classes média, passando pelos industriais. Só a classe operária organizada, que se lançara em algumas greves importantes no primeiro semestre de 1932, ficou à margem dos acontecimentos. A luta pela constitucionalização do país e os temas da autonomia e da superioridade de São Paulo diante dos demais Estados eletrizaram boa parte da população paulista (FAUSTO, 2006, p. 192).

Após a derrota dos paulistas, a situação permaneceu em constante tensão e o governo de Vargas continuou sofrendo forte resistência por parte dos grupos políticos e econômicos paulistas. De maneira geral, a relação entre o governo federal e o paulista não foi tranquila em toda a fase getulista, embora seja importante destacar que os trabalhadores urbanos (o operariado, em particular) apoiavam a política trabalhista de Getúlio Vargas.

No plano da educação escolar, São Paulo era o estado que vinha liderando uma série de reformas educacionais desde 1920 e buscava ampliar o atendimento quanto à formação primária, além de se preocupar com a formação técnica de alunos em uma região que se industrializava e ampliava os serviços urbanos de forma constante. Educadores provenientes do ideário da Escola Nova haviam assumido postos no governo educacional e tentavam implementar um currículo de caráter laico, conforme expresso no Anuário de Ensino do Estado de São Paulo de 1935/6, que definia como seria o funcionamento dos grupos escolares:

O programa como se vê, está bem ordenado e permite aos professores movimentar-se livremente, qualquer que seja a orientação processual que possuam. Para os quatro anos do curso da escola primária tresdobrada, não nos parece possível exigir mais. A escola tresdobrada, felizmente é um mal prestes a desaparecer, e já podemos ir cogitando da adopção de mais amplo programa, no qual deverão ocupar lugar saliente a formação cívica da nossa juventude, assim como a educação physica e a sua irmã gêmea, a educação hygienica.

Outro senão a remover-se é o programa das escolas isoladas. Está ele representado actualmente, pelo dos grupos escolares, menos a parte que corresponde ao quarto grau. É um programa interrompido. Já constituímos, por isso, uma comissão com encargo de organizar o programa específico da escola isolada, o qual articulado com o dos grupos escolares, deve formar um todo. Nos seus três anos de duração (ANUÁRIO DE ENSINO, 1935-6, p. 123-4).

De maneira geral, o ensino primário, ao longo dos anos de 1920 e 1940 vivenciou uma expansão gradual, atingindo metade das crianças em idade escolar. Sztutman (2014) afirma que:

Em 1944, já se atendia 50,9% da população entre 8 e 13 anos de idade, do Estado de São Paulo. Destes, a maioria dos favorecidos era a população urbana. Enquanto a matrícula das zonas urbanas do interior paulista representava a média de 88,1%, nas zonas rurais apenas 30,4% das crianças em idade escolar estavam matriculadas. Em números absolutos, a população era de 7.890.200 habitantes, as crianças em idade escolar 1.190.722 e 606.533 estavam matriculados em Escolas Primárias (SZTUTMAN, 2014, p. 47).

Souza (2008) ao analisar a expansão dos grupos escolares em São Paulo afirma que eles foram fundamentais na expansão do ensino primário, o desenvolvimento desses estabelecimentos de ensino ocorreu simultaneamente ao crescimento urbano. A tabela abaixo nos apresenta o crescimento das escolas públicas no período.

Tabela 2.1

Taxa de crescimento: Escola Pública X Escola Particular

Ano	Matrículas Públicas	Matrículas Particulares	Total
1930	66.488	61.982	128.470
1945	134.771	64.730	199.501
1958	331.705	42.031	373.736
1966	501.792	89.228	591.020

Fonte: Diretoria Geral do Ensino. Estatística escolar de 1930, Governo do Estado de São Paulo, DE. Anuário Estatístico, 1958, 1966.

Ao analisar a tabela 1, percebe-se que o crescimento da escola pública foi maior em número de matrículas do que as escolas particulares. A partir da década de 30 iniciou-se uma expansão das escolas primárias paulistas. Ao ler os dados e verificar o número de crianças que frequentavam as escolas públicas podemos questionar quem eram esses alunos.

Bittencourt (1990) afirma que:

Responder a esta questão é, entretanto, uma tarefa difícil e complexa pela precariedade dos dados disponíveis. Sobre os grupos escolares no período, ao que indica a documentação de 1936, tratava-se de uma clientela, em sua maioria de baixa renda. Mas, havia grupos escolares em situações privilegiadas, como o anexo à Escola Normal da Praça e os demais existentes junto às Escolas para formação de professores, além dos que se mantinham com um único período de aulas (BITTENCOURT, 1990, p.99).

A partir das discussões apresentadas não é possível descrever um único modelo de escolas primárias em São Paulo, os grupos escolares eram bastante heterogêneos em sua população, dependendo da região em que estava localizado ele atendia a uma determinada população com condições econômicas diversas.

Havia propostas de ensino primário também para os trabalhadores, escolas noturnas para atendimento de alunos menores e trabalhadores. Em 1918 haviam 3.285 alunos matriculados nas escolas noturnas, mas, os que frequentavam a escola efetivamente eram 1.146. Isso gerava grande preocupação as autoridades, que reduziam o período de aulas e sugeriam que não deveria ter aulas nos dias de sábado, pois neste dia os alunos trabalhavam até tarde e recebiam seu salário semanal, indo a noite fazer suas compras (BITTENCOURT, 1990).

O ensino primário voltado ao trabalhador não foi tarefa exclusiva do Estado, a Igreja Católica teve ações voltadas para a educação popular. As iniciativas católicas frente à educação primária tiveram início na primeira década do século XX, segundo Bittencourt (1990); “a preocupação da Igreja com a educação popular associa-se as questões políticas do período e às relações com os trabalhadores industriais, setor que frontalmente se organizava em oposição à política e ordem vigente” (BITTENCOURT, 1990, p. 112).

A primeira iniciativa da Igreja Católica, voltada para meninos e meninas, moças e moços operários, foi denominada de Escolas Populares, criada em São Paulo em 1910 por iniciativa de alguns membros da sociedade católica. O objetivo era alfabetizar e evangelizar crianças pobres e operárias. Estas escolas eram financiadas pela Igreja e tinham como conselheiro espiritual Dom Duarte Leopoldo Silva.

Biccas e Garcia (2007) descrevem no artigo “Escolas Populares: iniciativas católicas em São Paulo (1910-1941)” que:

Para entender o que estas Escolas significaram para a Igreja Católica e para a educação do período é importante trazer João Lourenço Rodrigues, na sua participação no Congresso Católico, realizado em São Paulo, em 1916, ao ser convidado para falar sobre o sistema escolar católico, no qual cita as Escolas Populares. João Lourenço considera as Escolas Populares como sendo uma boa referência para “educar cristãmente os filhos dos operários, contrabalançar e possivelmente neutralizar a influência das escolas sectárias que buscam esses meios como um terreno de eleição” (BICCAS e GARCIA, 2007, p.3).

João Lourenço Rodrigues⁴ em seu discurso “Quem é o dono da educação é o dono do mundo” relata que as Escolas Populares foram fundadas em 1910, e em 1916, estas escolas ainda eram pouco conhecidas e nem figuravam no Anuário de Ensino do Estado de São Paulo. No referido discurso, João Lourenço, busca incentivar o público a observar esta iniciativa católica, pois se constituía em importante instrumento de luta contra o ateísmo e contra os movimentos operários que estavam insurgindo contra a proposta de educação republicana.

As Escolas Populares funcionaram por mais de 25 anos, as professoras deveriam se apresentar ao Conselho administrativo, a cada três meses para prestar contas dos trabalhos escolares e expor as dificuldades pedagógicas. Em 1918, no Anuário de Ensino do Estado de São Paulo há uma referência às Escolas Populares e sobre as professoras. Biccás e Garcia (2007, p. 14):

Seu pessoal docente é constituído, na quase totalidade, de professoras diplomadas na nossa Escola Normal, as quaes, além da instrução religiosa, leccionam aos alumnos leitura, linguagem oral e escripta, calculo, geografia e história pátria e noções de educação moral e cívica, de accôrdo com os methodos adoptados em nossos estabelecimentos estaduaes de ensino (BICCÁS e GARCIA, 2007, p.14).

Segundo o Estatuto de Fundação da Associação, no início a instituição objetivava atender meninos menores de 12 anos e meninas menores de 18. No período de funcionamento as escolas atenderam um grande número de alunos, em 1910, ano da criação das escolas, a soma dos alunos matriculados é de 287. Em 1920, com dez anos de existência, as Escolas atenderam em torno de 5.000 alunos. No levantamento de dados extraídos dos relatórios encontrados chega-se a um total de 17.910 alunos, mas sabe-se que o número de alunos que frequentaram estas escolas em todo o período de funcionamento é muito maior (BICCÁS & GARCIA, 2007). As Escolas Populares, pelo seu longo período de existência e por ter priorizado a educação primária, realmente constituiu-se em um importante laboratório no sentido de experimentar a catequização anunciada ao processo de escolarização das crianças. Experiência fundamental para o planejamento da inserção da disciplina de Ensino Religioso a partir do decreto de abril de 1931.

⁴ João Lourenço Rodrigues (1869-1954) – formado pela Escola Normal da Capital, ocupou diferentes e variados cargos no ensino paulista, principalmente durante a primeira república.

2.3 A normatização do ensino religioso na Arquidiocese de São Paulo

A Igreja Católica acumulou experiência por anos e, com a ampliação da oferta do ensino primário no Estado de São Paulo ela se interessou em atender os alunos que iriam frequentar estas escolas para realização do proselitismo católico dentro das escolas públicas.

Em São Paulo as propostas do Vaticano foram instituídas em agosto de 1935. A Diretoria do Ensino Religioso da Arquidiocese de São Paulo publicou suas normas em um documento que foi apresentado no formato de um livro, organizado em seis capítulos e os apêndices. Nos apêndices foram apresentadas as legislações paulistas que referendaram o ensino religioso, documentos produzidos pelo Vaticano que fundamentavam toda a proposta relacionada ao ensino da religião católica que seria colocada em prática pela Cúria Metropolitana no Estado de São Paulo.

No primeiro capítulo foram descritas as atribuições da Diretoria Arquidiocesana do Ensino Religioso que passou a ser o órgão técnico e executivo encarregado de coordenar, orientar, administrar e fiscalizar todo o ensino religioso dentro dos limites da arquidiocese. Deveria, assim, organizar os serviços administrativos e técnicos de coordenação, orientação, administração e inspeção, necessários para garantir a rigorosa ortodoxia, o bom funcionamento e a máxima eficiência do ensino religioso em toda a Arquidiocese.

O diretor Arquidiocesano do Ensino Religioso seria nomeado pelo Arcebispo metropolitano e os órgãos que compunham a mesma eram: - conselho arquidiocesano de ensino religioso, - secretaria arquidiocesana de ensino religioso, - tesouraria arquidiocesana de ensino religioso, - departamento administrativo do ensino religioso, - departamento técnico de formação de catequistas, - inspetoria arquidiocesana do ensino religioso.

As atribuições do Conselho Arquidiocesano do Ensino Religioso foram definidas no segundo capítulo. Decretou-se que este seria composto de 12 membros nomeados pelas autoridades religiosas, sendo; três representantes do clero paroquial, três representantes do clero regular, um representante da Confederação Católica Brasileira de Educação, um representante da Legião de São Paulo, um representante da Liga do Professorado Católico, um representante do professorado

público, um representante do professorado particular leigo, um representante da juventude católica.

As competências deste conselho eram:

Entender-se com as autoridades do Ensino Público no sentido de serem respeitados e executados à risca os dispositivos legais sobre o ensino religioso nas escolas públicas e oficiais;

Fixar as diretrizes do ensino religioso na Arquidiocese;

Examinar e aprovar os programas de ensino religioso elaborados pelo Departamento Técnico de Formação de Catequistas;

Nomear os diretores e auxiliares efetivos dos vários departamentos enumerados no Art. 4º alíneas b-f.

Examinar e aprovar semestralmente os relatórios apresentados pelos mesmos departamentos, e sancionar os seus planos de ação;

Nomear comissões examinadoras para os diversos cursos mantidos pelo Departamento Técnico de Formação de Catequistas e conceder diplomas de Catequistas aos alunos por eles formados;

Examinar trimestralmente o balancete da tesouraria e estudar os meios de lhe assegurar uma receita que garanta o bom funcionamento e eficiência da Diretoria Arquidiocesana do Ensino Religioso e todos os seus departamentos;

Promover anualmente uma “Semana do Catecismo” na qual deverão tomar parte e prestar o seu concurso e apoio todas as escolas e colégios católicos da Arquidiocese, assim como todas as associações diocesanas ou paroquiais (Diretoria Arquidiocesana do Ensino Religioso, 1935, p. 6 e 7).

O terceiro capítulo em seus oito artigos descreveu as funções da secretaria, tesouraria e departamento administrativo do ensino religioso. Estabelecendo que estes seriam os órgãos executivos do departamento, cabendo a secretaria a divulgação de informações, correspondências propagandas e avisos, realização de relatórios, das estatísticas e organização dos arquivos e fichários.

Ao Departamento Administrativo coube a organização do ensino religioso nas escolas públicas e particulares, e em todas as paróquias, a realização anual do alistamento dos professores catequistas aptos para ministrar as aulas de religião, promover e organizar as festas de primeira comunhão, comunhão pascoal e as demais festas comuns a infância escolar e festas de caráter religioso. Fazer as requisições ao almoxarifado e à caixa da tesouraria do material e dinheiro necessário para o bom funcionamento do ensino religioso em todos os setores.

O Departamento do Ensino Religioso foi dividido em duas seções, a seção do catecismo paroquial e a do catecismo escolar. A seção do catecismo paroquial era dirigida por uma junta nomeada pelo Conselho Arquidiocesano do Ensino Religioso dentre o clero paroquial da Arquidiocese. Para maior eficiência de sua atuação, a junta diretora dos catecismos paroquiais foi dividida entre as paróquias da Arquidiocese, em setores ou zonas distritais. Nomeando para cada uma delas uma comissão diretora composta por três membros.

A seção do catecismo escolar era dirigida por uma junta diretora composta pelas diretoras da Legião de São Paulo e da Liga do Professorado Católico. As comissões que compunham a Junta Diretora dos Catecismos Escolares eram as seguintes: Comissão do Ensino Particular, Comissão do Ensino Público Primário e Comissão do Ensino Secundário Profissional e Normal. Cabendo a cada uma destas comissões nomearem as delegadas responsáveis para verificar o andamento e o funcionamento do ensino religioso nas escolas e supervisionar se o mesmo estava funcionando dentro das diretrizes do Conselho Arquidiocesano.

Constituiu-se um departamento técnico de formação de catequistas com as diretrizes descritas abaixo:

Art. 18 O departamento técnico de professores catequistas, órgão técnico de orientação do ensino religioso na Arquidiocese terá o dever:

Elaborar um programa completo de ensino religioso para todos os graus, programa que, uma vez aprovado pelo conselho arquidiocesano do Ensino Religioso, será executado em todos os setores do ensino religioso dentro dos limites da Arquidiocese.

Examinar e dar parecer sobre todas as obras publicadas em matéria de ensino religioso, quer na natureza de livros de leitura bíblica ou religiosa, quer na natureza de compendio ou livro para mestres.

Organizar entre aos materiais existentes, uma lista de obras que sirvam para a formação de uma “Biblioteca Religiosa” para escolas primárias, secundárias e normais.

Criar um museu escolar modelo para o ensino religioso pelo método ativo e facilitar a formação de museus idênticos nas escolas primárias e normais.

Organizar e manter uma escola de formação de professores catequistas (Diretoria Arquidiocesana do Ensino religioso. 1935, p. 09 e 10).

No artigo 18 apresentou-se uma preocupação em relação às questões metodológicas da nova disciplina escolar. O ensino religioso deveria ser ensinado dentro de um rigoroso planejamento pedagógico, envolvendo desde a formação de

professores a organização de materiais didáticos. A questão do método de ensino (método ativo) chama atenção, demonstrando que a Igreja Católica estava preocupada com as novas pedagogias.

Havia uma enorme discussão sobre os métodos ativos no início do século XX. Também chamado de escola de iniciativa, termos usados para o movimento de renovação educacional da época. O método tinha como foco a aprendizagem dos alunos, das crianças. Para Lourenço Filho, o Método Ativo podia ser assim explicado:

[...] aprende-se observando, pesquisando, perguntando, trabalhando, construindo, pensando e resolvendo situações problemáticas apresentadas, quer em relação a um ambiente de coisas, de objetos e ações práticas, quer em situações de sentido social e moral, reais ou simbólicos. (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 151).

Lourenço Filho (1978) informa que em São Paulo havia escolas pioneiras na aplicação dos métodos ativos, eram elas; a Escola Experimental Rio Branco, a Escola Modelo, anexa à escola Normal da Praça da República, hoje Instituto Caetano de Campos e a Escola Americana, atual Instituto Mackenzie, começando com os cursos primários.

Manacorda (2004) afirma que as escolas ativas tinham grande enfoque na espontaneidade das crianças, na necessidade de entender e aderir ao desenvolvimento psicológico infantil por meio de formas adequadas, utilizando jogos, atividades livres, o desenvolvimento afetivo e a socialização.

As propostas de trabalhos pedagógicos com os métodos ativos no Brasil ganharam a forma de um grande movimento pedagógico, auto-intitulado por seus signatários de Movimento da Escola Nova. Para Diana Vidal e André Paulino:

A expressão escola nova designou um movimento de renovação dos processos educacionais, apoiado no progresso das ciências biológicas e psicológicas, nas atribuições sociais da escola, no industrialismo, na atividade infantil e no trabalho em solidariedade (VIDAL e PAULINO, 2003, p.375).

Nos levantamentos bibliográficos percebe-se em vários momentos a utilização da nomenclatura “Métodos Ativos” tendo o mesmo significado de “Escola Nova”. Mas, no documento elaborado pela Cúria Metropolitana de São Paulo que regulamentava o Ensino Religioso, está descrito como Método Ativo, deixando evidenciado o método de ensino, a questão pedagógica, não estabelecendo

nenhuma relação com o Movimento Político de Fernando Azevedo e seus demais signatários.

A Revista “A Ordem” apresentou em 1932 a relação entre o pensamento católico e a proposta pedagógica renovadora, em um artigo que explica o Movimento Social Brasileiro.

É uma associação inspirada na moral cristã, demonstrando nessa época de confusão labiríntica, ser aquela única legislação social sólida e indestrutível. É uma associação que acompanha a evolução cultural, adotando os princípios da pedagogia moderna, ao mesmo tempo em que renega o laicismo corruptor e gerador de maus caracteres, a mais clamorosa das crises que invadem o nosso país, em todas as direções. [...] A chamada escola nova exige com muita insistência aproximação entre professores e alunos. Esse ponto tem sido carinhosamente observado pelo Movimento Social Brasileiro. (A Ordem, ano XII (nova série), n.27, mai.1932, p.385-6)

Na seção Redação, da mesma revista sob o título “Mobilizemo-nos”, é destacado que “os métodos mais modernos da chamada Escola Nova, estão perfeitamente dentro do espírito da escola católica, tal como deve ser compreendida, se bem que nem sempre tal como é praticada” (A Ordem, ano XII (nova série), n.32, out.1932, p.404-5). A partir dos dois exemplos pode-se inferir que a Igreja não tinha restrição em relação às propostas pedagógicas do método ativo, o que se tinha era uma oposição política as interpretações realizadas pelo grupo dos escolanovistas que objetivavam uma escola pública laica.

As discussões sobre os métodos ativos estavam presente em todo o Brasil, em Minas Gerais, na reforma do ensino de 1891, é colocado a necessidade da reforma dos sistemas de ensino, é proposto que existisse um programa que pudesse ter uma orientação mais prática e útil para todo o ensino, como nos informa Gonçalves (2006):

Vê-se nessa proposição um interesse em dar ao programa uma orientação que se baseasse num ensino que incluísse a observação, a experiência, o estímulo a curiosidade, tomando sempre como ponto de partida do concreto para o abstrato, do simples para o complexo, do geral para o específico e do conhecido para o desconhecido, conforme preconizava os defensores do ensino ativo e prático (Froebel, Pestalozzi, Basedow) (GONÇALVES, 2006, p. 143)

Em São Paulo, Souza (2008) afirma que a renovação didática que ocorreu nas décadas iniciais do século XX ficou conhecida como escola ativa:

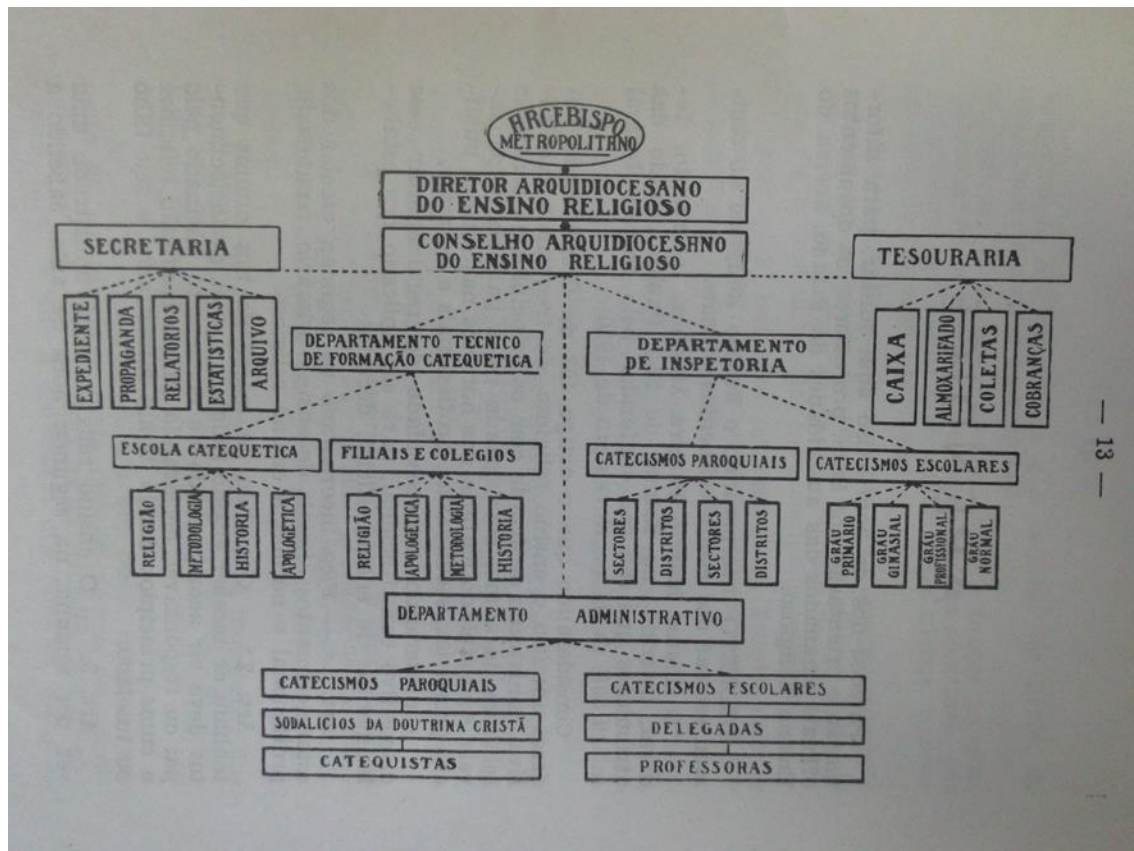
O conjunto das inovações instituídas na época envolveu a globalização do ensino entendido como o desenvolvimento de programa com base em centros de interesse, métodos de projeto e outras formas de integração das matérias, a utilização de atividades diversificadas, a realização de excursões, a instalação de salas ambientes, prática das atividades agrícolas e outras ações que rompiam com a sala de aula. (SOUZA, 2008, p. 80)

A escola primária de São Paulo foi sendo equipada com biblioteca infantil, cinema educativo, cooperativa, jornal infantil, banco escolar, horta, clube agrícola, associação de pais e mestres, caixa escolar, entre as décadas de 1930 e 1960. O Departamento de Educação de São Paulo buscou incentivar a implementação de todos os equipamentos acima descritos, pois estes faziam parte das propostas da escola nova.

A Igreja Católica estava atenta as propostas pedagógicas escolanovistas, porém, fazia adequações das propostas pedagógicas à doutrina da Igreja. Tendo como princípio as novas tecnologias de ensino, propunha que todo o planejamento envolvendo a disciplina de religião nas escolas públicas primárias, fossem dentro de um rigoroso processo pedagógico, desde a formação de professores a organização dos materiais didáticos.

A estrutura organizacional da administração do ensino religioso ficou assim estabelecida pela Cúria Metropolitana:

Figura 2.1: Mapa da instrução religiosa – 1935



FONTE: (Diretoria Arquidiocesana do Ensino religioso. 1935, p. 13)

Ao ler o mapa da instrução religiosa percebe-se que houve um rigoroso planejamento da Igreja em relação à organização do ensino, estabelecendo o papel de cada departamento. E a departamentalização da Cúria passava por uma racionalização dentro do modelo escolar.

2.4 O Ensino Religioso, entre a Igreja e a Escola

Seguindo as orientações de Roma, em 10 de maio de 1937 o diretor arquidiocesano publica um modelo de relatório que foi enviado para as paróquias paulistas. Que era composto pelas questões descritas no quadro a seguir:

Quadro 2.1 Relatório de catequização das paróquias de São Paulo

DIRECTORIA ARCHIDIOCESANA DO ENSINO RELIGIOSO

São Paulo, 20 de maio de 1937

Revdmo. Sr. Vigário

Viva Jesus!

Confiando no zelo e generosidade de V. Revdma., e para melhor orientação, e governo desta Directoria, venho respeitosamente pedir a V. Revdma. Que, por si ou pro um delegado, responda-me aos seguintes quesitos:

- 1) Existe em sua parochia o "Sodalicio da Doutrina Christã", como manda a Pastoral Collectiva, o Código do Direito Canônico, c. 711 e o ultimo decreto da S. Cong. Do Concílio sobre o catecismo? ----- Quantos associados tem? -----
- 2) Em que dias e horas, em sua Igreja parochial, ensina-se o catecismo às crianças? ----- Quantas Crianças freqüentam? ----- O cate O catecismo parochial depende immediatamente de V. Tevdma, ou de outra pessoa? ----- Neste caso, como se chama essa pessoa? -----, qual o seu endereço? -----
- 3) Há em sua parochia aulas de religião para as Filhas de Maria?----- quantos congregados marianos? ----- Quantas e quantos freqüentam? -----
- 4) Quaes são os Grupos escolares de sua parochia? ----- Houve ouvas ainda haver Comunhão Paschoal collectva, dos alumnos desses Grupos? ----- Quantos já fizeram este anno a 1ª Comunhão Paschoal?
- 5) Quaes são os estabelecimentos de ensino primário, secundário, escolas noturnas ou professionaes, existentes em sua parochia, além dos grupos? ----- Quem são os directores, quaes os endereços? -----? Dá-se catecismo nesses estabelecimentos de ensino? A quantos alumnos?
- 6) Essa parochia tem enviado á Cúria a porcentagem devida, a mandado da Pastoral Collectiva, sobre as esmolos para o catecismo? ----- Quereria V. Revda. enviar á esta Directoria a contribuição do anno passado, si ainda não enviou? -----

Revdmo. Sr. Vigário, por estes informes fico muitíssimo grato a V. Revdma., espero da sua bondade tel-os em minhas mãos antes do fim deste mez. Deus Nosso Senhor o recompense por mais este acto do seu zelo apostólico.

Com os protestos de minha admiração e amizade, sou de V. Revdma., servo humilde em Christo Jesus,

Director Archidiocesano

Fonte: Directoria Archidiocesana do Ensino Religioso - 1937

No modelo de relatório enviado para as paróquias, podemos perceber o que era esperada da Cúria de São Paulo em relação às Igrejas e as escolas. A disciplina de religião ensinada na escola não tirava a necessidade do catecismo nas paróquias, esta questão foi reafirmada em outros documentos. Dos padres era esperado que tivessem um controle sobre seus membros e que este controle fosse estendido até as escolas que estivessem localizadas dentro do espaço geográfico em que atuavam. Desta maneira a Cúria poderia dirigir e administrar tanto o ensino religioso dentro das Igrejas como nas escolas públicas de cada região. Havendo um

controle das ações catequéticas tanto nas paróquias quanto na escola, e o padre deveria acompanhar o ensino em ambas as instituições.

Para o maior controle das atividades de evangelização foi fundado o Instituto do Ensino Catequético, que objetivava arrebanhar pessoas para o trabalho de catequização para as paróquias e as escolas. O instituto tinha como fim a formação do apostolado leigo da Igreja, e a este apostolado caberia o trabalho catequético, nas escolas públicas e na Igreja. Para que as pessoas pudessem fazer parte deste grupo deveriam viver em castidade ou em estado de santo matrimônio, era o que afirmava o estatuto de fundação. Mas a preferência era por jovens que fizessem a opção pela castidade.

A opção pela juventude casta era devido à relação destes com as crianças, adolescentes e jovens, ao ministrar as aulas de religiões nas igrejas e escolas seriam vistos, dentro da percepção Cúria, como exemplos a serem seguidos. O tempo de estudos religiosos para os membros do Instituto Catequético era permanente e progressivo, e uma vez aceito as normas do Instituto e firmado compromisso seriam membros por tempo indeterminado.

O relatório do Instituto do Ensino Catequético de 1958 apresenta as atividades das paróquias da Lapa, Vila Anastácio, Vila Leopoldina, Vila Pirituba, Vila P. Barreto, Brasilândia e Osasco. O número de seus componentes femininos e masculinos e os horários de formação.

Tabela 2.2 - Relação de membros do Instituto Catequético – zona oeste de São Paulo

Paróquia	Membros Femininos	Membros Masculinos	Horário de Formação
Lapa	08	10	Homens / sexta-feira das 19:30 as 21:30 Mulheres / quarta-feira das 19:30 as 20:30
Vila Anastácio	15	0	Mulheres / terça-feira das 19:30 as 20:45
Vila Leopoldina	18	0	Mulheres / domingo das 16:00 as 17:30
Vila Pirituba	18	11	Homens / domingos das 08:30 as 10:00 Mulheres / domingo das 10:30 as 11:45
Vila P. Barreto	18	12	Homens / sábados 20:00 as 21:30 Mulheres / domingos das 09:30 as 11:45

Brasilândia	15	14	Homens / quintas-feiras das 20:30 as 22:00 Mulheres / domingo das 15:00 as 17:00
Osasco	10	0	Mulheres / domingo das 15:30 as 17:00

Fonte: Relatório Geral do Instituto de Ensino Catequético 30/12/1958

Ao ler o relatório, percebe-se que havia uma separação de homens e mulheres nas aulas de preparação para o exercício da catequese, sem haver uma ideia de co-educação entre os dois sexos dentro da mesma sala, mesmo se tratando de um curso livre para os leigos católicos. Havia mais mulheres fazendo o curso, sendo que para elas o tempo de aula semanal variava entre uma hora e quinze minutos a uma hora e trinta minutos. Para os homens os cursos variavam de uma hora e meia a duas horas por semana, sendo que os homens passavam por um tempo maior de formação do que as mulheres. O conteúdo do curso de formação iniciava-se com a História sagrada e os demais tópicos segundo a determinação do Catecismo de Trento.

A relação entre o catecismo escolar e o catecismo paroquial pode ser vista na tabela 2.2, em que se apresenta o número de membros do instituto que ensinavam catecismo nas Igrejas, nas escolas, na igreja matriz e em outras localidades da paróquia. O número de crianças que receberam o catecismo e a primeira comunhão como pode analisar no quadro abaixo:

Tabela 2.3 Relação de membros que ensinam o catecismo – zona oeste de São Paulo

Paróquias:	Lapa	Vila Anastácio	Vila Leopoldina	Vila Pirituba	Vila P. Barreto	Brasilândia	Osasco
Membros que ensinam o catecismo na Igreja	10	6	5	16	17	9	8
Membros que ensinam nas escolas	3	0	4	5	0	0	0
Escolas que recebem o catecismo	4	0	2	3	0	0	0

Fonte: Relatório Geral do Instituto de Ensino Catequético 30/12/1958

Ao observarmos a tabela 2.2, percebemos que existe todo um esforço da Cúria paulista em atender as diretrizes do Vaticano, mas que estes esforços não

apresentam um grande impacto pelos números de escolas atendidas, não sabemos se é devido a não adesão dos alunos ao catecismo escolar ou da resistência dos membros em ensinarem em locais fora da paróquia. Pois, de um total de 119 membros formados nos cursos de catequização, apenas 12 ensinam nas escolas. Dentro da regional oeste da cidade de São Paulo, apenas 6 escolas recebiam estes membros para ministrarem a matéria de ensino religioso.

Tabela 2.4 Materiais e livros didáticos distribuídos em 1958

Livros e materiais didáticos	Número de exemplares
Catecismo da Doutrina Cristã Nº 2	2.874
Catecismo da Doutrina Cristã Nº 3	189
Catecismo da Doutrina Cristã Nº 4	25
Livro do Mestre Nº 2	59
Catecismo Coleção FTD	10
Evangelhos	140
Bíblias	85
Saltérios	58
Histórias Sagradas	43
Novos Testamentos	6

Fonte: Relatório Geral do Instituto de Ensino Catequético 30/12/1958

No Relatório Geral do Instituto de Ensino Catequético não há uma separação entre os livros distribuídos entre as paróquias e as escolas primárias. O volume total de livros distribuídos entre os anos de 1954 a 1958 foram de 6.101 catecismos, 287 livros do professor, 80 exemplares do Catecismo da editora FTD, 295 Evangelhos, 152 Bíblias, 140 Saltérios, 99 Histórias Sagradas e 30 Novos Testamentos. Percebe-se uma ampliação na ação do Instituto de Ensino Catequético em 4 anos.

Nota-se, a partir do exposto, como as ações católicas para colocar o Ensino Religioso estavam amarradas, primeiramente temos o indicativo relacionado a importância do catecismo nas Igrejas e nas Escolas nas Encíclicas Papais de 1905 com o Papa Pio X, a confirmação na Encíclica Papal de 1923 com o Papa Pio XI. Em janeiro de 1935 a Sagrada Congregação do Concílio descreve sobre a importância do ensino religioso e suas ações “benéficas”, normatizando esta questão para o mundo, os três documentos citados são produzidos pelo Vaticano, são determinações mundiais de ação para evangelização da Igreja Católica.

No Brasil, particularmente em São Paulo, estas ações são colocadas em prática pela Cúria Metropolitana em agosto de 1935, por intermédio da Diretoria Arquidiocesana do Ensino Religioso. A partir deste momento vários grupos vão se organizando, como exemplo, apresentamos a organização do clero, dos padres nas Igrejas, em fazer um modelo de relatório em 1937 para as paróquias e a partir deste momento a articulação do mesmo junto aos membros da Igreja Católica para fundar o Instituto de Ensino Catequético em 1954. É um enorme exercício de controle para verificar se a religião católica estava tendo êxito em sua busca por novos membros.

Objetivando estabelecer e reafirmar as diretrizes do ensino religioso nas paróquias e nas escolas, a Cúria Metropolitana de São Paulo produziu também a, “Circular ao Revdmo. Clero” datado de 09 de agosto de 1935. Este documento endereçado ao Clero, também está fundamentado no Decreto Provido Sane Concílio da Sagrada Congregação do Concílio, da encíclica do Padre Pio X de 15 de abril de 1905 e no Código do Direito Canônico de 1333 e 1334. Estabeleceu as ações que os padres deveriam ter em relação ao catecismo em suas igrejas. Trazendo as determinações em relação aos colégios e escolas católicas e ao catecismo escolar.

Determinou-se aos colégios e escolas católicos que os reitores e diretores deveriam direcionar seus esforços para ofertar aos alunos e alunas uma sólida formação religiosa. Solicitando a direção que destinasse para as aulas de religião os professores mais hábeis, inteligentes e piedosos que tivessem em suas instituições. Os professores que tivessem aulas de religião atribuídas deveriam se julgar felizes em poder dar aos alunos aquela ciência que mais vale que todos os conhecimentos humanos.

Os colégios católicos deveriam aparelhar-se com todos os requisitos modernos da pedagogia, para assim terem mais vantagens em relação aos educandários leigos. Apesar de estar descrito na Circular ao Clero uma preocupação com as pedagogias modernas, esta retoma os dogmas católicos afirmando que: “Entretanto, a maior glória de um colégio católico não é a de formar homens cultos, ou proporcionar aos alunos conforto, mas educar gerações de católicos piedosos decididos na sua fé, dispostos a servir a Santa Igreja” (Circular ao Revdmo Clero, 1935, p.4). Percebe-se que as preocupações com as novas pedagogias, como podemos ler na Circular, é apenas uma questão de concorrência com as outras

escolas tanto públicas como particulares. Não é uma preocupação teórica, nem uma concordância que estes métodos sejam importantes. A Igreja se apropria dos métodos ativos para ter mais vantagens em relação a concorrência.

As diretrizes para o Catecismo Escolar;

O exmo Snr. Arcebispo relembra o que estabelece o decreto Provide Sane Concilio: “O Ensino Religioso nas escolas não dispensa o ensino nas paróquias”. Devem, portanto, continuar todas as aulas de catecismo paroquiais, independente do ensino religioso nas escolas.

Sendo os problemas do catecismo escolar diferentes do catecismo paroquial, a direção daquele fica subordinada a Diretoria Arquidiocesana do Ensino Religioso que irá oportunamente comunicando as instruções que o Exmo Snr. Arcebispo houver por bem transmitir as delegadas e professoras.

A diretoria do Ensino Religioso competirá exclusivamente entender-se com as Autoridades Cíveis em tudo o que diz respeito ao ensino do catecismo nas escolas, tanto nos casos gerais como nos particulares.

Qualquer dificuldade que surgir devem os Revdos Parocos comunicá-la a Diretoria do Ensino na Cúria Metropolitana que tomará as providências necessárias (Circular ao Revdmo Clero, 1935, p.4).

Em sua conclusão a Circular (1935) reafirma que são estas as instruções que o Arcebispo Metropolitano se encarrega de comunicar ao clero.

Após o estudo e as discussões referentes às Diretrizes da Arquidiocese de São Paulo para o Ensino Religioso, novamente reafirmamos a maneira que a Igreja paulista foi ao longo do tempo amarrando e uniformizando suas ações catequéticas às determinações teológicas históricas da Igreja de Roma. A circular ao Reverendo Clero esta fundamentada no Direito Canônico, que é um conjunto de leis e regulamentos feitos pela Igreja desde os seus primórdios, organizando a vida religiosa de seus membros e de toda a sua hierarquia. É a principal legislação da Igreja Católica, fundada ainda na Idade Média.

2.5 O processo de escolarização do Ensino Religioso

O ensino religioso ao longo do tempo foi-se estruturando com detalhamentos de escolarização na perspectiva do método ativo. A Igreja Católica preocupou-se em colocar a “nova disciplina” dentro da cultura escola. Dominique Julia (2001), estudioso da cultura escolar, sugere três eixos para o entendimento da cultura escolar enquanto objeto histórico; as normas e finalidades que regem a escola; o

papel desempenhado pela profissionalização do trabalho do educador; os conteúdos ensinados e as práticas escolares.

Nos documentos estudados percebemos as normas e finalidades estabelecidas para o ensino religioso. A escola pública primária constituindo-se em locus ideal para a disseminação da fé católica juntamente com os catecismos que acontecem nas paróquias. Tanto que é estabelecido o catecismo paroquial e o catecismo escolar. Os colégios e escolas são vistos como espaços privilegiados para o inculcamento das doutrinas católicas.

O colégio não é somente um lugar de aprendizagem de saberes, mas é, ao mesmo tempo, um lugar de inculcamento de comportamentos e de hábitos que exige uma ciência de governo transcendendo e dirigido, segundo sua própria finalidade, tanto a formação cristã como as aprendizagens disciplinares (JULIA, 2001, p. 22).

O autor faz essa análise ao se referir à crise dos Colégios Jesuítas, mas entendemos que isto se aplica também a proposta da Igreja que transcende seu sistema educacional. Agora ela busca usar o espaço público, as escolas públicas primárias paulistas, buscando o inculcamento de comportamentos e de hábitos com a finalidade da formação do um cidadão católico. Essa cultura escolar passa por um remodelamento de comportamentos, sendo definida por Julia como:

Um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidade que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sócio-políticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 10).

A Igreja Católica Apostólica Romana possuía um projeto de evangelização muito anterior, com a vinda dos jesuítas no século XVI, e estes eram formados a partir do objetivo da Igreja em combater a Reforma Protestante de Lutero. Considerando esta tradição, não é novidade o objetivo de catequização via educação, incluindo o combate a outras seitas religiosas. O que é inovador é a forma escolar, a maneira como foi-se articulando a disciplina escolar dentro da própria Cúria, a reformulação da estratégia. Estruturou-se uma proposta pedagógica, estabeleceu-se o ensino religioso como uma disciplina dentro das escolas públicas primárias, com objetivos, conteúdos, atividades pedagógicas e horário de aula.

Com isso a Igreja objetivou a manutenção de seu status e poder, utilizando o espaço público, a escola, lugar pensado pelos republicanos paulistas como espaço para instalação das novas diretrizes sociais e políticas. Uma modernidade pedagógica, um conteúdo que historicamente sempre fez parte de outras matérias escolares que ao longo do tempo foi se perdendo no processo de racionalização da escola por não se apresentar como algo científico, agora volta como uma disciplina das escolas públicas torna-se escolar, racional, pedagógico.

Faria Filho (2004) nos informa que a escolarização engloba um duplo sentido, primeiramente a escolarização é entendida como o estabelecimento de processos e políticas relacionadas a uma rede ou de redes de instituições; no outro sentido, a produção de representações sociais tem na escola o lócus fundamental de articulação e divulgação de seus sentidos e significado. A igreja esta usando a escola pública para uma socialização catequética. “A socialização pensada e praticada como educação, pedagogia, etc., se impondo como uma referência, consciente ou não, como modo de socialização reconhecido por todos, legítimo e dominante” (VICENT; LAHIRE; THIN, 2001, p. 42).

Ao transformar o ensino religioso em disciplina escolar, dentro do contexto da racionalização da escola ativa, com o “ato ou efeito de se tornar escolar” (FARIA FILHO, 2004, p. 3), ocorre então o processo de submissão de pessoas aos conhecimentos, sensibilidades e valores aos imperativos escolares. Assim, a “cultura escolar” é aqui entendida como uma:

Situação histórica concreta e particular em que são articuladas e representadas, pelos sujeitos escolares, as dimensões espaço-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos e a materialidade dos métodos escolares (FARIA FILHO, 2004, p. 2).

A década de trinta do século XX é vista pela história da educação como um momento de grande efervescência pedagógica, a constituição de uma cultura escolar inovadora. E a renovação da sociedade brasileira perpassaria pela escola. No Estado de São Paulo estas questões estavam no centro de todos os debates políticos, e a escola primária caberia a formação das classes populares.

As expectativas eram enormes em relação às escolas primárias, pois, a ela caberia talhar o caráter das crianças, os futuros trabalhadores do Brasil, incutindo

nas novas gerações valores, virtudes, moral, normas de civilidade, o amor ao trabalho, a noção de hierarquia no mundo do trabalho e em especial com seus superiores, pontualidade, ordem e o asseio (SOUZA, 2008).

O ensino primário paulista a partir da década de 30 vivenciou uma reorganização tendo por base os princípios pedagógicos da Escola Nova, neste período nomes como: Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Sud Mennucci e Almeida Júnior passaram pela direção do ensino no Estado de São Paulo, e implementaram uma série de normas para modernizar a instrução pública no Estado (SOUZA, 2008).

Fernando de Azevedo, à frente da diretoria de ensino de São Paulo, elaborou o Código de Educação do Estado de São Paulo, o Decreto n. 5.884, de 21/04/1933, este estabeleceu as bases gerais para o funcionamento do ensino paulista até a década de 60 como nos informa Souza (2008). Em 1947 houve a Consolidação das Leis do Ensino do Estado de São Paulo, que apresentavam muitos dos princípios já prescritos no Decreto de 1933. Os princípios da escola primária paulista foram assim definidos:

Art. 225 - A escola primaria de espirito acentuadamente brasileiro, baseada em regime de vida social e de trabalhado em cooperação, será organizada de maneira que possa:

- a) - servir ás necessidades peculiares do meio imediato e do grupo social a que pertence, e em que se deve integrar;
- b) -dar satisfação ás tendências da criança;
- c) - desenvolver o sentimento de responsabilidade individual e de trabalho, de solidariedade e de cooperação;
- d) - dar aos alunos educação integral, em que tenham preponderância, sobre a aquisição de conhecimentos de pura memória, a formação intelectual, moral e cívica;
- e) - criar um ambiente sadio em torno da criança, conduzindo-a, pela educação física, racional e pela formação de hábitos higiênicos, á plenitude de seu desenvolvimento corporal;
- f) - contribuir para descobrir as aptidões naturais da criança, e com o auxílio de instituições adequadas, orienta-la para a profissão que mais lhe convenha;
- g) - favorecer não somente os bem-dotados, mas ainda os débeis e anormais, assegurando-lhes em meio propicio educação conforme com suas aspirações e possibilidades (São Paulo, 1933, p. 65).

Percebe-se que a função da escola é ampliada, e em seus fins destaca-se a reconstrução do país via educação escolar. É instituído a gratuidade do ensino, que passou a abranger cinco anos de duração e a obrigatoriedade de frequência escolar das crianças que tivessem entre 08 e 14 anos. As indicações metodológicas que deveriam ser aplicadas nas escolas se fundamentavam na proposta da escola ativa.

No artigo 238 do decreto de 1933, a metodologia proposta previa que o ensino teria como base essencial a observação e a experiência pessoal do aluno, e daria a este, largas oportunidades para o trabalho em comum, a atividade manual, os jogos educativos e as excursões escolares.

O Decreto de 1933 ao propor as finalidades da formação da criança no ensino primário, não destacou em nenhum momento a questão do ensino religioso, entendendo que este foi promulgado quase dois anos após Francisco Campos ter instituído o ensino nas escolas públicas primárias, pode-se inferir que os reformadores do ensino público paulista não estavam preocupados em instituir a disciplina escolar nos horários de aulas no Estado de São Paulo. Lembrando que quem estava à frente do ensino público era Fernando de Azevedo, árduo defensor de uma escola laica e fundamentada em disciplinas científicas.

O ensino religioso enquanto matéria escolar também não foi localizado entre disciplinas que faziam parte da base curricular da educação primária em 1933. O artigo 237 estabeleceu as disciplinas que iriam compor o curso primário. O Decreto n. 17.698, de 1947 reafirma as disciplinas do decreto anterior como podemos ler no quadro 2.2:

Quadro 2.2 Disciplinas escolares das escolas primárias paulista 1933/1947

Decreto n. 5.884 de 21/04/1933	Decreto n. 17.698, de 26/11/1947
Leitura;	Leitura;
Linguagem oral e escrita;	Linguagem oral e escrita;
Aritmética e Geometria;	Aritmética e Geometria;
Geografia;	Geografia;
História do Brasil e Educação Cívica;	História do Brasil e Instrução cívica;
Ciências Físicas;	Ciências físicas e naturais;
Trabalhos manuais;	Trabalhos manuais;
Desenho;	Desenho;
Caligrafia;	Caligrafia;
Canto;	Canto;
Ginástica.	Ginástica.

Fonte: Decreto n. 5.884 de 21/04/1933 e Decreto n. 17.698, de 26/11/1947

Ao lermos o quadro acima percebemos que na organização das disciplinas escolares da escola primária do Estado de São Paulo em nenhum momento aparece o ensino religioso. A proposta de 1933 e a de 1947 são praticamente iguais, a única diferença é que em 1933 aparece a matéria de ciências físicas e que em 1947 esta matéria possui a nomenclatura ampliada para ciências físicas e naturais.

O que há com o ensino religioso e sua efetivação no Estado de São Paulo? A Cúria Metropolitana tem todo um esforço junto ao governo federal para a institucionalização da mesma como decreto em 1931, e na constituição de 1934 em uma disciplina escolar. Seguindo as normatizações da Igreja e sua ação no mundo, prepara documentos e institui normas internas para colocar o ensino religioso nas escolas públicas. Mas esse esforço não aparece nos documentos que definem o ensino nas escolas públicas primárias do Estado de São Paulo.

Evidencia-se, assim, que a Igreja Católica possuía uma estreita relação com o governo federal, mas que esta relação não se efetiva com os interesses dos reformadores paulistas. O ensino religioso não fazia parte dos objetivos de ensino e de formação de Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Sud Mennucci e Almeida Júnior e de suas propostas para as escolas públicas paulistas.

Pensar o ensino religioso na história da educação no Brasil é objetivar a busca do entendimento de um componente que faz parte da cultura nacional e escolar e das lutas e interesses políticos que a religião representa em nossa história. Do entendimento da mesma como formadora da moral da população ou do entendimento da religião como algo subjetivo que faz parte da experiência familiar e espiritual de cada indivíduo. E acima de tudo de qual é o papel da escola frente à formação dos indivíduos? Qual é o sentido do ensino religioso nas escolas públicas? A proposta de ensino da disciplina ia ao encontro da perspectiva de formação de indivíduos da política republicana paulista? O currículo proposto não nos responde a esta questão, mas a ausência de qualquer citação do ensino religioso enquanto matéria escolar nos faz entender que no projeto de governo paulista não havia espaço para a referida disciplina.

Nessa perspectiva, temos de colocar em discussão a proposta do ensino religioso dentro do currículo escolar. Entender o currículo escolar é analisar a estrutura, a organização de uma escola para além do que se estabelece em

diretrizes nacionais, nas legislações educacionais, nos projetos políticos pedagógicos e nos planos de ensino. Pois, o currículo perpassa todas as relações existentes dentro da escola, entre alunos e alunas, professores e professoras, gestão, funcionários técnicos administrativos, as famílias e a comunidade.

O currículo é a trajetória, o percurso, o caminho que o indivíduo percorre em sua vida escolar, ser bem ou mal sucedido neste percurso depende de como o indivíduo apreendeu as normas disciplinares que compõem o currículo escolar em seu sentido mais amplo.

Definir o conceito de currículo não é algo que se realize sem conflitos, como afirma Goodson (1995) “os conflitos em torno da definição do currículo escrito proporcionam uma prova visível, pública e autêntica da luta constante que envolve as aspirações e objetos de escolarização” (GOODSON, 1995, p.17). Os conflitos existentes na discussão do currículo escrito é reflexo de um campo de lutas políticas e sociais. Quando pensamos na organização de um currículo, a primeira coisa que vem em nossas mentes é na ordenação das disciplinas escolares e nos conteúdos que irão compor estas disciplinas. Esta é uma das formas de expressão do currículo, esta dentro de um “significado prático” desta ordenação. Deve-se levar em consideração os “significados simbólicos” desta ação, isto é, indagar publicamente quais aspirações e intenções estão devidamente inseridas nos critérios do currículo escrito que servem para a avaliação e análise pública de uma escolarização (GOODSON, 1995,p. 17).

O termo currículo apresenta uma globalidade estrutural, na escola isso significa o processo que engloba toda a formação dos indivíduos, e o percurso que estes indivíduos precisam perpassar. As formas internas que estruturam o currículo, apresentam-se dentro das matérias escolares que compõem os currículos e do lugar que estas ocupam nos horários semanais de aula.

As matérias que compõem os horários da escola primária em 1947 são: Leitura; Linguagem oral e escrita; Aritmética e Geometria; Geografia; História do Brasil e Instrução cívica; Ciências físicas e naturais; Trabalhos manuais; Desenho; Caligrafia; Canto e Ginástica. Estas são as instituídas e valorizadas pelos intelectuais que pensam o ensino paulista. Por outro lado, a constituição nacional garante o ensino religioso enquanto disciplina escolar.

O ensino religioso enquanto matéria escolar representa o grande foco de tensão e discussões dentro e fora das escolas. Como afirma Goodson:

O conflito social dentro da matéria é fundamental para se entender a própria matéria (e daí as relações entre as matérias). Pelo fato de não ser a matéria uma entidade monolítica, as análises que assim consideram as matérias e as relações entre as matérias mistificam um conflito social e contínuo (GOODSON, 1995, p. 84).

Os conflitos estão dados, de um lado a Igreja Católica com todo o seu projeto de proselitismo religioso para as escolas públicas brasileiras consegue junto ao governo federal a criação da matéria escolar no Decreto de 1931 e sua confirmação na constituição de 1934, e esta diretriz perpetua ao longo das demais cartas magnas. Internamente a Cúria Metropolitana de São Paulo organiza-se com a criação do departamento de ensino religioso, preparando uma normatização para a “nova disciplina escolar” definindo as ações estudadas ao longo desde capítulo.

2.6 Programa do Ensino Religioso da Arquidiocese de São Paulo

A Cúria Metropolitana de São Paulo em 13 de fevereiro de 1952 propõe um programa de ensino religioso. O documento apresenta o seguinte título: “Programa de ensino religioso da Arquidiocese de São Paulo”, não é especificado se é algo para ser usado nas escolas públicas, privadas ou nas aulas de catequese nas paróquias. A organização dos planos de aula nos remete a forma escolar, em sua estrutura há uma racionalização do ensino. Cada aula é apresentada trazendo o objetivo, doutrina, prática, questionário e as indicações de leituras para maior preparo das aulas por parte dos(as) professores(as).

O Programa do Ensino Religioso da Arquidiocese de São Paulo, é composto por 21 planos de aula, após três aulas é proposto a recapitulação dos conteúdos ensinados. No final da apresentação de todos os planos de ensino foi descrito 14 pontos para a orientação das senhoras delegadas do ensino religioso. As aulas propostas trazem os seguintes assuntos:

Quadro 2.3 Programa do Ensino Religioso da Arquidiocese de São Paulo

Aula	Assunto
Primeira	Deus
Segunda	A Santíssima Trindade

Terceira	A Criação dos Anjos
Aula de recapitulação	Existência de Deus – Deus em seus atributos – A Santíssima Trindade – Deus criador dos anjos
Quarta	A criação do homem
Quinta	A anunciação
Sexta	O nascimento de Jesus Cristo
Aula de recapitulação	O pecado de Adão e Eva – Anunciação – Nascimento de Jesus
Sétima	A vida oculta de Jesus – A fuga para o Egito e a vida em Nazaré
Oitava	Jesus na sua vida pública – O batismo de Jesus – O sacramento do batismo
Nona	Jesus na sua vida pública – Os ensinamentos – Os milagres – A escolha dos apóstolos
Aula de recapitulação	A vida de Jesus entre Nossa Senhora e São José – A vida pública
Décima	Instituição da divina Eucaristia
Décima primeira	Eucaristia – A Comunhão
Décima segunda	A Santa Missa
Aula de recapitulação	A eucaristia como comunhão e sacrifício da missa
Décima terceira	Mostrar o poder de Jesus – sua divindade
Décima quarta	Fundação da Igreja – Descida do Espírito Santo – São Pedro e seus sucessores
Décima quinta	Pentecostes – o sacramento da confirmação
Aula de recapitulação	A ressurreição – A Ascensão – Pentecostes
Décima sexta	Os mandamentos
Décima sétima	Os mandamentos (continuação)
Décima oitava	O pecado – mortal e venial – A vida eterna
Aula de recapitulação	Os mandamentos – Pecado
Décima nona	A instituição do sacramento da confissão – Necessidade
Vigésima	Modo de confessar
Vigésima primeira	A comunhão – Presença real
Aula de recapitulação	A confissão, sacramento – A comunhão

Fonte: Programa do Ensino Religioso da Arquidiocese de São Paulo. São Paulo 12/02/1952

As 21 aulas planejadas pela Cúria paulista têm como estrutura dois importantes catecismo da Igreja, o Catecismo de Trento e o Catecismo de São Pio X. O catecismo de Trento foi elaborado por quatro teólogos e é endereçado a catequese paroquial, seus conteúdos estão fundamentados em quatro pontos: O símbolo dos apóstolos; os sacramentos; o decálogo e a oração dominical.

O Catecismo de São Pio X é organizado em 990 perguntas e respostas, iniciando com uma introdução em que se apresentou as principais orações e a teologia da Igreja Católica. As orações apresentadas são: Padre Nosso, Ave Maria, Salve Rainha, Gloria, Ato de Contrição. A teologia parte dos seguintes princípios: os Dez Mandamentos, os Cinco Mandamentos da Igreja que são: Ouvir Missa inteira nos domingos e festas de guarda; confessar-se ao menos uma vez cada ano; comungar ao menos pela Páscoa da Ressurreição; Jejuar e abster-se de carne, quando a Igreja Mandar e pagar dízimos segundo o costume. E finaliza apresentando os sete sacramentos do catolicismo, sendo eles; Batismo; confirmação; eucaristia; penitência ou confissão; extrema unção; ordem e matrimônio. Após a introdução é apresentado a Doutrina Cristão em detalhes, nas perguntas e respostas são discutidos os símbolos dos apóstolos, a importância e necessidade das orações, os mandamentos da lei de Deus e da Igreja, os sacramentos e as principais virtudes que devem possuir o cristão católico.

A base teológica da Igreja está presente nos dois catecismos, a diferença primordial entre eles é a finalidade de cada um, o Catecismo de Trento é voltado para a Catequese Paroquial, e o Catecismo de São Pio X dentro das novas políticas da Igreja relacionada à catequese escolar, dentro dos enunciados da Pedagogia Moderna.

Percebe-se a partir da leitura dos planos de ensino e da análise dos catecismos, que a catequese foi passando por um processo de escolarização. A escola pública primária estava no centro do debate na primeira metade do século XX como espaço de socialização da criança para a vida em sociedade. E a Igreja não podia deixar esse espaço fora de suas políticas proselitistas.

A escolarização da catequese não é um caminho novo para a Igreja que surge no século XIX ou XX. Ela está posta como possibilidade para um repensar da catequese desde o século XVIII, como uma consequência da mentalidade iluminista. Escola para todos, reforma escolar e instrução religiosa, serviram como tripé para o iluminismo católico alemão, o qual privilegia a educação moral (ORLANDO, 2014, p. 211).

É perceptível o processo de escolarização da teologia católica quando analisamos os planos de ensino, com toda a estrutura da racionalização que vivenciava a escola primária paulista, os planos de ensino propostos pela Cúria Metropolitana dói escrito dentro dos seguintes pontos: assunto, doutrina, prática,

questionário, ver. O assunto é referente ao tema que será tratado na aula, a doutrina ao conteúdo que será ensinado, a prática a metodologia de ensino que a professora deveria utilizar, o questionário são as perguntas que deverão ser feitas para fixar o conteúdo ensinado e ver, são as referências bibliográficas que a aula deveria se fundamentar. As professoras deveriam estudar tais referências para melhor se prepararem para as aulas. Uma completa apropriação da racionalidade escolar.

Esse destaque para a escolarização assume um lugar importante também nos discursos católicos, ainda que sob outro enfoque. Sem retirar a primazia das famílias na tarefa de educar seus filhos, a Igreja Católica vai, paulatinamente, aderindo ao discurso da importância da escola como instrumento de disputa pelo campo educacional (ORLANDO, 2014, p. 211).

A catequese foi se escolarizando, a escola passou a ser o grande foco de ação, “pedagogicamente, os métodos de ensino utilizados passam a ser considerados modernos uma vez que são os mesmos daqueles utilizados nas outras disciplinas escolares” (ORLANDO, 2014, p. 211). Como exemplo desta racionalização da catequização, abaixo será transcrito uma sequência didática de seis aulas propostas pela Cúria para as escolas primárias do Estado de São Paulo.

Quadro 2.4 Planos de aula / Ensino Religioso

PRIMEIRA AULA	
Assunto	Deus
	Conhecimento da existência e do poder de Deus
Doutrina	História da criação do mundo – tudo o que existe foi criado por Deus. Deus é grande e poderoso. É o soberano Senhor de todas as coisas e é também nosso Pai – precisamos agradecer a Deus os benefícios que dele recebemos – tudo quanto existe foi criado por Ele e dele depende. Deus é um espírito, ninguém o vê na terra. Ele, porém, vê tudo e sabe tudo o que passa, mesmo os nossos menores pensamentos.
Prática	Deus que é meu Pai me vê – não farei nada que possa entristecê-Lo.
Questionário	Quem é Deus? Onde está Deus? Deus vê todas as coisas? Como criou Deus o mundo? De que Deus fez o mundo?
Ver	Planos de lições de Catecismo de Evangelina Gonzaga e Julieta Magalhães – página 11; As primeiras noções de Religião ao alcance das crianças de Souza Coutinho – página 15; ou Explicação do Pequeno Catecismo de Slater, página 16
SEGUNDA AULA	
Assunto	A Santíssima Trindade

Objetivo	Conhecer a existência de Deus Uno e Trio
Doutrina	Tirar exemplos da natureza em que o homem não consegue compreender nem explicar; o grão da semente lançado na terra que germina e produz a planta. A comida que vem a ser nossa carne, nosso sangue. Na Religião também existem grandes mistérios. O homem tem que acreditar porque é Deus que ensina – quando a mãe fala a criança não acredita? O mistério de um só Deus em três pessoas iguais e realmente distintas chama-se Santíssima Trindade. Repetimos isso sempre que fazemos o sinal da cruz dizendo – em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo. Como é importante o sinal da cruz e com devoção devemos fazê-lo ele lembra um dos principais mistérios que existe um só Deus mas em 3 pessoas – o Padre, o Filho e o Espírito Santo.
Prática	Fazer com muita atenção o sinal da cruz
Questionário	Quantos deuses há? Quantas pessoas há em Deus? Como se chama o mistério de um Deus em 3 pessoas iguais realmente distintas?
Ver	- Planos de lições de catecismo, - pag. 29 - As primeiras noções de Religião, - pag. 19 - Explicação do Pequeno Catecismo, - pag. 33
TERCEIRA AULA	
Assunto	A criação dos anjos
Objetivo	História da criação e da queda dos anjos
Doutrina	Os anjos são puros espíritos – não têm corpo como nós. Criados por Deus eram felizes no reino do céu: louvam e honram a Deus. Uns perseveraram no bem, outros, por orgulho, se revoltaram contra Deus. Travou-se no céu uma grande batalha e os anjos maus foram expulsos do céu. Esses anjos maus, que se chamam demônios querem levar-nos para o inferno, por isso tentam-nos fazendo-nos maus, orgulhosos, desobedientes. Mas cada um de nós tem um anjo da guarda que nos ajuda a sermos bons e merecer o céu. Não o vemos porque é espírito. Esta sempre junto de nós, quer estejamos acordados, quer dormindo.
Prática	Incute nas crianças o hábito de invocar o anjo da guarda ensinando-se uma pequena oração como esta; Anjo da minha guarda, guardai-me este dia ou esta noite.
Questionário	Que são anjos? Como se chamam os anjos que não desobedeceram a Deus? E os que se revoltaram? Para onde foram os anjos maus? Que fazem os demônios? Que faz o anjo da guarda?
Ver	- Planos de lições de catecismo, - pag. 22 - As primeiras noções de Religião, - pag. 26 - Explicação do Pequeno Catecismo, - pag. 47
AULA DE RECAPITULAÇÃO	
Assunto	Existência de Deus – Deus em seus atributos – A Santíssima

	Trindade – Deus criador dos anjos
Objetivo	Crer em Deus e referir-lhe tudo o que existe, tudo o que somos e tudo o que possuímos
Doutrina	Relembrar a criação. Tudo o que existe foi criado por Deus. A criação do mundo e dos anjos. O amor de Deus pelos homens sujeitando toda a criação ao homem. Só Deus Criou e por ninguém foi criado. Fez o mundo do nada, Deus é grande, Deus é grande e poderoso. Deus vê e sabe de tudo – presente passado e futuro e até os nossos pensamentos. É infinitamente santo, bom, sábio, não peca, possui todas as qualidades é sem defeito; é eterno, sempre existiu, não teve princípio, não terá fim. A unidade da trindade de Deus – Mistério da Santíssima Trindade.
Prática	Fazer a oração da manhã e da noite principiando com o sinal da cruz
Questionário	Quem é Deus? Há mais de um Deus? Quantas pessoas há em Deus Como se chama esse mistério? Quem criou os anjos? Como se chamam os anjos que perseveraram no bem?
Ver	Não apresenta
QUARTA AULA	
Assunto	A criação do homem
Objetivo	Despertar o desejo de amar de servir a Deus, pela oração bem feita
Doutrina	A criação do homem com corpo e alma. A felicidade do paraíso, sem calor nem frio, sem doenças e nem morte. A prova da obediência. A tentação da serpente. A curiosidade de Eva. A queda. A expulsão do paraíso. Este pecado chamado original fechou o céu para todos nós e trouxe ao mundo todos os sofrimentos, a doença, os trabalhos e a morte. Todos os homens descendem de Adão e Eva e nascem com a mancha desse pecado.
Prática	A oração bem feita agrada a Deus. Vou rezar bem minha oração da noite e da manhã.
Questionário	Que é o homem? Como criou Deus o primeiro homem? Para que fim foi criado o homem? Qual foi o pecado de Adão e Eva? O pecado de Adão é somente de Adão? Como se chama esse pecado?
Ver	- Planos de lições de catecismo, - pag. 25 - As primeiras noções de Religião, - pag. 31 - Explicação do Pequeno Catecismo, - pag. 61
QUINTA AULA	
Assunto	A Anunciação
Objetivo	Compreensão da Ave Maria
Doutrina	O pecado de Adão e Eva. Deus que se compadece do homem e promete enviar um Salvador, Jesus se fez homem para nos Salvar porque pelo pecado original não tínhamos mais direito ao céu. Na Encarnação continuou a ser Deus e começou a ser homem. Há duas naturezas em Jesus Cristo, Deus e Homem. Não teve pai mas somente mãe que é a Santíssima Virgem Nossa Senhora preservada

	do pecado original – sua dignidade Mãe de Deus – a saudação dos Anjos. O consentimento de Nossa Senhora em ser a mãe de Jesus toma corpo semelhante ao nosso vindo ao mundo como uma criancinha – é o mistério da encarnação, o mistério do filho de Deus feito homem.
Prática	Todos os dias de minha vida hei de repetir a palavra do Anjo Gabriel à Nossa Senhora, rezando a Ave Maria
Questionário	Para que se fez homem o filho de Deus? Como se fez homem o filho de Deus? Quando se fez homem deixou de ser Deus? Então quantas naturezas que há em Jesus Cristo? Como se chama esse mistério?
Ver	- Planos de lições de catecismo, - pag. 32 - As primeiras noções de Religião, - pag. 45 - Explicação do Pequeno Catecismo, - pag. 71
SEXTA AULA	
Assunto	O nascimento de Jesus Cristo
Objetivo	Conhecer a Jesus como nosso Salvador
Doutrina	Enfim chegou o grande dia marcado por Deus para a vinda do Salvador à terra. A ordem do imperador romano para o recenseamento. Maria e José obedecem e vão a Belém. Na falta de hospedagem dirigem-se a uma gruta onde havia um estábulo em que dormiam os animais. Entraram ali e a meia noite nasceu o menino Deus. Jesus é o maior, e mais poderoso dos reis da terra, podia ser escolhido um palácio, um berço de ouro, para nascer. Recebeu a adoração dos pastores e dos reis – de todos, pobres e ricos.
Prática	O Filho de Deus se fez homem por nosso amor para nos salvar. Nos também amamos Jesus – por isso devemos pensar Nele, falar com Ele e visitá-Lo na Igreja.
Questionário	Quem é Jesus Cristo? Onde nasceu Jesus? Em que dia nasceu? Quem era sua mãe? Quem é o pai de Jesus Cristo?
Ver	- Planos de lições de catecismo, - pag. 39 - As primeiras noções de Religião, - pag. 34 - Explicação do Pequeno Catecismo, - pag. 74
AULA DE RECAPITULAÇÃO	
Assunto	O pecado de Adão e Eva – Associação – Nascimento de Jesus Cristo.
Objetivo	A gratidão a Deus que nos perdoa de tantas ofensas que lhe fazemos.
Doutrina	A criação – o homem criado por Deus e colocado no paraíso sem sombra de sofrimento desobedece a Deus e perde o direito a salvação para si e para toda a sua descendência. Adão e Eva expulsos do paraíso de Deus. – perdem o estado de inocência e santidade. Deus tem compaixão dele e promete enviar um salvador. Este Salvador é seu próprio filho, Jesus Cristo a segunda pessoa da Santíssima Trindade. Mistério da encarnação - da Santíssima

	Trindade. - Mistério da encarnação – o Filho de Deus, sem deixar de ser Deus, fez-se homem para nos novamente o céu. Maria teve a honra de ser a mãe do Salvador – nasceu sem a mancha do pecado original – é a Virgem Imaculada. O anjo Gabriel e a Anunciação. O nascimento na noite de 25 de dezembro.
Prática	Por nosso amor Jesus veio a terra. Devemos demonstrar-lhe o nosso amor, visitando-O na Igreja.
Questionário	Para que fim foi criado o homem? Como se chama o pecado de Adão e Eva? Por que se fez homem o Filho de Deus? Onde nasceu Jesus?
Ver	Não apresenta

Fonte: Programa do Ensino Religioso da Arquidiocese de São Paulo. São Paulo 12/02/1952

Na sequência didática apresentada, é possível verificar nos planos de ensino para o ensino religioso a organização; na introdução apresenta-se o que é Deus, a santíssima trindade, a criação dos anjos, do homem, a anunciação do nascimento de Jesus à Virgem Maria, a vida de Jesus na terra, o sacramento da Igreja pela instituição da divina Eucaristia, a comunhão e da confissão, são questões fundamentadas no Catecismo de São Pio X. No capítulo II, apresenta-se “Do I Do primeiro artigo do Credo”, que coloca as seguintes questões:

22) Que nos ensina o primeiro artigo do Credo: creio em Deus Padre, todo-poderoso, Criador do céu e da terra? O primeiro artigo do Credo ensina-nos que há um só Deus, o qual é todo-poderoso, e criou o céu e a terra e todas as coisas que no céu e na terra se contêm, isto é, todo o universo.

23) O Como sabemos nós que há Deus? Sabemos que há Deus, porque a nossa razão no-lo demonstra, e a fé no-lo confirma.

24) Por que se dá a Deus o nome de Pai? Dá-se a Deus o nome de Pai: 1) porque é Pai, por natureza, da segunda Pessoa da Santíssima Trindade, isto é, do Filho por Ele gerado; 2) porque Deus é Pai de todos os homens, que Ele criou, conserva e governa; 3) porque, finalmente, é Pai, pela graça, de todos os cristãos, os quais por isso se chamam filhos adotivos de Deus.

25) Por que o Padre é a primeira Pessoa da Santíssima Trindade? O Padre é a primeira Pessoa da Santíssima Trindade, porque não procede de outra Pessoa, mas é o princípio das outras duas Pessoas, isto é, do Filho e do Espírito Santo. (Catecismo de São Pio X, 1905, p. 09)

Percebemos que a concepção teológica da Igreja está presente nos planos de ensino, até mesmo nas perguntas e respostas, que são reescritas no plano de ensino, agora dentro da forma escolar. Mas são as mesmas, a doutrina católica se faz presente enquanto um conteúdo escolar.

Para entendermos como essa questão teológica perpassada pelo processo de escolarização não ocorre apenas no estado de São Paulo, será apresentado o programa de catequese para o Curso Primário da Arquidiocese de Porto Alegre.

O programa da Arquidiocese de Porto Alegre é apresentado como modelo para outros Estados em um jornal interno chamado “Folha Catequética” de 1954. Ao apresentar o plano de ensino e colocado a que o importante não é apenas que haja catecismo, mas que para grandes e pequenos o catecismo se apresente de uma maneira organizada. E para que isso aconteça é fundamental ter um programa de catecismo organizado, eficiente e uniforme dentro de uma diocese. As matérias do curso de religião devem expor os acontecimentos através dos quais Deus conduziu a humanidade: a criação, a queda original, a revelação e a redenção (Folha Catequética, 1954).

O Programa de Catequese para o Curso Primário da arquidiocese de Porto Alegre segue os 3 requisitos exigidos para a eficiência do ensino religioso: a matéria do ano escolar era dividida da seguinte maneira:

- Introdução na qual repete-se a matéria do ano anterior ou em preparação à Comunhão Pascal de toda a escola, recapitula-se o tratado dos Sacramentos, Penitência e Eucaristia;
- Matéria do ano que comporta os 3 grandes tratados do Catecismo: fê, mandamentos e sacramentos; juntamente com noções de História Bíblica;
- Repetição da matéria em preparação dos exames;
- Os 4 pequenos tratados de catecismo, oração, virtudes, boas obras e ano eclesiais.

As matérias para o curso primário de cinco anos dividem-se da seguinte forma:

Quadro 2.5 Programa do Curso Primário – Arquidiocese de Porto Alegre

1º ano	1 - Oração, Sinal da Cruz, Pelo Sinal, Padre Nosso, Ave Maria, Santo Anjo, Creio
2º ano	1 - Orações a ensinar no correr do ano, Salve Rainha, Atos de Fé, Esperança, Caridade e Contrição.

	<p>2 - Introdução – repetição da matéria do ano anterior;</p> <p>3 - Os 7 sacramentos em geral e particularmente o 3º; Eucaristia e o 4º Penitência.</p>
3º ano	<p>1 - Orações a se ensinar no decorrer do ano: Consagração a Maria; Oferecimento do Apostolado da Oração; O Anjo do Senhor, Rainha do Céu.</p> <p>2 - Introdução: Repetição da matéria do 2º ano;</p> <p>3 - Matéria catequética: A fé</p> <p>4 - Matéria bíblica; as principais histórias do antigo testamento;</p> <p>5 - Repetição das virtudes teológicas, virtudes cardiais, bem aventuranças e conselhos evangélicos.</p>
4º ano	<p>1 – Orações: Alma de Cristo, Deus Todo Poderoso, Eis-me aqui oh bom e dulcíssimo Jesus;</p> <p>2 – Introdução: repetição mandamentos, exame de consciência;</p> <p>3 – Matéria Catequética: Graça atual santificante. Os Sacramentos;</p> <p>4 – Matéria bíblica: Novo testamento, vida de Jesus;</p> <p>5 – Repetição: com oração e perguntas</p>
5º ano	<p>1 – Orações: lembrai-vos das orações antes da refeição, Via sacra;</p> <p>2 – Introdução: repetição do ano anterior;</p> <p>3 – Matéria Catequética: os Mandamentos de Deus e da Igreja, pecado mortal e venial;</p> <p>4 – Matéria bíblica: os atos dos apóstolos</p> <p>5 – Repetição: Com virtudes, boas obras, ano eclesástico.</p>

Fonte: Folha Catequética, 1954, p.36

Após a apresentação do programa de catecismo escolar de Porto alegre é apontado algumas orientações, para as professoras catequistas. Para as aulas isoladas, cursos primários de 4 anos e para as aulas publicas seria necessário condensar o material em 2 ciclos abreviados. O ensino para o primeiro ano deveria ser bíblico e ilustrado, as estampas das histórias bíblicas deveriam ser muito coloridas, pois chamariam mais atenção das crianças para os mistérios da fé. As histórias bíblicas tinham que ser ensinadas ao lado do livro escolar, para dar a sensação de algo escolar, acadêmico. O documento afirma ainda a necessidade de rever os textos longos para breves fórmulas adaptadas para a inteligência da criança.

Evidencia-se uma preocupação com a apresentação do material para que viesse a chamar a atenção das crianças, os materiais de cunho religioso como bíblia

e catecismos deveriam ser trabalhados juntamente com os livros didáticos. Exatamente para dar ao aluno a sensação de conhecimento escolar em relação ao ensino religioso. Como já apresentado anteriormente o ensino religioso vai adquirindo a forma escolar, passando por uma disciplinarização, da teologia tradicional para a racionalização escolar.

A disciplina escolar foi constituída por intermédio de práticas antigas, mas renovadas, adequando-as para as escolas primárias paulistas. Como era feito o controle relativo ao andamento do ensino religioso? Como a Igreja saberia se todo o seu esforço estava sendo alcançado? Como seria o controle das ações das professoras, dos alunos e do conteúdo escolar? Este controle era realizado pelas delegadas de ensino.

2.7 A Inspeção e vigilância do ensino religioso nas escolas públicas primárias – as atribuições das delegadas de ensino

A Inspetoria Arquidiocesana era o departamento responsável por acompanhar a abertura de cada ano letivo, verificar as matrículas na disciplina de ensino religioso nas escolas públicas, preparar um corpo técnico de inspetores do ensino religioso, recrutando esses inspetores dentro do próprio clero podendo ser secular e regular. A arquidiocese foi dividida em setores, graus de ensino, distrito de inspeção e nomeação dos respectivos inspetores, realização periódica de inspeção, observando as deficiências e as qualidades dos professores e das professoras catequistas, analisando quais eram as metodologias de ensino aplicadas pelos docentes.

Era de incumbência da Inspetoria Arquidiocesana do Ensino Religioso a organização anual de exposições de trabalhos e gráficos catequéticos. Publicação de um boletim mensal sobre o andamento da disciplina das escolas e o fornecimento de um relatório trimestral minucioso de suas atividades ao Conselho Arquidiocesano do Ensino Religioso. Para a realização de todas estas tarefas a inspetoria foi organizada por meio de juntas, sendo elas; a Junta Inspetora dos Catecismos Paroquiais que era constituída por membros do clero paroquial e a Junta Inspetora dos Catecismos Escolares, constituída por membros designados pelo Conselho Arquidiocesano.

Em 1952 o “Programa do Ensino Religioso da Arquidiocese de São Paulo” apresentou o planejamento de ensino de Cúria com 21 aulas, após as aulas é descrito as orientações para as delegadas do ensino religioso, como leremos abaixo:

ORIENTAÇÃO AS SENHORAS DELEGADAS DO ENSINO RELIGIOSO

1 – As Delegadas do Ensino Religioso terão direito a inspeção e vigilância do ensino religioso mediante documentos que provem a sua nomeação para esse cargo. (Consolidação das Leis Orgânicas – art. 1008)

2 – Providenciar para que as aulas de religião, que são semanais, funcionem regularmente durante trinta (30) minutos, conforme determinam os – Anexos – da (Consolidação das Leis do Ensino – parte V nº 6)

3 – O horário das aulas de religião e na segunda hora de aula, sendo designados dia e hora diferentes para as confissões diversas (Consolidação art. 1006 e art. 1007 § 1º)

4 – Os professores de ensino de religião deverão estar registrados perante a autoridade religiosa (Consolidação art. 1004 § único)

5 – Providenciar para que todas as classes recebam o ensino de Religião Católica (Constituição Federal de 18/09/1946, art. 168 v., e Constituição Estadual de 09/07/1947 art. 126) de modo que nenhum aluno católico fique privado desse benefício.

6 – Apresentar ao Senhor Diretor do Estabelecimento de Ensino, as professoras que não fazem parte do corpo docente.

7 – Distribuir as Senhoras Professoras e Catequistas o programa do Ensino Religioso, zelando para que seja observado.

8 – Promover anualmente ou duas vezes a “Primeira Comunhão”, bem como orientar e organizar a “Comunhão Pascal” de modo que todos os alunos católicos façam sua Páscoa. Para a organização das comunhões deverão estar de acordo com o Reverendo Sr. Pároco e com o Diretor do Estabelecimento de Ensino.

9 – Frequentar as reuniões mensais (ultimo domingo do mês – março a novembro) realizadas pela Diretoria do Ensino Religioso.

10 – Comunicar as Senhoras Professoras e Catequistas o dia e a hora da reunião, há sempre nas reuniões uma palestra sobre o método catequético.

11 – Entregar as Senhoras Professoras e Catequistas o quadro de estatística para ser preenchido mensalmente.

12 – Fazer anualmente o relatório completo do movimento do Ensino Religioso no Grupo Escolar ou Estabelecimento de Ensino. Este relatório é necessário para ser entregue ao Exmo. Sr. Cardeal Arcebispo.

13 – Evitar qualquer atrito como o Senhor Diretor de Estabelecimento bem como com catequistas de outras religiões.

14 – Qualquer dificuldade que haja com o ensino de Religião Católica, a Senhora Delegada deve comunicar à Diretoria do Ensino Religioso, para que seja solucionada com as autoridades do Ensino Oficial. (Programa do Ensino Religioso da Arquidiocese de São Paulo. São Paulo 12/02/1952)

As atribuições das delegadas de ensino regulamentada em 1952 estão de acordo com as diretrizes da “Diretoria Arquidiocesana do Ensino Religioso” de agosto de 1935. Percebe-se pelas datas dos documentos que se passaram dezessete anos entre a organização da Cúria para implantação do Ensino Religioso nas escolas públicas primárias de São Paulo, e o programa de ensino de 1952. Nas orientações para a ação das delegadas é destacado em vários momentos que a Igreja está de acordo com as leis estaduais do ensino, como a Constituição Federal de 18 de setembro de 1946 e a Constituição Estadual de 1947.

O Decreto 17.698, de 1947 em seus artigos 262 a 271 legisla sobre as atribuições dos(as) delegados(as), inspetores e auxiliares de inspeção de ensino e suas atribuições, que voltadas ao Estado de São Paulo são bem próximas as atribuições das delegadas/inspetoras de ensino ligadas à Cúria Metropolitana de São Paulo.

As atribuições dos delegados e inspetores públicos versavam pelo acompanhamento administrativo e pedagógico das escolas primárias, destacando os seguintes pontos: verificar se as determinações legais do Diretor Geral do Departamento de Educação estavam sendo atendidas, propor ao Diretor Geral do Departamento de Educação as providências entendidas como necessárias, atender as escolas em seus pedidos de materiais escolares, e remeter ao Diretor da Diretoria do Material da Secretaria da Educação as necessidades de cada região. Reunir anualmente na sede da delegacia, os inspetores, os diretores de grupo escolar e os auxiliares de inspeção, para orientá-los nas questões administrativa e pedagógica para melhor funcionamento das escolas públicas.

As visitas nas escolas eram realizadas pelos inspetores de ensino que possuíam as atribuições de cumprir e fazer cumprir as ordens legais dos delegados de ensino, um papel destacado no Decreto de 1947 é o dos inspetores em relação aos professores das escolas, que estes deveriam informar o delegado de ensino sobre a eficiência e assiduidade dos professores e diretores sob sua inspeção.

Ao ler as atribuições das delegadas de ensino da arquidiocese e das delegadas de ensino do Estado de São Paulo, percebe-se que o papel de vigilância das escolas, do andamento do conteúdo ministrado e do trabalho dos professores estão muito próximos.

Mas como era realizada a vigilância das delegadas de ensino nas escolas? Na Cúria Metropolitana de São Paulo há relatórios de inspeção e vigilância de 51 escolas, com series documentais que variam entre os anos de 1941 a 1959. Cada relatório de escola é realizado em um livro distinto, em vários relatórios faltam alguns anos, por exemplo, do ano de 1944 pula para o de 1946. Todos os relatórios são padronizados, com as mesmas perguntas, variando as respostas, em alguns momentos há uma variação das ordens das perguntas.

Para acompanharmos como ocorreu o desenvolvimento do ensino religioso nas escolas paulistas iremos apresentar uma série documental de um grupo escolar situado na zona sul da cidade de São Paulo, no bairro Jabaquara. Os dados iniciais são referentes ao nome do estabelecimento, a localização e informações referentes à direção, e horário que estes funcionavam.

Quadro 2.6

Relatório do Ensino Religioso: Grupo Escolar Almirante Barroso

Nome do Estabelecimento:	Grupo Escolar "Almirante Barroso"
Localização:	Rua Professor Sousa Barros, 501 – Jabaquara
Paróquia a que pertence o estabelecimento:	São Judas Tadeu
Nome do respectivo paroco:	Pe. João Buescher
Nome do Diretor do estabelecimento:	D. Maria do Carmo de Melo Godoi
Nome dos Auxiliares do Diretor:	
Em quantos períodos funcionam o estabelecimento:	Três (3)
Quantas classes funcionam em cada período:	No 1º quatro (4), no 2º duas (2), no 3º quatro (4)

Fonte: Inspetoria Arquidiocesana nas escolas (Relatórios) – Grupo Escolar Almirante Barroso – Jabaquara 1942-1949.

Ao lermos o quadro acima percebemos que é apresentado o nome do Grupo Escolar, o endereço e a paróquia a que este geograficamente pertence, aparecendo primeiramente o nome do padre da região e depois o da diretora da escola, que não possui um auxiliar. A escola funciona em três períodos, manhã, tarde e noite, com 10 salas de aula que funcionam regularmente. Mostrando como as escolas estavam associadas a uma determinada paróquia, o fato do nome do padre vir anterior ao da diretora da escola mostra como estes papéis eram vistos hierarquicamente pela Igreja.

Após a apresentação dos dados da escola o relatório é composto por 18 perguntas que deverão ser respondidas pelas inspetoras em suas visitas às escolas, como leremos abaixo:

- 1 - Nomes dos professores católicos que lecionam religião;
- 2 - Nomes das professoras católicas que não lecionam religião;
- 3 – Nomes das professoras protestantes;
- 4 – Nomes das professoras espíritas;
- 5 – Nomes das professoras atéias;
- 6 – Nome, endereço e telefone da Delegada do Ensino Religioso;
- 7 – Nome das delegadas auxiliares;
- 8 – Quais professoras que lecionam religião e não possuem ficha identidade;
- 10 – Número de alunos matriculados no início do ano;
- 11 – Quantos alunos frequentam na presente data;
- 12 – Número de alunos católicos na presente data;
- 13 – Número de alunos protestantes na presente data;
- 14 - Número de alunos espíritas na presente data;
- 15 - Número de alunos israelitas na presente data;
- 16 – Número de alunos sem religião definida;
- 17 – Número de alunos que figuravam a Páscoa este ano;
- 18 – Número de alunos que figuravam a 1ª comunhão.

Das 18 perguntas, seis são referentes às professoras que lecionam na instituição, mapeando quantas destas professoras são católicas, protestantes, espíritas e ateias. Na série documental dos anos de 1943 a 1947 do Grupo Almirante Barroso, não existe os dados do ano de 1947, mas, podemos perceber que o número de professoras católicas na escola analisada era maior do que as de

outras denominações, e no decorrer dos anos esses números foram aumentando, provavelmente devido à ampliação de atendimento da escola. Em 1943 havia em seus três turnos de funcionamento 10 salas, pelo aumento do número de professoras, provavelmente aumentou o número de alunos e alunas. A tabela 2.4 nos informa os números de professoras que trabalhavam com o ensino religioso, professoras católicas que não lecionavam a matéria de religião e quantifica as professoras de outras confissões religiosas que atuavam na escola.

Tabela 2.5 Relatório Ensino Religioso: Professoras

Grupo Escolar Almirante Barroso	1943	1944	1945	1946	1948	1949
Professores católicos que lecionam religião:	5	6	7	11	11	14
Professores católicos que não lecionam religião:	2	3	3	0	2	0
Professores protestantes:	0	0	0	0	2	2
Professoras espíritas:	1	1	1	1	1	1
Professoras atêas:	1	2	2	0	0	0
Professoras que lecionam religião e não possuem ficha de identidade:	2	1	1	0	0	0

Fonte: Inspetoria Arquidiocesana nas escolas (Relatórios) – Grupo Escolar Almirante Barroso–Jabaquara 1942-1949.

Ao ler a tabela acima podemos perceber que no ano de 1943 as professoras que atuavam na escola primária eram em 11 mulheres, já em 1949 houve um aumento para 17 docentes, e quase a totalidade delas lecionava religião.

As informações relacionadas aos alunos são muito detalhadas, iniciando com o número de alunos matriculados na escola, alunos frequentes, católicos, protestantes, espíritas, israelitas e sem religião. O ponto que mais chama a atenção está relacionado aos dados referentes aos alunos que participaram da páscoa e realizaram a primeira comunhão.

Tabela 2.6 Relatório Ensino Religioso: Alunos

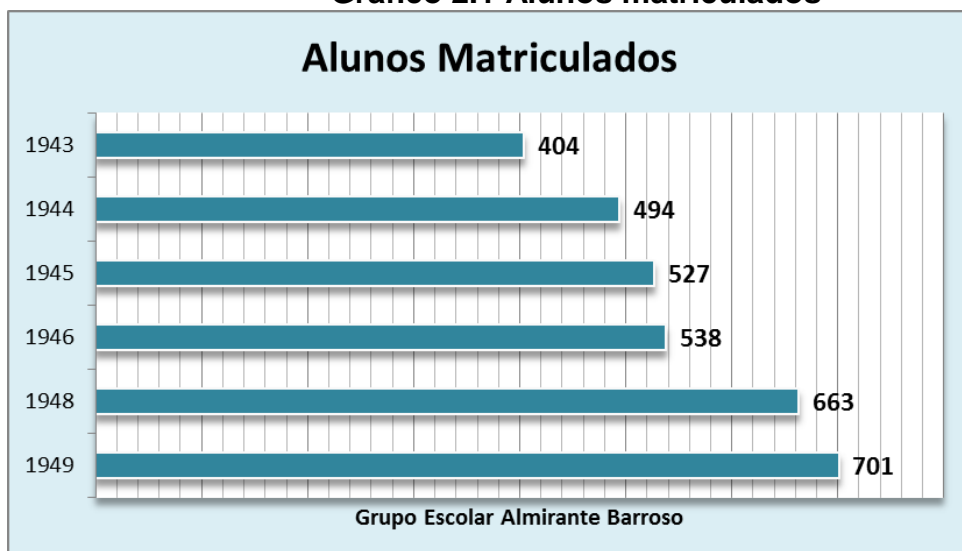
Grupo Escolar Almirante Barroso	1943	1944	1945	1946	1948	1949
Alunos Matriculados	404	494	527	538	701	663
Alunos Frequentes	397	469	499	516	639	634
Alunos Católicos	358	428	463	467	577	572
Alunos Protestantes	28	34	34	47	48	48
Alunos Espíritas	9	7	2		7	4
Alunos Israelitas						
Alunos Sem Religião	2					
Alunos que figuram a Páscoa	144	200	218	249	232	219
Alunos que figuram a 1ª Comunhão		48	105	46	75	63

Fonte: Inspetoria Arquidiocesana nas escolas (Relatórios) – Grupo Escolar Almirante Barroso– Jabaquara 1942-1949.

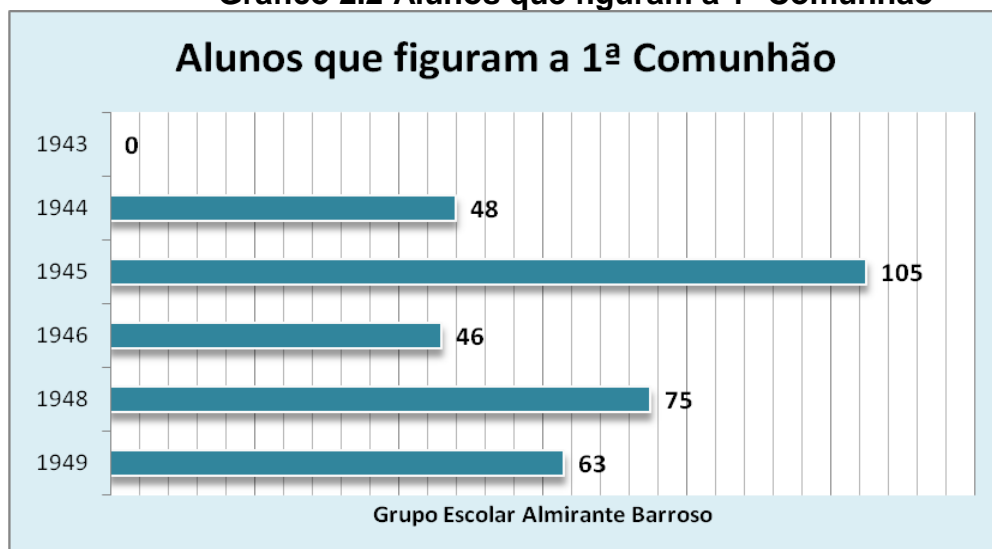
Ao lermos a tabela 2.5 percebemos que o número de alunos do grupo escolar “Almirante Barroso” aumentou em mais de 50% no período de sete anos, as informações do relatório sobre o número de matriculados não especifica se as matrículas são da escola de uma maneira geral ou na matéria de ensino religioso. Quando fazemos a relação entre o número de professoras e o número de alunos, inferimos que o número de alunos matriculados é na escola e não apenas na disciplina de ensino religioso. Pois, em 1943 eram 404 alunos para 11 professoras divididas em três períodos de aula, sendo 10 turmas na escola a média de 36 alunos por turma.

A série documental apresentada no quadro 2.5 demonstra que o número de alunos que são declarados católicos é a grande maioria, sendo quase a totalidade ao longo dos anos. Os que participam da Páscoa não chegam a um terço dos alunos declarados católicos, chama também muito a atenção no relatório a questão do número de alunos que ao final do ano letivo fazem a primeira comunhão. Segundo os relatórios, não se configura dez por cento do total de matriculados na escola e nem dos que são declarados católicos.

Os gráficos 2.1 e 2.2 nos apresentam um comparativo entre os alunos matriculados nas escolas e os alunos que fazem a primeira comunhão.

Gráfico 2.1 Alunos matriculados

Fonte: Inspetoria Arquidiocesana nas escolas (Relatórios) – Grupo Escolar Almirante Barroso– Jabaquara 1942-1949

Gráfico 2.2 Alunos que figuram a 1ª Comunhão

Fonte: Inspetoria Arquidiocesana nas escolas (Relatórios) – Grupo Escolar Almirante Barroso– Jabaquara 1942-1949

Ao analisarmos os dois gráficos, fica evidente que todo o esforço que a Igreja realizou para inserir o ensino religioso como decreto em 1931, garanti-lo na constituição de 1934 e reafirmá-lo nas demais constituições brasileiras, não se efetivou em números satisfatórios, segundo a série documental analisada. O que podemos inferir é que mesmo todo o esforço não se concretizando e efetivando em números de conversos nas escolas públicas paulistas a presença do ensino religioso

católico dentro das escolas e os ensinamentos da Igreja fixou-se no imaginário social da população e perpetuou o catolicismo como maior religião do país.

Mesmo que os números apresentados não demonstrem grande êxito da Igreja Católica, houve uma aculturação da população brasileira em naturalizar os símbolos católicos. Nos relatórios das delegadas de ensino, havia uma pergunta sobre a presença dos símbolos do catolicismo dentro das escolas. Como os crucifixos e as imagens dos santos, as presenças destes símbolos católicos nas escolas públicas ajudaram a naturalizar a doutrina católica na cultura brasileira, muitas vezes tais representações nem são percebidas enquanto símbolo religioso.

CAPÍTULO III

PROFESSORAS E MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PÚBLICAS PAULISTAS

A Cúria Metropolitana de São Paulo, ao estruturar o funcionamento do ensino religioso como disciplina escolar, organizou cursos de formação de professores catequistas para ministrarem aulas nos grupos escolares. No processo de formação de professores, houve uma constante preocupação em propor materiais didáticos específicos para as escolas públicas primárias paulistas. Considerando as especificidades da formação dos docentes e dos materiais didáticos produzidos, este capítulo apresenta o percurso de formação de professores para o ensino religioso no decorrer das décadas de 1930 a 1961 e os materiais didáticos selecionados pela Cúria paulista para serem usados nas escolas públicas primárias.

A Igreja Católica Apostólica Romana ao articular a inserção de ensino religioso nas escolas públicas preocupou-se com a formação de docentes, e tinha a ciência que teria que propor cursos de formação de professores. Qual seria, então, na conjuntura política e cultural de meados do século XX, o perfil ideal de um docente para ensinar catecismo segundo a Arquidiocese de São Paulo? Como ocorreu a formação destes professores? Qual metodologia era adequada, considerando o perfil de alunos das escolas públicas que se multiplicavam nos espaços urbanos paulistas?

Para a análise dos temas propostos foram utilizados como fontes documentais os relatórios da Cúria Metropolitana de São Paulo sobre os cursos de formação de professores, as normatizações para a ação dos professores de ensino religioso, as determinações da Sagrada Congregação do Concílio e os manuais de formação de professores de Monsenhor Negromonte e do Padre Quinet e os livros de ensino para o aluno de Padre Quinet.

3.1 Formação de professores(as) para o ensino religioso

Às 18 horas do dia 09 de julho de 1934 teve início um curso para a formação de professoras catequistas no salão nobre da Cúria Metropolitana de São Paulo. Tendo a Constituição Federal reafirmado o decreto de 1931 referente ao ensino religioso nas Escolas Públicas Primárias, Monsenhor Ernesto de Paula⁵ iniciou a preparação de um curso para os professores que quisessem fazer sua formação para ministrar o ensino religioso católico nas escolas públicas primárias. Matricularam-se 341 alunas, todas mulheres, estas eram professoras dos grupos escolares da cidade de São Paulo. Foi convidado o Reverendo Padre Gravino para ministrar o curso que ocorreu nas segundas e sextas feiras, das 18 às 19 horas.

O encerramento das aulas do curso de Religião da Cúria Metropolitana foi em 30 de novembro de 1934. Das 341 professoras inscritas, apenas 120 concluíram, sendo estas descritas como “obedientes, dóceis, esforçadas vencendo fadigas naturais da profissão, perfeitamente compenetradas de seus deveres a cumprir” (Acta do encerramento das aulas do Curso de Religião na Cúria Metropolitana, 1934).

A cerimônia de formatura foi na Igreja de Santa Efigênia⁶ no primeiro dia de dezembro de 1934, com celebração do Reverendíssimo professor Annibal Gravino, em uma missa de ação de graças. No período da tarde ocorreu a entrega dos diplomas e um festival de música.⁷

⁵ Monsenhor Ernesto de Paula nasceu em 05 de fevereiro de 1899, no município de São Paulo. Trabalhou na cidade de São Paulo como diretor e orientador de associações religiosas. Foi Vigário Geral da Arquidiocese de São Paulo de Bispo de Jacarezinho, Bispo da Catedral provisória de São Paulo em janeiro de 1942. Faleceu em 31 de dezembro de 1994, aos 95 anos, está sepultado na Catedral da Sé de São Paulo.

⁶ A Paróquia Nossa Senhora da Conceição (Santa Ifigênia), como é mais conhecida, ou Basílica de Nossa Senhora da Conceição e de Santa Ifigênia está localizada na Rua: Santa Ifigênia, 43 - Santa Ifigênia, São Paulo - SP, 01033-000

⁷ O paraninfo da turma foi o Reverendo Monsenhor Ernesto de Paulo.

Figura 3.1: Primeira turma de professoras Catequistas – 1934



Fonte: (Curso de Religião da Cúria Metropolitana, 1934)

Este curso foi primeira tentativa da Cúria paulista em preparar um grupo de docentes para que a disciplina de religião fosse colocada em prática. Podemos perceber que a liderança da Arquidiocese de São Paulo teve como foco de formação as professoras dos grupos escolares. O curso teve como público alvo as professoras que já estavam trabalhando nos grupos escolares, pois, para a Igreja estas seriam as docentes ideais para a efetivação do ensino da religião católica nas escolas públicas.

O curso ofertado pela Cúria sempre se refere “às professoras” em virtude da maioria do magistério ser feminina nos grupos escolares. Embora houvesse uma preferência pelas mulheres para o exercício das aulas, não se descartava a presença de homens para o trabalho na catequese escolar, conforme a seguinte normatização relacionada à formação de professores de 12 de janeiro de 1935 estabelecida pela Sagrada Congregação do Concílio:

Igualmente concorrem neste mister todos os que são sócios de outras associações ou sodalícios católicos e de modo particular os sodalícios religiosos de ambos os sexos que se destinam à instrução da juventude. A estes assim fala o Santíssimo Senhor nosso Papa Pio XI, no lembrado *Motu Proprio Orbem Catholicum*; “Também ardentemente desejamos que em cada uma das sedes principais dos sodalícios religiosos dedicados à formação da juventude, sob a presidência e orientação dos Bispos, se abram escolas, para as quais se escolham jovens de um e outro sexo, formados num curso próprio de estudos e que, depois de submetidos a exame de sua ciência, sejam declarados habilitados para assumirem o magistério da Doutrina Cristã, História Sagrada e Eclesiástica”. O que certamente se obterá, si nas escolas e colégios católicos, entre as disciplinas propostas aos jovens, tenha primeiro e principal lugar, como é de razão, a instrução religiosa, proporcionada não só por sacerdotes experimentados na arte de ensinar, mas também com método conveniente e eficaz (Sagrada Congregação do Concílio, 12 de janeiro de 1935).

O perfil dos profissionais para o ensino catequético desejado era, assim, de homens e mulheres envolvidos em certa militância, tendo como modelo ideal o do “sacerdote experimentado”. Nas diretrizes do Vaticano percebe-se uma preocupação com a metodologia de ensino, destacando que os professores deveriam ser preparados para a arte de ensinar, com métodos convenientes e eficazes.

A Diretoria Arquidiocesana do Ensino Religioso em agosto de 1935 definiu que a sede da Escola de Formação de Catequistas seria a Cúria Metropolitana ou em locais onde fossem de melhor acesso para os professores, podendo ocorrer também em colégios católicos de ensino secundário, masculinos ou femininos sob a responsabilidade da Arquidiocese. O tempo de duração dos cursos de formação de professores para o ensino religioso era de um ano, sendo constituído por:

Um curso completo de Doutrina Cristã nas bases do Catecismo de Trento; um curso completo de metodologia do ensino religioso, para os graus primários e secundários; um curso de história da Igreja; um curso de apologética (DIRETORIA ARQUIDIOCESANA DO ENSINO RELIGIOSO, 1935, p. 11).

A Arquidiocese definiu o currículo, que comporia a formação dos professores, fundamentado nas doutrinas estabelecidas pelo tradicional Catecismo de Trento. O Catecismo de Trento conforme havia sido proposto pelo Concílio de Trento, foi um marco na história da Igreja, ocorreu na cidade de Trento em dezembro de 1545, um evento muito importante para a Igreja Católica Apostólica Romana, pois, ali foram definidas as ações da Igreja frente à Reforma Protestante de Lutero. No Concílio de Trento a Igreja reafirmou seus sacramentos e sua teologia medieval, fornecendo indicações para novas ações a partir do século XVI.

Para Costa e Martins (2010):

O significado real do Concílio foi à transformação da teologia medieval escolástica num dogma acabado para todos os fiéis. Restou impossibilitada qualquer conciliação com o protestantismo, promoveu-se o padrão elevado para o clero, abriu-se mais seminários para formar ministros, adotou-se a vulgata como a bíblia oficial, acabou-se com a era do conciliarismo e, por fim, ficou decretado o triunfo do papa e da cúria (COSTA e MARTINS, 2010, p. 91).

O catecismo de Trento teve sua primeira versão trazida no Brasil por volta de 1564 e que após sua remodelação ficou conhecido como “Cartilha do Mestre Inácio”. Desde sua publicação “o catecismo tridentino passou a ser estudado e divulgado como manual da verdadeira fé católica tridentina e fonte da sagrada doutrina, por diversos papas posteriores a Pio V” (COSTA e MARTINS, 2010, p. 100). É uma obra da pedagogia religiosa ampla, que simplifica a forma de se ensinar e compreender a formação dos dogmas da Igreja Católica. Preparado nos moldes da modernidade mantendo a historicidade dos concílios anteriores introduz os valores cristãos e suas transformações sociais, culturais e econômicas.

Ao ler as diretrizes para a formação de professores estabelecida pela Diretoria do Ensino religioso, percebe-se que a Igreja possuía preocupações pedagógicas em relação ao ensino com base na pedagogia moderna, mas mantendo fidelidade à doutrina tradicional. A estrutura curricular para o ensino foi definida da seguinte maneira: um curso completo de metodologia do ensino religioso, para os graus primários e secundários; um curso de história da Igreja e um curso de apologética ou defesa dos fundamentos da Igreja Católica Apostólica Romana de forma racional e sistemática.

É importante identificar as articulações propostas para que a modernização pedagógica não prejudicasse as tradições curriculares no percurso curricular para a formação dos catequistas. Assim, pelo Catecismo de Trento evidencia-se a manutenção da história da Igreja, a fidelidade à doutrina Católica, por meio da apologética ensinar a defesa da fé católica para seus membros. A apologética católica pode ser dividida em três momentos: o testemunho dos dogmas, a relação entre dogmas da Igreja e as experiências cristãs e a missão de seus fiéis em convencer o outro da verdade histórica guardada pela Igreja.

Desta forma a proposta curricular prescrita pela Igreja deveria ser o caminho a ser percorrido pelos professores em sua atuação nas escolas. A Igreja, ao utilizar os espaços da escola pública primária paulista para a ampliação de seu ideário de

fé, buscou, no decorrer dos anos de 1930 construir e aperfeiçoar seu processo de formação considerando os desafios da vida urbana moderna.

Ao propor um curso de formação em 1934, após a promulgação da constituição federal, a Igreja Católica paulista já acumulava experiência como formadora de docente, considerando-se que a Liga do Professorado Católico havia sido fundada em 1919:

O arcebispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, fundou a Liga das Professoras Católicas, em 1919, e delegou a direção eclesiástica dessa associação ao Vigário Geral Monsenhor Emílio Teixeira. Em reunião preparatória, seus fundadores explicitaram o “[...] plano de se organizar uma Associação de Professoras com o fim de trabalhar pela religião no seio da classe e de seu campo de acção” (LIGA..., 1919). (PINHEIRO, 2015, p. 196)

Para Dom Duarte a profissão docente era vista como uma “simpática vitória do feminismo”, mas que estas professoras ao iniciar suas atividades na vida pública estavam muito despreparadas, e careciam de uma proteção do catolicismo (PINHEIRO, 2015). A Liga das Professoras Católicas de São Paulo estava então sendo constituída para acolher e proteger estas professoras. O primeiro estatuto foi aprovado por Dom Duarte em 1920 e estabelecia os seguintes pontos:

Para se tornar associada, a professora deveria: a) ser do sexo feminino; b) se adequar a duas categorias hierárquicas de sócias, efetivas e iniciadas; e c) ser, obrigatoriamente, praticante da religião católica romana. Além desses requisitos, o estatuto previa, ainda, a criação do cargo de zeladora: associadas cuja missão era recrutar professoras católicas praticantes em todos os grupos escolares e escolas normais do estado. Além disso, deveriam assumir a responsabilidade pela iniciação e pelo acompanhamento das novas sócias (PINHEIRO, 2015, p. 196).

A Liga foi fundada com o objetivo de estabelecer um controle e vigilância a uma demanda em expansão. A profissão de professora do ensino primário estava se constituindo em uma profissão tipicamente feminina e como estar mulheres iriam sair da esfera doméstica e educar as crianças nas escolas públicas, a Igreja percebeu este espaço como lugar necessário de intervenção educacional e se propôs a assumir este papel.

Pinheiro (2015) nos informa que:

A Igreja formalizava, assim, um rígido modelo de associativismo docente, dirigido especificamente ao segmento feminino do professorado – que crescia em número e abrangência. Essa proposta correspondia à expansão da escolarização, que reorganizou o ensino primário e normal a partir da primeira década do século XX (PINHEIRO, 2015, p. 200).

Ao longo das três primeiras décadas do século XX a Igreja Paulista foi constituindo instituições voltadas para a formação e acompanhamentos das professoras: Liga das Professoras Católicas de São Paulo, em 1919, as Associações dos Professores Católicos (APCs), em 1928, e a Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), em 1933. As referidas instituições estavam presentes nos movimentos nacionais que discutiam a educação no Brasil.

É perceptível a circulação de intelectuais católicos em vários espaços públicos e privados, além das novas congregações que entravam no país e junto com estas novas congregações, uma forte presença de livros de autores católicos estrangeiros. Entre os autores mais referenciados, destacam-se o Abade Quinet, um inspetor de Ensino Religioso de Paris e um dos autores mais utilizados para o catecismo escolar no Brasil, e Marie Fargues, uma das principais referências na pedagogia catequística francesa, seus textos foram largamente utilizados na Revista do Ensino, periódico publicado pelo Governo de Minas para as professoras da Instrução Pública, e no Boletim Catequético. Estes livros, “constavam em todas as prescrições de leitura para as catequistas, os quais já vinham aplicando os métodos ativos e as contribuições da psicologia no ensino religioso” (ORLANDO, 2014 p. 226).

A preocupação com formação de professores também se fazia presente na esfera pública desde o início da república, como nos informa Tanuri, (2000), Ribeiro (2000) e Vicentino e Lugli (2009). O modelo de formação de professores, na maioria dos estados brasileiros no início da década de 30 do século XX, era um curso com uma grande parcela de disciplinas de formação geral e um número menor de disciplinas específicas de formação pedagógica.

Havia diferentes categorias de professores; os professores de formação específica, também chamada leigos, os mestres-escolas, professores normalistas e os professores complementares. No Brasil existia uma variedade de formação para o exercício da docência para as escolas primárias, com diferentes propostas curriculares. A Associação Brasileira de Educação (ABE) assinalava que o Brasil deveria ter um sistema nacional de ensino, ao invés de muitos sistemas estaduais. “Para que fosse possível, entre outras coisas, pensar e implementar uma política nacional de educação” (VICENTINI e LUGLI, 2009, p. 41).

A Lei Orgânica do Ensino Normal foi promulgada em 1946, o Decreto-Lei n.8.530, de 02/01/1946. Essa lei estabeleceu que os cursos de formação de professores seriam divididos em dois ciclos, o primeiro com duração de 4 anos formaria os professores das denominadas Escolas Normais Regionais, o segundo, em três anos e formaria os professores das escolas primárias (VICENTINO e LUGLI, 2009)

Na década de 50, houve uma considerável expansão das escolas normais; esse crescimento ocorreu sobretudo na rede particular de ensino, pois, dois terços dos Cursos Normais do Brasil estavam localizados nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Para concurso público o curso de magistério realizado em escolas particulares não era válido, para a validação destes diplomas era preciso que fossem submetidos à inspeção oficial, que a partir de análise dos currículos atribuía condição equivalente aos cursos normais públicos.

Com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, a Lei Orgânica deixou de ser a organizadora do ensino normal. As determinações da Lei 4.024/61 para a formação de professores estão definidas no IV capítulo:

Art. 52. O ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância.

Art. 53. A formação de docentes para o ensino primário far-se-á:

a) em escola normal de grau ginásial no mínimo de quatro séries anuais onde além das disciplinas obrigatórias do curso secundário ginásial será ministrada preparação pedagógica;

b) em escola normal de grau colegial, de três séries anuais, no mínimo, em prosseguimento ao vetado grau ginásial (BRASIL, 1961).

A primeira lei nacional que estrutura a educação no Brasil determinou que a formação de professores para atuar na educação primária seria realizada em Escola Normal. Mas, estas escolas habilitariam também os profissionais da educação para atuarem na gestão escolar, desenvolvendo atividades como supervisão, coordenação e administração escolar.

No Estado de São Paulo, o ensino normal mantido pelo Estado era organizado em escolas normais e no curso normal do Instituto de Educação Caetano de Campo. As escolas normais compreendiam: um curso de formação profissional

do professor de dois anos, um curso pré-normal de um ano e o curso primário de 4 anos.

O curso de formação profissional de professores para o ensino primário tinha o seu currículo composto pelas seguintes disciplinas: educação, biologia educacional, sociologia, artes, psicologia, pedagogia, prática de ensino, história da educação, biologia educacional e crescimento da criança, higiene e educação sanitária, fundamentos da sociologia, sociologia educacional, investigações sociais em nosso meio, música, desenho pedagógico, artes industriais e domésticas (São Paulo, 1947).

Ao analisarmos as disciplinas que compunham a formação docente no ensino normal, constata-se que estavam organizadas da seguinte forma: psicologia e cuidado da criança, fundamentos históricos, sociais e filosóficos, música desenho e artes. Apenas uma disciplina de prática de ensino, deixando evidenciado que os conhecimentos infantis possuíam um peso menor, como também as metodologias de ensino. Ao lermos as disciplinas prescritas no Decreto n. 17.698, de 26/11/1947, percebemos que não havia nada relacionado ao ensino religioso, as professoras formadas nas escolas normais públicas segundo a proposta curricular descrita no Decreto de 1947 não estudavam nada relacionado à catequese.

A ação da Liga das Professoras Católicas atuava exatamente nesta lacuna. Nesta perspectiva promoviam na Cúria Metropolitana de São Paulo uma série de ações para formar e reafirmar a religião católica junto às alunas que saíam das escolas normais e começavam a atuar na rede pública de ensino. Um grande apoiador do trabalho da Liga foi um reconhecido intelectual do movimento escolanovista, Lourenço Filho.

No início dos anos 1930, a associação promoveu uma campanha para angariar fundos para a construção da Casa do professor, tendo o apoio de Lourenço Filho, um dos intelectuais mais destacados do campo educacional da época. O seu trabalho na estrutura de sistemas públicos de ensino nos diversos estados brasileiros, como São Paulo e Ceará, na divulgação de livros para formar o magistério segundo os princípios da Escola Nova e na organização de um corpo de especialistas para gerir as escolas conduziu a pensar sobre a importância do apoio que deu a Liga (VICENTINI e LUGLI, 2009, p. 119).

A atuação da Liga junto ao professorado paulista nos campos pedagógico e político foi intensa, e em 1950 lançou aproximadamente 40 candidaturas de professores à Assembleia Legislativa em conjunto com a Liga Eleitoral do Professorado pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Mas, sua principal marca foi a luta contra a laicização do ensino, em 1934 a entidade iniciou a publicação de uma Revista denominada “*Anchieta*”, tendo como redatores a presidenta da Liga Carolina Ribeiro e João Lourenço Rodrigues, que era o Diretor geral da Instrução Pública Paulista. Em sua primeira edição a revista elogia a criação da Confederação Católica Brasileira (CCBE), afirmando que a Confederação teria condições de fazer um debate pedagógico frente aos famosos pioneiros “que ocupando as posições públicas do ensino, pretendem ianquizar e sovieterizar toda a educação” (VICENTINI e LUGLI, 2009, p. 120).

Para Marta Carvalho (1989) “no campo doutrinário da pedagogia, no qual se disputava o controle ideológico do professorado” (p. 33) Logo após a chegada de Vargas ao poder a Igreja que nas décadas anteriores havia perdido em partes suas interferências junto ao Estado nacional, passa a ter uma maior possibilidade de interferir nos rumos das políticas educacionais, ainda mais tendo como ministros da educação Francisco Campos e posteriormente Capanema, ambos católicos. Ambos os grupos de disputas, católicos e pioneiros lutavam pelo controle do aparelho escolar, objetivando cada um dentro de sua ideologia colocar em funcionamento sua proposta de reforma da sociedade.

Em 21 de abril de 1937 a Diretoria Arquidiocesana reorganizou sua Escola de formação de professores com novos cursos

Escolas de Formação Catechética – Reorganização e abertura oficial dos Cursos

Com a presença do Exemo. E Rvdmo. Sr. D. Duarte Leopoldo e Silva, D. D. Arcebispo Metropolitano, e de S. Excia. Rvdma. D. José Gaspar de Affonseca e Silva, seu Bispo Auxiliar, e de acordo com o artigo 20º § 3º, do capítulo V do decreto de 9 de Agosto de 1935, com o qual o Exemo. Snr. Arcebispo institui na Archidiocese a Diretoria do Ensino Religioso, realizar-se-á, no dia 6 de maio p. f., festa da Ascensão de Nosso Senhor Jesus Christo, às 15 horas, no salão nobre da Cúria Metropolitana, a solemne sessão de reorganização e abertura dos Cursos das Escolas de Formação Catechética, para o presente anno de 1937.

Attendendo á importância religiosa e social dessa solemnidade, ficam convidados e insistentemente, todos os antigos e actuaes alumnos dos

referidos Cursos, e todos os que realmente se interessam pelo incremento de nossa Santa Religião.

São Paulo, 21 de abril de 1937. Dia oitavo da Festa do Patrocinio do Glorioso São José. 1

Pe. Dr. Carlos Marcondes Nitseh – Director Archidiocesano. (Escolas de Formação de Catechética. Arquivo de São Paulo, volume 1. 1937.

Assim D. Duarte e o Bispo auxiliar D. José Gaspar de Affonso e Silva⁸, abriram novamente os cursos de formação de catequistas para ministrar o ensino religioso em 1937, com os seguintes temas:

Quadro 3.1 Conteúdos para o curso de formação de professoras catequistas

Tema	Conteúdo
Antigo Testamento	Revelação primitiva – Era dos Patriarcas – o prove de Deus no Egito – Moisés libertador e legislador. Dogma, moral, culto de Deus no antigo testamento – o sacerdócio judaico – Missão dos profetas – Esdras e os escribas.
O Cristianismo	<p>Difusão da Igreja Católica – Os Apóstolos e os Padres Apostólicos – A Igreja romana centro da unidade – a igreja e o império romano – as perseguições suas causas e efeitos.</p> <p>- Constantino e a paz da Igreja – A vida religiosa – S. Antão – S. Basilio – S. Eusébio de Vercelli – S. Bento e o monastério – A Igreja e as escolas – as primeiras heresias. A Igreja civilizadora dos bárbaros – S. Leão I e Attila – Os Godos – Os Francos - Os Longobardos – S. Leão III e Carlos Magno - Império romano germânico – S. Gregório VII e a Luta das investiduras.</p> <p>- As cruzadas – as ordens militares – os Carmelitas; As constituições da Europa cristã – Os estados feudos de S. Sé – As universidades católicas – Inocência III – São Domingos e São Francisco</p> <p>A revolta protestante – A reação catholica – O concílio de Trento – os Jesuítas – sua pedagogia – suas missões, nas Américas, nas Índias, no Japão, na Etiópia.</p> <p>Fruto da revolta protestante – o pseudofilosofismo e as sociedades secretas – a revolução francesa e sua irradiação na Europa.</p> <p>Nova reação da Igreja Católica – Leão XII e os estudos eclesiásticos, - PIO IX e o Syllebus – Leão XIII e a constituição cristã da sociedade moderna – a questão social e a Rerum Novarum – a ação católica –</p>

⁸ Dom José Gaspar de Afonseca e Silva nasceu na cidade de Araxá em 1901, e faleceu no Rio de Janeiro em 1943. Padre a Igreja Católica, bispo e segundo arcebispo de São Paulo. Aos 22 anos foi ordenado padre por Dom Duarte Leopoldo e Silva, em São Paulo.

	supressão e restauração do domínio dos Papas.
--	---

Fonte: Curso de formação religiosa – Catechistas - 1937

Os temas centrais apresentados eram dois: o primeiro centrava-se no conteúdo do Antigo Testamento, destacando a história do Egito, tendo na figura de Moisés o grande libertador do povo hebreu, princípios morais e o papel dos profetas dentro do cristianismo. O segundo tema apresentava um enorme destaque para a história do cristianismo e a história da constituição do catolicismo enquanto religião ao longo do processo histórico.

Para trabalhar o conteúdo descrito no quadro 3.1, o curso propunha uma sequência metodológica que os professores deveriam adotar. Primeiramente os mestres observariam as qualidades psicológicas das crianças e os defeitos que estas apresentavam, em seguida deveriam iniciar suas aulas desenvolvendo a fantasia das crianças; na sequência realizariam uma reflexão rápida e superficial sobre o tema estudado, trabalhando as temáticas de uma maneira isenta de preconceitos.

Ao propor as atividades, os docentes deveriam apresentar exemplos fundamentados na figura de Jesus Cristo como educador das massas, focando na didática utilizada por Jesus, que era a de prender a atenção das pessoas por meio de parábolas, objetos disponíveis, desejo por belos sentimentos, em especial a compaixão e aspiração à felicidade. Os métodos de ensino descritos pela Arquidiocese paulista apresentavam-se organizados pelo desenvolvimento do sentido auditivo (músicas em especial) e intuitivo em que mesclavam o ensino pela liturgia.

Quadro 3.2 Métodos de ensino: Curso de formação religiosa catequistas

Método	Desenvolvimento
Método auditivo	O fato sensível frente ao conhecimento, história, parábola, comparações com expressões concretas, reflexões breves e fortes. As parábolas de Jesus servem especificamente para o ensino da parte moral.
Método intuitivo	Jesus observador da natureza, costumes populares, trabalho dos operários, dos colonos, operações militares jogos de crianças. A este método pertencem os quadros Moraes, as projeções, os objetos a vista, servem especialmente para explicação da parte moral.

Método misto	Nos combates escolares, nas representações dramáticas, nas seções acadêmicas, são repetições agradáveis das matérias estudadas.
Ensino pela Liturgia	Explicação da arquitetura das igrejas, dos objetos de culto, dos ornamentos sacerdotais, da matéria e cerimoniais do S. Sacrifício da missa e dos sacramentos. Servem especialmente para o ensino dos sacramentos e para assistir com fruto a S. Missa e as cerimônias do culto em geral

Fonte: Curso de formação religiosa catechistas - 1937

O curso de formação religiosa para professores catequistas dividia-se em dois momentos. O primeiro apresentava os temas e os conteúdos que deveriam ser ensinados nas aulas de religião e o segundo propunha metodologias que deveriam ser utilizadas pelos professores.

A bibliografia que fundamentava o curso era composta por autores italianos e franceses, destacando Borla e Testore, com o quinto volume do Lux Chrsi e o volume três da obra Lumen Vitae do Monsenhor Caly, o quarto volume do curso de religião de Devivier, com o livro Curso de Religião e a obra de Quinet “Carnet de preparation du Catechismo. Embora não tenham sido apresentadas as datas na bibliografia no curso, pudemos identificar em levantamentos realizados que os livros foram publicados entre os anos de 1916 a 1936.

Evelyn de Almeida Orlando (1936) em seu artigo: “*A Biblioteca da catequista: vestígios da circulação internacional de modelos pedagógicos nas leituras prescritas para as professoras católicas*” apresenta as indicações das leituras propostas para as professoras primárias, descritas no *Boletim Catequético*⁹ (1936) A autora faz uma análise da presença de autores estrangeiros nas referências bibliográficas dos cursos de formação de professoras catequistas:

A catequese passa pelo processo de escolarização, os papéis da catequista e da professora primária se misturam e a formação doutrinária vem acompanhada da formação pedagógica em suas bases mais modernas. A presença de autores estrangeiros nas leituras prescritas às professoras dá a ver os modos pelos quais a Igreja Católica foi produzindo também seus modelos culturais e renovando suas práticas educativas, buscando situar-se nas demandas do seu tempo social (ORLANDO, 2014, p. 212).

⁹ O Boletim Catequético foi um impresso produzido de forma estratégica pelos educadores católicos mineiros visando conformar o campo doutrinário da pedagogia em sólidas bases católicas. A produção deste impresso foi uma iniciativa do Departamento Arquidiocesano de Ensino Religioso de Belo Horizonte, encampado pelo padre Álvaro Negromonte, em 1936, voltado para formar as professoras mineiras em professoras/catequistas, atendendo as demandas que foram apontadas nessa direção no 1º Congresso Católico de Educação, realizado em 1934, na cidade do Rio de Janeiro. (ORLANDO, 2014)

As referências bibliográficas presentes no curso de formação de professoras catequistas da arquidiocese de São Paulo nos dão pistas de como a Igreja paulista estava inserida no movimento de circulação e de modernização internacional de modelos pedagógicos. Era um movimento que estava presente em São Paulo e em outros Estados da Federação, como Minas Gerais. O Boletim apresentava os conteúdos que faziam parte da doutrina católica para as aulas de religião, destacando as metodologias que os professores deveriam adotar e as referências bibliográficas que fundamentariam suas aulas. Reafirmando um alinhamento da pedagogia católica com a pedagogia moderna, que também era defendida pelos escolanovistas. Desta forma, o catolicismo ia incorporando “os princípios da Pedagogia Moderna, que serviram para modelar a escola paulista do final do século XIX, dividindo o cenário educacional com muitos enunciados escolanovistas” (ORLANDO, 2014 p. 214).

As propostas pedagógicas presentes nos cursos de formação de professoras da Igreja Católica eram as mesmas problematizadas e estudadas nas escolas normais no final dos anos vinte do século XX, como podemos verificar no texto “História da formação de professores” de Leonor Maria Tanuri (2000):

Escola nova, ensino ativo, método analítico, testes e medidas são palavras-chave da época. A literatura pedagógica, até então voltada quase que exclusivamente para uma abordagem ampla dos problemas educacionais, de uma perspectiva social e política, passa a tratar os problemas educacionais de um ponto de vista técnico, “científico”, e a contemplar, desde questões teóricas e práticas do âmbito intra-escolar, até abordagens pedagógicas mais amplas, da perspectiva da escola renovada (TANURI, 2000, p. 72).

No curso ofertado pela Cúria de São Paulo houve um planejamento dentro destes princípios. Trabalhava-se, primeiramente, o método auditivo, com contos de histórias e parábolas bíblicas, preocupando-se com entonação de voz apropriada para chamar a atenção das crianças; propunha-se fazer uma observação dos alunos, traçar um perfil psicológico destes, realizar reflexões curtas, mantendo um teor emocional forte. Em seguida, dever-se-ia usar o método intuitivo, utilizando objetos para facilitar o entendimento das crianças em relação ao conteúdo proposto. Desta maneira se construiria a moralidade das mesmas. O Método Misto era o momento de se introduzir perguntas e respostas para a turma e ensinar a história bíblica por meio de peças teatrais (método catequético).

A Igreja projetava, desta forma, maneiras de sensibilizar inicialmente, depois inserir o conteúdo utilizando objetos pedagógicos de forma prática e lúdica e deixava para o derradeiro momento da aula a introdução da liturgia católica. Realizavam-se explicações sobre as arquiteturas das Igrejas, objetos de culto e o significado dos ornamentos sacerdotais.

As catequistas ideais para a Cúria paulista eram as professoras dos grupos escolares, pois, estas ao ministrar a disciplina de religião dariam maior credibilidade aos ensinamentos católicos. As aulas deveriam ser ministradas dentro dos princípios da doutrina católica e das inovações do campo pedagógico.

Buscando apreender como se deu a busca de inserir a doutrina católica dentro dos princípios pedagógicos do século XX apresentaremos dois manuais de formação de professores escritos por líderes da Igreja Católica, um brasileiro e um francês, sendo eles a “Pedagogia do Catecismo” de Monsenhor Negromonte e “Apontamentos do Catequista” do Padre Quinet.

3.2 Monsenhor Álvaro Negromonte e a Pedagogia do Catecismo

A *Pedagogia do Catecismo* foi publicada em 1938 pelo Monsenhor Álvaro Negromonte¹⁰, com o objetivo de ser uma obra didática utilizada para a formação das professoras catequistas. Negromonte foi autor de referendadas obras que versavam sobre o ensino da religião católica para os níveis de ensino primário, ginasial e normal. Manuais voltados para a formação das professoras catequistas nos cursos normais, dentro dos modernos princípios pedagógicos da Escola Nova, e obras que tinham como foco os relacionamentos familiares, conforme os títulos relacionados:

- Meu Catecismo (1º ano primário);

¹⁰ O Monsenhor Álvaro Negromonte defendeu a renovação catequética desde o início da sua carreira religiosa, associando o seu trabalho como catequista aos debates a respeito da Pedagogia Moderna e da Escola Nova. A partir de 1927 integrou-se definitivamente à educação catequética, o que deu visibilidade à sua carreira sacerdotal. Publicou uma coleção de manuais de catecismo e diversos livros de caráter formativo, sendo um dos intelectuais que participou da implementação dos ideais da Escola Nova em Minas Gerais. Simpatizante do movimento, vice-presidente da Sociedade Pestalozzi, escreveu toda a sua coleção de catecismos pautada nos ideais escolanovistas, dos quais era defensor. (<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/162EvelyndeAlmeidaOrlando.pdf> acesso 22/11/2015)

- Meu catecismo (2º ano primário);
- Meu catecismo (3º ano primário);
- Meu catecismo (4º ano primário);
- Manual de Religião (curso elementar);
- Minha vida cristã (1ª série ginasial);
- A doutrina viva (2ª série ginasial);
- As fontes do salvador: missa e sacramentos (3ª série ginasial);
- O caminho da vida: moral cristã (4ª série ginasial);
- História da igreja (1º ano colegial);
- Pedagogia do catecismo (curso normal);
- Guia do catequista (para o Meu catecismo 1º e 2º ano);
- Guia do catequista (para o Meu catecismo 3º ano);
- Guia do catequista (para o Meu catecismo 4º ano);
- O que fazer de seu filho: problemas fundamentais da educação;
- A vida de Jesus para infância e juventude – ilustrações de Santa Rosa;
- Noivos e esposos: problemas do matrimônio e A educação sexual: para pais e educadores;

A obra que serviu como base para a formação dos professores foi *A pedagogia do catecismo*, indicada para ser usada nos cursos de magistério. “A Pedagogia do Catecismo” foi publicada pela primeira vez em 1938 pela Editora Vozes do Rio de Janeiro. A partir da terceira edição passou a ser publicado pela Livraria José Olympio Editora, em 1950, uma das maiores editoras brasileiras nas décadas de 40, 50 e 60 do século 20.

A edição que analisamos é a nona, datada de 1961.

Figura 3.2 – Livro: A Pedagogia do Catecismo



Fonte: (NEGROMONTE, 1961)

O manual de formação de professores de Negromonte possui muitas edições sendo a grande referência do ensino de catecismo das décadas de 30, 40, 50 e 60. É um livro de 252 páginas, sem ilustração, fundamentado nas diretrizes teológicas da Igreja. O que chama a atenção foi a maneira como o autor apropria-se e descreve como trabalhar os conteúdos teológicos dentro dos denominados métodos ativos.

A obra foi dividida em três partes, a primeira objetivou apresentar a necessidade do catecismo, suas finalidades, como se constitui a formação moral e cristã do aluno e a educação dos membros da Igreja Católica para a vida cristã. A segunda parte dedicou-se a descrever sobre os deveres da Igreja, de seus membros em relação ao catecismo, o ensino da religião nos colégios católicos, a formação intelectual e pedagógica dos catequistas. A terceira parte teve como foco a metodologia, realizando uma discussão sobre a psicologia das crianças, o trabalho com a memória, problemas relacionados com a disciplina dos alunos nas aulas, premiações, castigos, como ensinar dogmas, moral, liturgia, história sagrada, história da Igreja e os mandamentos bíblicos e institucionais.

Para melhor entendimento das discussões propostas, abaixo transcrevemos o índice completo do livro “A pedagogia do Catecismo”.

Quadro 3.3 Índice Geral – A pedagogia do catecismo

Primeira Parte Fins a conseguir	Segunda Parte O catequista	Terceira Parte Meios a empregar
<u>Necessidade do catecismo</u>	<u>Dever pastoral</u>	<u>Frequência das crianças</u>
No lar	Catecismo dos adultos	Os remédios
Na paróquia	Dever ministerial	Com os pais
Na sociedade	As crianças	Com as crianças
A escola	Catecismo paroquial	O grande meio
Falsos Remédios	Preparação necessária	<u>A atenção</u>
Ineficácia do laicismo	Nos seminários	A atenção das crianças
O verdadeiro remédio	Nas escolas	Atenção espontânea: curiosidade e interesse
Em nossas escolas	<u>Colégios católicos</u>	Atenção voluntária
Diante da classe	Os programas	Como manter a atenção
Elemento básico	Os métodos	<u>A memória</u>
<u>Finalidade do Catecismo</u>	Material Didático	Vantagens da memória
Formar o cristão perfeito	Bibliografia	Como fazer decorar
Instrução religiosa	Aos seus alunos	O que decorar
Praticar a doutrina	O curso de religião	<u>Sessão de catecismo</u>
Hábitos cristãos	A formação cristã	Local
Hábitos piedosos	<u>Catequistas leigos</u>	Hora
Apostolado	Substituindo o sacerdote	<u>O problema da disciplina</u>
Formação Litúrgica	Dever de consciência	Noção de disciplina
Em resumo	Quantas catequistas	Condições
<u>Formação Moral</u>	Várias missões	Disciplina preventiva
Formar a vontade	A catequista professora	Vigilância
Trabalho difícil	Indulgências	E as sanções?
Educação pessoal	<u>Formação Intelectual (1)</u>	<u>Prêmios</u>
Hierarquia de valores	Conhecimento da doutrina	Vantagens
Realizando	Para explicar as crianças	A quem premiar?

<u>Formação Cristã</u>	Aplicações práticas	Como premiar
A consciência	<i>II – Para fazer a preparação intelectual</i>	Como premiar
Noção de pecado	Saber o catecismo	Que prêmios dar
Estado de graça	Alargando o horizonte	Um perigo
Vida Cristã	Conhecer a vida cristã	<u>Castigos</u>
Sempre mais	Liturgia e Catequese	Meio necessário
Práticas piedosas	<i>III – Como estudar o catecismo</i>	Dificuldades
Humano e divino	Estudo pessoal	Qualidade dos castigos
<u>Formação no Apostolado</u>	Círculos de estudo	Erro fatal
Educar Apóstolos	<u>A vida interior</u>	Com caridade
Um grande meio	Transbordamento	<u>Processos</u>
Fácil tarefa	Força de exemplo	I. Material
Na prática	Modelo das crianças	Quadros e murais
	Eloquência divina	Álbuns
	Para vencer dificuldades	Projeções
	Principais práticas	Museu catequético
	<u>Preparação pedagógica</u>	Quadro negro
	Métodos modernos	Mapa da palestina
	Alguns mestres	Dísticos
	Grandes princípios	II. Recursos Didáticos
	Psicologia e religião	Exemplos
	Reações infantis	Comparações
	<u>Preparando a lição</u>	Histórias
	Preparação próxima	Parábola
	Auxiliares	III. Auxiliares de ensino
	Material	Excursões
	Cadernos de lições	Deveres escritos
	Aos pés do senhor	Jogos
		Trabalhos manuais
		Controle de conhecimento
		Dramatizações
		<u>O canto</u>

		<p>O costume cristão</p> <p>Vantagens</p> <p>Para a catequese</p> <p>Qualidade dos cânticos</p> <p>Nos colégios católicos</p> <p>Modo de ensinar</p> <p><u>A oração</u></p> <p>Formando o hábito</p> <p>Oração e orações</p> <p>Variar as fórmulas</p> <p>Exteriormente</p> <p><u>Confissão</u></p> <p>O que desejamos</p> <p>Remédio Eficaz</p> <p>Força Educativa</p> <p>A direção</p> <p><u>A eucaristia</u></p> <p>Centro de formação</p> <p>A casa de Deus</p> <p>Visitas ao santíssimo</p> <p>A santa missa</p> <p>Missa de crianças</p> <p>Formar o hábito</p> <p>A comunhão</p> <p>Preparação</p> <p>Primeira comunhão</p> <p>Comunhão frequente</p> <p><u>Associações infantis</u></p> <p>Com as crianças</p> <p>Dezena do terço</p> <p>Cruzada eucarística</p> <p>Espírito da cruzada</p>
--	--	---

		<p>Congregação Mariana</p> <p>Formação</p> <p><u>Como ensinar o dogma</u></p> <p>Doutrina de vida</p> <p>Por exemplo</p> <p>Gerar convicções</p> <p><u>Como ensinar a moral</u></p> <p>Positivo e negativo</p> <p>Ir fazendo</p> <p>Um grande escolho</p> <p>Os medos</p> <p>Psicologia e sobrenatural</p> <p>Falta e culpas</p> <p>Remédios</p> <p><u>Como ensinar a liturgia</u></p> <p>Modelo de escola ativa</p> <p>A liturgia e a escola</p> <p>Como ensinar</p> <p>A) Aos pequeninos</p> <p>B) Aos médios</p> <p>C) Aos grandes</p> <p>É condição</p> <p><u>Como ensinar História Sagrada</u></p> <p>Vantagens</p> <p>Fins</p> <p>A história Sagrada e o Catecismo</p> <p>Novo testamento</p> <p>Material</p> <p>Ensinando</p> <p>História da Igreja</p> <p>Vantagens</p>
--	--	---

		Quando ensinar
		Orientação
		Manuais
		<u>Sexto Mandamento</u>
		Formação geral
		Meios indiretos
		Instrução
		Como falar

FONTE: (NEGROMONTE, 1961, p. 03-07)

Ao lermos as temáticas apresentadas pelo autor, entendemos que primeiramente temos uma justificativa da necessidade do catecismo, em seguida as discussões versam sobre a necessidade da formação pedagógica/didática e intelectual/teológica das professoras catequista, e por último o Monsenhor Álvaro dedica-se a apresentar como as aulas deverão ser ensinadas dentro da perspectiva teológica e dos princípios inovadores dos novos métodos pedagógicos.

Segundo Padre Álvaro Negromonte (1961), para que a professora seja uma boa catequista era fundamental uma rigorosa preparação intelectual dentro da formação teológica da Igreja, assim como uma preparação espiritual e moral. Partindo deste princípio, suas aulas poderiam alcançar os objetivos de um bom ensino, a professora deveria ter conhecimento metodológico e uma pedagogia específica.

Dois sérios problemas preocupam aqui a catequista, dar boas aulas, formar bons cristãos. O primeiro é de metodologia, o segundo é de pedagogia cristã no que têm de essencial. Mas ambos se jogam na mesma classe, sobre os mesmos alunos. O segundo depende muito do primeiro e se arriscará sem ele. Mas, se o segundo falhar, tudo está perdido. (NEGROMONTE, 1961, p. 104)

Em relação aos modernos métodos pedagógicos, Monsenhor Álvaro reafirmou que esta era uma discussão inteiramente desnecessária, pois, estes já estavam sendo usados nos livros da Igreja, tanto os nacionais como nos livros estrangeiros que circulavam pelo Brasil.

A Igreja, longe de temer os progressos de qualquer ciência, lança mão deles em favor de sua ação santificadora. Neste sentido devemos nos alegrar de todos os verdadeiros progressos. Leão XIII disse, com real felicidade que toda a verdade é católica. (NEGROMONTE, 1961, p. 105 e 106)

Para o autor caberia às professoras catequistas aproveitar os novos métodos da maneira mais apropriada. Não era possível que continuassem a ensinar o catecismo como há cinquenta anos, se as demais disciplinas escolares já utilizavam os novos métodos, a disciplina catequética deveria ser aplicada a metodologia geral, sem fazer distinção. Como indicativo para o trabalho das professoras é indicado uma relação de livros nacionais e internacionais.

A literatura estrangeira está enriquecida com obras catequéticas em dia com tudo o que a pedagogia tem de mais novo. Entre nós foi a senhorita Waleska Paixão que iniciou esta literatura com seus “Cadernos Catequéticos”. Em tradução temos quase todos os livros do Cônego Quinet e o “Catecismo segundo o Evangelho” do Padre Eugênio Charles. De Quinet saliento as “Lições Catequéticas” com alguns defeitos (muito formalismo ainda) e ótimas sugestões e “Para pequeninos no jardim da infância”, a verdadeira obra-prima da literatura catequética mundial. De Stieglitz estão traduzidos os “Esboços catequéticos”, muito bons e os quatro volumes do “Manual do Catecismo” cujas catequeses as nossas catequistas certamente acharão muito longas, embora muito boas. As “Horas catequéticas” de Schreiner curtas, simples, práticas, são ótimo subsídio para boas aulas. A “Explicação do Pequeno Catecismo” de Slater, apesar das repetições algo cansativo, presta bons ofícios. O “Caminho espiritual” de Madre Bolton preocupa-se de impregnar de Cristo o pequeno cristão, na mesma linha de Mlle. Hemptine no “Catecismo dos meninos”. Embora livro de texto “A Vida em Cristo” de D. Tarcísio merece ser citado pelo tom novo e vital de apresentar a doutrina. A coleção de folhetos de formação para a Cruzada Eucarística fornece boas ideias e meios muito úteis. O “Boletim Catequético” e a “Revista Catequética” prestam inestimáveis serviços. (NEGROMONTE, 1961, p. 105 e 106)

Havia a circulação de uma vasta literatura estrangeira no Brasil, sobretudo de autores europeus, que já estavam fazendo uma apropriação dos métodos ativos para o ensino do catecismo. “A pedagogia do Catecismo” destaca que as professoras deveriam apegar-se a três pontos fundamentais; compreender, respeitar e amar as crianças. Afirmava ser necessário que as professoras se dedicassem a entender a psicologia infantil, destacando que cada criança possuía suas especificidades. Destacou também a importância de se respeitar a criança, adaptar-se ao mundo infantil e “deixar que ela seja criança enquanto o tempo não a transforma” (NEGROMONTE, 1961, p. 108).

Para a realização da preparação das aulas era destacava-se, por Negromonte (1961), a exigência que a professora catequista tivesse um bom conhecimento da doutrina católica, boa vida cristã e um aparelhamento pedagógico profícuo. Mas, advertia o autor que apenas estes três indicativos não bastavam para uma boa aula: “Cada aula requer um trabalho especial e uma preparação imediata, cuja ausência

será suficiente para enfraquecer a lição do melhor teólogo, do mais perfeito pedagogo” (p. 110)

As aulas para o ensino primário deveriam ser preparadas de acordo com os seguintes passos: - Um trecho do evangelho, podendo ser um fato ou parábola; - Doutrina; - A formação, com 4 pontos, compostos por questões como: hábito cristão, hábitos piedosos, liturgia e apostolado. As aulas sempre deveriam terminar com algumas perguntas, que seriam propostas pela professora e pelas crianças, as catequistas deveriam pensar antecipadamente em tais questões e preparar possíveis respostas.

Para que a aprendizagem fosse efetivada pelas crianças era solicitada atenção em relação aos materiais didáticos selecionados para cada aula:

O ensino intuitivo quer ainda mais do que histórias, comparações e exemplos. O que é possível mostrar não se descreve: - mostra-se. O material didático é indispensável. Mas que material nos é indispensável a esta aula? Na coleção de quadros, escolheremos o que nos convém; um santinho explicará bem esta passagem; um desenho a colorir ou copiar; dois meninos brigando servirão para ilustrar o exemplo que preparamos; uma notícia de jornal, contando o desastre que aconteceu à criança que foi nadar sozinha às escondidas; um recorte tirado duma revista com um clichê das Missões... Uma série de coisas, que é preciso preparar de antemão. (NEGROMONTE, 1961, p. 113)

No manual proposto por Monsenhor Negromonte (1961) é também indicado um roteiro de como manter a atenção dos alunos e como fazê-los decorar a lição.

Quadro 3.4 - Etapa do trabalho pedagógico: como manter a atenção da criança

ETAPAS	COMO MANTER A ATENÇÃO DA CRIANÇA
1	Despertar a curiosidade e o interesse da criança: atenção espontânea.
2	Empregar material didático e saber empregá-lo.
3	Trazer a criança sempre ocupada, quer com o material didático, quer com freqüentes perguntas.
4	Entremear com histórias oportunas a lição
5	Preparar bem a lição, para falar com clareza
6	Adaptar-se à criança no modo de falar, pensar, sentir e agir.
7	Proceder por indução mais que por dedução
8	Limitar as ideias de cada aula
9	Fazer a aula curta, para não cansar as crianças, ou variar de trabalho durante

	a aula.
10	Falar aos sentimentos, despertando-os.
11	Escolher para a aula a melhor hora e o melhor local.
12	Usar de emulações inteligentes.
13	Aproveitar nas aulas os fatos do momento, que interessam as crianças.
14	Acostumar aos poucos à reflexão e ao esforço pela formação da vontade

Fonte: (NEGROMONTE, 1961, p. 127 e 128)

Para o ensino era, portanto, necessário manter a atenção da criança de maneira espontânea, com materiais didáticos adequados, fazendo com que ela estivesse sempre ocupada, ir induzindo a sua forma de construir o pensamento, assim como é destacado que as professoras não deveriam gritar com as crianças e que o ensino deveria ser baseado nos interesses das crianças e no “despertar da inteligência”.

É descrita, com esta finalidade, uma sequência de estratégias para que as docentes fizessem com que os alunos decorassem as lições:

Quadro 3.5 Etapa do trabalho pedagógico: como fazer a criança decorar

ETAPAS	COMO FAZER DECORAR
1	A primeira regra é que a criança antes entenda o que vai decorar. Além de mais durável, a memorização inteligente é muito mais fácil. Aprende-se muito mais rápido e duradouramente uma frase de vinte palavras sem sentido. Para as aulas em comum só se deve decorar o que a maioria dos alunos entende.
2	Se o trecho não é grande, como em geral não o são as respostas do Catecismo, é mais fácil aprende-lo em conjunto que por partes. Porque é preciso não quebrar o sentido – o que reduzirá a memória.
3	Decora-se mais com repetições espaçadas do que ininterruptas.
4	A hora tem notável influência. <u>Lay e Larguier</u> determinaram como mais eficientes as primeiras horas da noite. <u>Riboulet</u> fala igualmente das primeiras horas do dia.
5	A atenção é grande auxiliar da memória. O maior dos meios ativos. Importa desperta-la e acostumar a criança a aplica-la.
6	Da vontade se pode dizer o mesmo. Quando se que, aprende-se mais facilmente. <u>Aall</u> chega a dizer que logo esquecemos o que queremos aprender por pouco tempo; mas conservamos o que temos intenção de reter por mais longo tempo. É arte da catequista conseguir que a criança queira.
7	Em compensação, há grande dificuldade para o que se vai fazer constrangido. A disposição do espírito contribui igualmente de modo notável. Seria contraproducente obrigar uma criança irritada ou fadigada a decorar. É nosso

	dever despertar antes o interesse.
8	A intensidade das impressões facilita o trabalho da memória. Essas impressões podem ser psíquicas ou sensíveis. Daí o valor das histórias de aventuras, de gestos teatrais, das cores vivas, das festas bonitas, dos sentimentos vivos e profundos.
9	As impressões simultâneas ajudam muito o trabalho com a memorização. Muito raramente existe isolado um tipo de memória. Em geral, temos um pouco de cada um. É vantajoso despertar as várias impressões: a auditiva pela recitação (que será ainda melhor se for feita também pelo próprio aluno) a visual (escrever no quadro negro, por exemplo) e a motora, tão do agrado e da natureza da criança.
10	A educação da memória pelo hábito é, sem dúvida, o meio mais eficiente guardado os recursos acima indicados e outros apontados pelos autores.

Fonte: (NEGROMONTE, 1961, p. 132 e 133)

Há uma racionalização das etapas de como ensinar a criança a memorizar, sendo citados autores como Lay e Larguier, Riboulet e Aall, como importantes, porém, não se coloca nada sobre estes autores e suas obras. Nos levantamentos realizados vimos que estes são referências bibliográficas da área da psicologia experimental e desta forma, evidencia-se que ao citar autores da , Negromonte reafirmava que o ensino religioso nas escolas públicas deveria ser tratado como qualquer outra disciplina escolar, sempre fundamentada nos métodos racionais.

A orientação geral era a de que os professores iniciassem seus trabalhos pela indução, indo do que é conhecido pelas crianças para o desconhecido, do sensível para o espiritual, do concreto para o abstrato, do particular para o geral. Para o ensino do catecismo foram criados dois métodos. O “método de São Suplício”, - um método dedutivo e o chamado “Método de Munique¹¹”, que corresponde ao método indutivo. Negromonte (1961) aponta que no caso francês a opção era o trabalho com o Método de Munique. Entre os autores que trabalhavam com o método indutivo ou método de Munique, destacavam-se:

¹¹ Os estudos sobre o método de Munique, no Brasil, ainda são escassos assim como a sua influência na pedagogia católica brasileira, consequência direta da pouca atenção que o catolicismo vem recebendo dos estudos da área, sobretudo no que tange às práticas pedagógicas modernizadoras da Igreja. O método de Munique ressaltou a necessidade de se atentar para a criança, através das contribuições da Psicologia, e manteve uma relação muito próxima com a pedagogia Herbartiana, conforme lembra Passos (1998). A tese de doutoramento de Mauro Passos (1998) destaca o movimento catequético de Munique, ocorrido no início do século XX, ao tratar da influência da pedagogia herbartiana para a catequese, e aponta para a repercussão que teve, no Brasil, na década de 30, com Negromonte e Waleska Paixão. (ORLANDO, 2008)

Decroly, centros de interesse, Montessori, método de projetos, etc. Estão todos os processos modernos filiados ao método indutivo, que seguimos a explanação aqui, e cujos instrumentos daremos em seguida, dividindo-os em grupos. Afastados os erros, corrigidos os exageros, advertida a catequista do plano sobrenatural em que nos movemos, tudo o que a moderna metodologia tem produzido e ainda produza deve ser aproveitada no catecismo. (p. 153)

Os materiais indicados por Monsenhor Álvaro (1961) para as aulas foram apresentados da seguinte maneira:

Quadro 3.6 Materiais Didáticos – como utilizar

MATERIAIS	COMO UTILIZAR
Quadros Murais	<p>Para a utilização dos quadros murais no ensino religioso eles devem ter as devidas qualidades para alcançar seus objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verdadeiros: deve representar os fatos históricos, deve traduzi-los fielmente, deverão seguir a doutrina ortodoxamente. - Inocentes: deve servir para a santificação dos alunos, não colocar figuras que cause escândalos, nem ofender o pudor das crianças. - Belos: Os quadros murais deverão desenvolver o gosto artístico das crianças. A ausência de beleza prejudica, porque torna ridículas as figuras, o que causa prejuízo a dignidade da religião. Os quadros como as imagens, são para elevar, edificar, mover, instruindo as crianças. - Coloridos: As cores chamam mais a atenção, facilitando o trabalho da memória. Os psicólogos explicam que as cores primárias são mais do agrado das crianças, e devem ser por isso preferidas. - Simples: A matéria do quadro deve estar bem visível e destacada. Minúcias, enfeites, acúmulos de materiais afastam a atenção do objetivo principal. - Grandes: Para serem facilmente vistos pelas crianças. É preciso que as crianças possam vê-los como quiserem. Não faz mal que os toquem, porque há muita gente que só sabe ver direito com as mãos.
Álbuns	<p>São os álbuns um elemento que a boa catequista não deixará de lançar mão, pelos excelentes serviços que podem prestar. Ao propor um álbum deve deixar a maior parte dos trabalhos para as crianças, deixando a elas a impressão de iniciativa. Já existem nas classes os álbuns de história, geografia entre outros. É fácil transpor a ideia para as aulas de religião. Podem fazer álbuns sobre a quaresma, da viagem sacra, da vida de nossa senhora ou das mais bonitas igrejas do Brasil. Como fazer o álbum? Suscitando o interesse, despertando o entusiasmo, a catequista deverá fazer as crianças a fazerem. As crianças arrumarão o livro, farão a encadernação, providenciarão as estampas e todas as etapas, tendo o apoio e incentivo das professoras catequistas.</p>
Projeções	<p>As projeções luminosas são um dos auxiliares mais eficazes da catequista, sob vários aspectos vale mais que quadros e murais. As figuras aparecem maiores e luminosas, atraindo mais a curiosidade e podendo agrupar maior número de alunos. Não é recomendável usar projeções todas as semanas, pois as crianças se acostumam e o interesse diminui.</p>
Museu catequético	<p>Todas as boas escolas devem ter sés museus, e se o museu escolar possui de tudo o que interessa aos alunos, há de ter também religião, porque esta</p>

	interessa ainda mais. Para montar o museu de religião deverão ser usados desenhos, modelagens, recortes, gravuras mapas, álbuns, todas as manifestações das atividades escolares estarão ali.
Quadro negro	Quer o catecismo seja na escola ou na igreja o quadro-negro deve ser usado. Quadros-negros pequenos, de cavalete, que as próprias crianças possam transportar. O quadro-negro tem mais facilmente a atenção das crianças, desperta o interesse, ajuda na memória, porque ao mesmo tempo que eles ouvem e veem a escrita. Alimenta a atividade infantil, no quadro a professora escreverá as definições do catecismo, as divisões e novas palavras, hinos, fará gráficos e esquemas, desenhará objetos, fará resumos da aula para que os alunos possam melhor gravá-los.
Mapa da palestina	Ao lado do quadro negro deverá ter um bom mapa da palestina para o catecismo.

FONTE: (NEGROMONTE, 1961, p.153-163)

Negromonte (1961) propõe também a utilização de uma série de materiais didáticos modernos para melhorar a qualidade do ensino dos docentes. Materiais como; quadros-murais, álbuns, projeções, museus catequéticos, quadro-negro e mapas, em especial o da Palestina. Ao propor os materiais a serem utilizados nas aulas, ele descrevia a função de cada um deles e como estes deveriam ser usados pelas professoras. E, reiterava sempre que era fundamental a utilização destes materiais pelos professores da mesma forma que as outras disciplinas escolares já haviam se apropriado destes materiais para a melhoria da aprendizagem das crianças e que o ensino de religião, como qualquer outra disciplina, também deveria se apropriar das novas metodologias.

A utilização pelos professores de ensino religioso dos materiais propostos por Negromonte (1961) reforça a racionalização da forma escolar que estava sendo atribuída ao ensino religioso. Após o autor descrever os materiais, sua importância e a forma de utilização dos mesmos, segue-se a apresentação de uma série de recursos didáticos, como; exemplos, comparações, histórias e parábolas. Para cada recurso didático proposto o autor explica a utilização e descreve propostas de utilização. É descrito também como necessários para um melhor entendimento do ensino religioso alguns “auxiliares do ensino”, tais como: excursões, deveres escritos, jogos, trabalhos manuais, controle de conhecimentos e dramatizações.

Desta forma, o autor, em seu manual apresenta uma completa metodologia de apropriação dos Métodos Ativos. Sabe-se que, como editor do *Boletim Catequético*, ele teve acesso à literatura que circulava pela Europa, entre elas

encontra-se vasta obra de Camille Quinet. Este autor, desde a primeira década do século XX, já publicava manuais de ensino para catequese. Evidencia-se pelos três volumes da obra “Apontamentos do Catequista” escritos pelo autor francês entre os anos de 1928 e 1930 que estes foram a referência para a “pedagogia dos catequistas

3.3 Camille Quinet: Apontamentos do Catequista

Camille Quinet nasceu em 01 de novembro de 1879 na França, tendo sido ordenado padre em 1904, em seguida atuou nas dioceses de Reims e na diocese de Paris. Foi inspetor da educação religiosa na diocese de Paris, secretário administrativo da Comissão Nacional de educação religiosa¹², e faleceu em 27 de setembro de 1961, aos 82 anos.

As informações relacionadas à vida de padre Quinet são escassas, e encontramos sempre dados biográficos bastante discretos, tais como o ano em que nasceu, atuação no sacerdócio e as obras do autor. E, foi como autor de catecismos que ele se destacou.

Dentre seus manuais de catecismos voltados para a formação de professores e para alunos destacam-se:

- Exercícios práticos de catecismo, para uso de todas as dioceses, elaborado em conformidade com os métodos de ensino da educação secular (1910).
- Livro de preparação de um catequista (1929).
- Sacerdotes e catequistas leigos. Livro de preparação de um catequista. Nota de ensino I Dogma (1928 – 1930)
- Sacerdotes e catequistas leigos. Livro de preparação de um catequista. Nota de ensino. Graça e Sacramento (1928 – 1930).
- Sacerdotes e catequistas leigos. Livro de preparação de um catequista. Nota de ensino. III Moral (1930).

¹² Estas informações foram retiradas do site da Biblioteca Nacional da França. Livre tradução da autora.

- Sacerdotes e catequistas leigos. Para os meus pequeninos. 20 catecismo evangélico pelo método ativo (1932).

Os livros voltados para a formação de professores foram publicados na França entre os anos de 1928 e 1930, e traduzidos no Brasil por Waleska Paixão¹³ entre os anos de 1937 a 1948.

As traduções dos volumes “Apontamentos do Catequista” realizados por Waleska Paixão não seguiram a ordem de publicação dos volumes I, II e III. O primeiro a ser traduzido foi o volume II, “Graça e Sacramento”. O segundo foi o volume III, em 1940 “Moral”, o volume I que problematiza os dogmas da Igreja temos a 2ª edição que ocorreu em 1948, mas não encontramos registros da primeira edição do mesmo. Todos os volumes foram publicados pela Editora Vozes.

¹³ Waleska Paixão é citada por Monsenhor Negromonte em seu livro “A pedagogia da catequista” e realizou traduções de livros no Brasil sobre o catecismo em especial da língua francesa para a língua portuguesa. Ao buscar referências sobre ela na literatura acadêmica os estudos sobre Waleska Paixão se localizam no campo da história da enfermagem. Em uma biografia publicada pela Revista de Enfermagem Escola Anna Nery (2009) as informações sobre a autora são: nasceu em 1903, além do português ela tinha domínio de 3 línguas estrangeiras, inglês, francês e espanhol, tornou-se aos 14 anos professora e catequista autodidata. Em 1933 foi convidada à lecionar na Escola de Enfermagem Carlos Chagas em Belo Horizonte. Em outro artigo intitulado: “A inserção de Waleska Paixão na enfermagem” de Santos, Caldeira e Moreira (2010) nós é relatado que: “aos 24 anos de idade um padre missionário francês, em visita ao Brasil, não sossegou enquanto não a convenceu que ela deveria ir à França para aperfeiçoar-se em catequese. Então, “passei um ano e meio na França e foi muito proveitoso mesmo e gostei imensamente. Agora, lá não cogitei enfermagem. Eu estava concentrada naquele estudo de catequese” (p. 270).

Figura 3.3 – Livro: Apontamentos do Catequista I



Fonte: (Quinet, 1948)

O livro possui 348 páginas e é organizado em 19 capítulos. Os temas discutidos em cada lição foram: 1 - O que é o catecismo, sua importância; 2 - O símbolo dos apóstolos e o sinal da cruz; 3 - Deus; 4; Natureza de Deus; 5 - Os mistérios, a santíssima Trindade; 6 - Os anjos, o homem; 7 - A queda do homem; 8 - A encarnação; 9 - Vida oculta de Jesus Cristo; 10 - Divindade de Jesus Cristo; 11 - A redenção; 12 - V, VI, VII artigos e símbolos; 13 - O Espírito Santo; 14 e 15 - A Igreja e suas características; 16 - Os pastores da Igreja; 17 - Os fiéis da Igreja; 18 - A comunhão dos Santos; 19 Os novíssimos do homem.

O prefácio foi escrito por Carretier, Diretor do Ensino Particular na Diocese de Paris, que em seu texto de apresentação reafirmou a necessidade do catecismo nas Igrejas, nas escolas públicas e particulares da França. Destacou a necessidade das catequistas terem seus cadernos de preparo, para terem as aulas bem preparadas. Retomou a encíclica “Acerbo Nimis” de 25 de abril de 1905 de S. Pio X, e afirmou a necessidade e a importância do catecismo e de sua sistematização. Para o diretor do ensino particular da Diocese de Paris:

É a tendência atual, não só na França, como também na Bélgica, na Suíça, na Itália e outros países é de considerar o ensino religioso como uma arte, ou melhor, como uma ciência suas leis e seu método, sua pedagogia, em uma palavra, baseada sobre a psicologia da criança. No ensino profano, todo verdadeiro mestre tem seu cadernos de preparo de aula, no ensino religioso todo bom catequista deve ter o seu. O ensino da ciência da religiosa exige, como o outro, o mesmo trabalho de preparação; reclama os mesmo processo quanto a parte intelectual; exige mesmo mais para a parte delicada que é a formação da alma. (QUINET, 1948, p. 05 e 06)

Ao continuar a apresentação da obra, Carretier descreveu a proposta do livro de formação de professoras como “Método Quinet” como sendo uma criação do Padre de um método de ensino dentro de uma perspectiva de novidade pedagógica. O método consistia em organizar duas partes para a preparação das aulas, compreendendo o “trabalho de inteligência” e “o trabalho de alma”.

1 – Trabalho de inteligência

Compreende:

1 – Reflexões pessoais depois de atenta leitura do capítulo do catecismo a explicar: Nessas notas a catequista estuda como a criança compreenderá a lição proposta, o que a interessará, o que a deixará indiferente; examina os porquês; vê como a lição se liga à precedente e prepara a seguinte. É o “método psicológico” do catequista.

2 – Divisão do assunto – As grandes linhas que formam o arcabouço de toda a instrução e que vai ser escrito no quadro negro - o autor tem razão de insistir mais adiante sobre isso – para esclarecer a inteligência da criança.

3 – Método a seguir – Nesta parte o catequista leva em conta todos os dados psicológicos e pedagógicos considerados acima. Procura a fórmula conveniente para “traduzir o abstrato em concreto”. Anota processos, comparações, etc.

4 – Nota as ideias secundárias suscetíveis de desenvolvimento, conforme o tempo de que dispõe.

5 – Fatos históricos, leitura, fim a atingir, resumo da lição. (QUINET, 1948, p. 06 e 07)

O segundo momento de preparação do professor de ensino religioso descrito na apresentação do diretor Carretir, foi o que o mesmo denominou de Método Quinet e estava relacionado ao trabalho com a alma. Primeiramente a catequista deveria parar e anotar tudo que poderia contribuir para o desenvolvimento da vida espiritual da criança.

A caderneta apresenta, antes de tudo, um “exercício de reflexão” ou pequena meditação, que o catequista dará lentamente, procurando que as crianças façam mentalmente o mesmo trabalho de reflexão.

Esta pequena meditação de alguns minutos formará o piedoso resumo da lição e terminará por uma promessa ou resolução e uma oração.

Oferece em seguida “notas de formação de piedade, práticas piedosas, conselhos, indicações de fórmulas de piedade, verificações próprias para fortalecer a fé ou a caridade, pensamentos de santos e indicações de leituras para o catequista; pequenos planos de palestras espirituais. QUINET, 1948, p. 06 e 07)

Para forçar as catequistas a tomarem as notas necessárias para sua reflexão, no fim de cada capítulo foram colocadas duas páginas em branco para que realizassem as reflexões necessárias à medida em que as aulas fossem dadas. É citado, na Apresentação, um outro livro de Quinet, chamado “A pedagogia do catecismo”, mas não é indicado o ano de publicação da obra. Mas, nota-se que é o mesmo título do livro de Monsenhor Negromonte.

Os 19 capítulos, denominados de lições pelo autor, apresentaram de maneira detalhada como o professor do ensino religioso deveria proceder, dividindo a aula em um primeiro momento de reflexão sobre o tema, 25 minutos do catecismo no quadro negro com o passo a passo a ser seguido.

Todas as lições propostas nos três volumes apresentavam a seguinte estrutura:

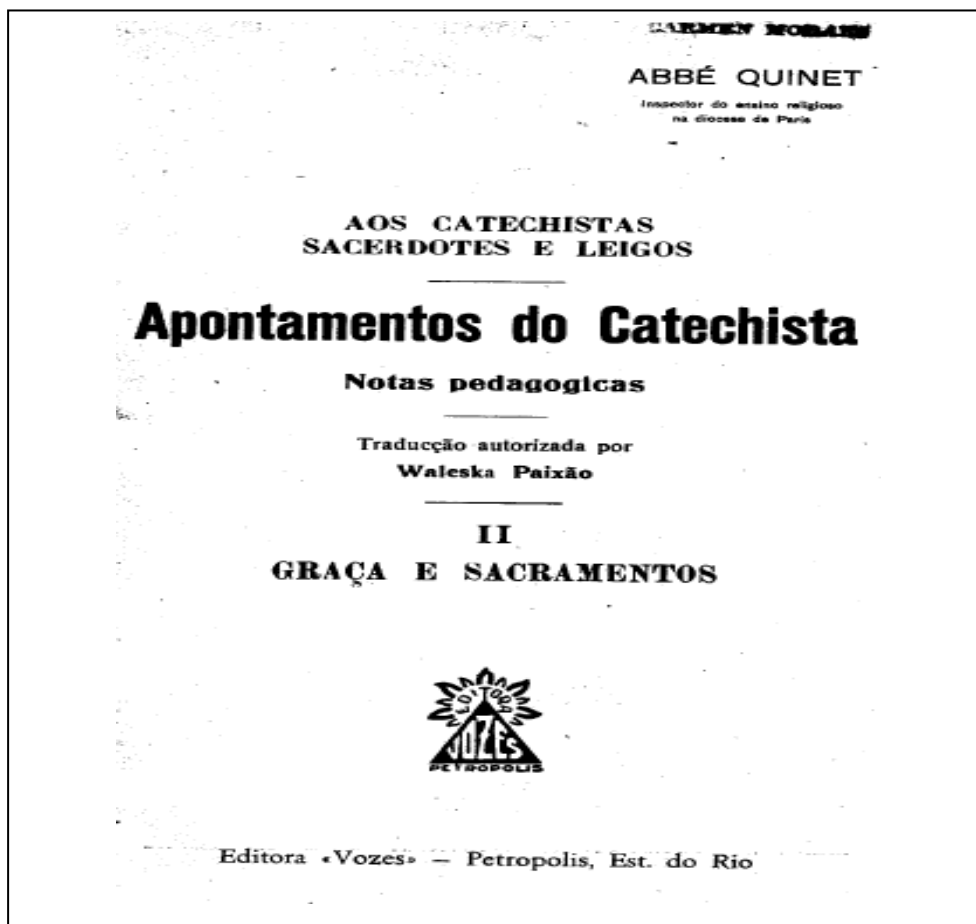
I – Apontamentos;

II – A utilização desta lição par o desenvolvimento da vida sobrenatural;

III – Vinte e cinco minutos de catecismo no quadro negro.

O volume II do manual de ensino do Padre Quinet, intitulado “Aos Catechistas Sacerdotes e Leigos, Apontamentos do Catechista, Notas Pedagógicas II – Graça e Sacramento” foi traduzido por Waleska Paixão em 1937.

Figura 3.4– Livro: Apontamentos do Catequista – volume II



Fonte: (QUINET, 1937)

O livro possuía 416 páginas, estruturado em 18 capítulos, temáticas se apresentam dentro da seguinte forma: Apresentação escrita pelo Cardeal Arcebispo Sebastião Leme, 1 – A vida sobrenatural; 2 – A graça; 3 – A oração; 4 – Oração dominical, saudação angélica; 5 – Os sacramentos; 6 – O batismo; 7 – A confirmação; 8 – A penitência; 9 – A contrição; 10 – A confissão, o modo de, se confessar; 11 – A satisfação indulgências; 12 – A Eucaristia presença real; 13 – A santa missa; 14 e 15 – A comunhão, as disposições e as para a comunhão, a maneira de se comungar; 16 A extrema unção; 17 – A ordem; 18 – O Matrimônio.

A apresentação foi escrita por Dom Leme em 11 de maio de 1936;

Carta de sua Eminencia o Cardeal Sebastião Leme à Editora “Vozes”

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1936.

Revmo. Sr. Frei Ignacio

Muito lhe agradeço a carta de 20 de abril e o rico presente do livro “Apontamentos para o Catechista”

Supperfluo se me afigura exprimir a V. R. o entusiasmo com que acompanho o apostolado de “Vozes de Petropolis”, no que diz secção destinada a fornecer material para o ensino religioso em moldes da didactica moderna. Relevante serviço presta a administração da querida revista, editando livros, compêndios, cadernos, etc., que, plenamente correspondendo as exigências pedagógicas, serão de grande utilidade, para não dizer indispensáveis, a alumnos e mestres de catecismo.

Eis por que a todos os senhores sacerdotes e a quantos e dedicam ao ensino religioso, em nossa terra, com o maior empenho recommendamos as edições do departamento catechetico de “Vozes de Petropolis”. Clero e catechistas leigos devem lembrar-se de que esta em jogo a honra da nossa bandeira. Que se dirá de nós, si após a luta insana para o triumpho do ensino religioso nas escolas públicas, nada ou pouco alcançamos por falta de conhecimento dos methods modernos?

Aos nossos dias, mais que nunca, se applicam aquellas palavras de Leão XIII: “A escola é o campo de batalha em que se decide o caracter christão da sociedade.”.

Não será de mais, portanto, que sacerdotes e catechistas se preparem para a missão nobilíssima de salvar a sociedade e o Brasil.

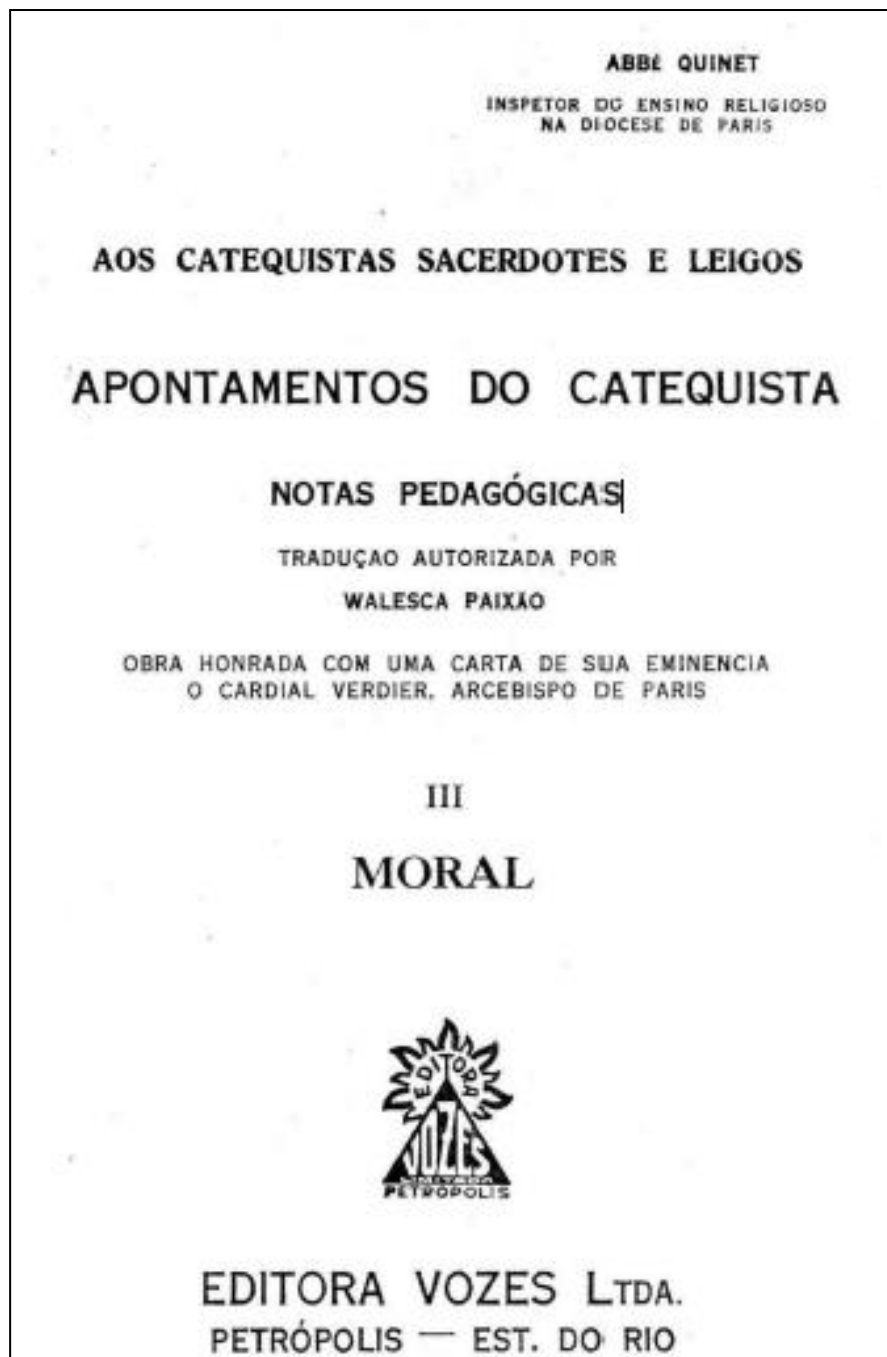
Pedindo ao Coração Eucharistico de Jesus toda a sorte e graças para o V. Revma., muito me recommendo à caridade de suas orações.

De V. Revma Servidor e amigo Sebastião – Cardeal Arcebispo. (QUINET, 1937, pg. 05 e 06)

A publicação do segundo volume do “Apontamentos do Catequistas” ocorre oficialmente pela editora Vozes em 1937 por intermédio de uma carta de Dom Leme datada de 1936. Percebe-se assim, um esforço da Igreja em organizar e divulgar os livros de ensino para as escolas a partir da introdução do ensino religioso nas escolas públicas. Na escrita de Dom Leme podemos entender as questões postas no debate nacional, destacando que neste período o trabalho das professoras/catequistas era fundamental, como descreve D. Leme, sem este esforço educacional, de nada adiantaria a grande luta política da Igreja de inserir o ensino religioso nas escolas, caso as professoras não estivessem preparadas para o ensino das práticas religiosas. Assim, os materiais de ensino eram fundamentais na busca de tornar a religião católica um conteúdo com efetiva presença nas escolas públicas.

O terceiro volume do Apontamentos do Catequista foi publicado pela Editora Vozes em dezembro de 1940.

Figura 3.5 – Livro: Apontamentos do Catequista – volume III



Fonte:(QUINET, 1940)

O livro possui 370 páginas e possui 17 lições, discutindo os seguintes temas: 1 – Os mandamentos da lei de Deus; 2 – O primeiro mandamento; 3 – A fé; 4 – A esperança; 5 – A caridade; 6 - O culto divino; 7 – O culto da Virgem e dos santos; 8 – O segundo mandamento; 9 – O terceiro mandamento; 10 – O quarto mandamento;

11 - O quinto mandamento; 12 – O sexto e o nono mandamento; 13 – o sétimo e o décimo mandamento; 14 – O oitavo mandamento; 15 – Mandamentos da Igreja; 16 – O pecado; 17 – Os pecados capitais.

A apresentação do terceiro volume foi escrita pelo Arcebispo de Paris, Cardial João Verdier, que iniciou sua escrita referindo-se a Quinet como “Prezado senhor Padre”. No primeiro parágrafo elogia o autor pelos longos anos dedicados à redação dos 3 volumes e enfatiza a importância dos livros de Quinet para o desenvolvimento do ensino religioso. Novamente é retomado, como foi descrito no volume I por Carretier o livro “A Pedagogia do Catecismo” comparando-o a coleção “Apontamentos do Catequista”, como manuais fundamentais para as educadoras cristãs.

Pelas apresentações do Cardeal Verdier tanto no primeiro quanto do terceiro volume da coleção, percebe-se que Quinet, além de ser um padre e um escritor de manuais didáticos, também era professor: :

Aqueles que assistiram a vossas aulas gostarão de encontrar em vossos livros a riqueza de documentação, a segurança da doutrina, a ordem das explanações e principalmente aquilo que lhes ensinastes e faz da ciência catequística uma arte; a arte de encantar instruindo, a arte das artes, a de conduzir sem fadiga, as almas infantis a escola de Jesus. (QUINET, 1949, p. 06)

O livro de Monsenhor Álvaro Negromonte, “A pedagogia do Catecismo” é de 1938, e o Boletim Catequético do qual era editor, foi publicado pela primeira vez em 1936. Quinet é um dos autores citados em suas obras e por intermédio da leitura das obras do brasileiro Negromonte, e do boletim publicado na capital mineira, percebemos a circulação dos conhecimentos doutrinários católicos e das novas pedagogias entre a Europa e o Brasil, assim como uma apropriação de Negromonte da obra de Quinet.

Para além dos manuais, é preciso ainda destacar que havia publicações de artigos pelas revistas pedagógicas que juntamente com os livros foram importantes para a disseminação dos métodos ativos para os docentes. Vários estudos como os de CATANI, (2003); CATANI e BASTOS, (2002), BICCAS, (2001 e 2005); MONARCHA, (1997) e TOLEDO, (2001) objetivaram entender como as revistas pedagógicas e as coleções de manuais de ensino para o professor e para o aluno se apropriaram dos métodos ativos em seus aspectos teóricos e orientações para a

condução da prática docente. Aqui tivemos como proposta o estudo da maneira como a Igreja Católica por meio da disciplina de ensino religioso se apropriou dos fundamentos teóricos do método ativo para o ensino do catecismo nas escolas e nas paróquias.

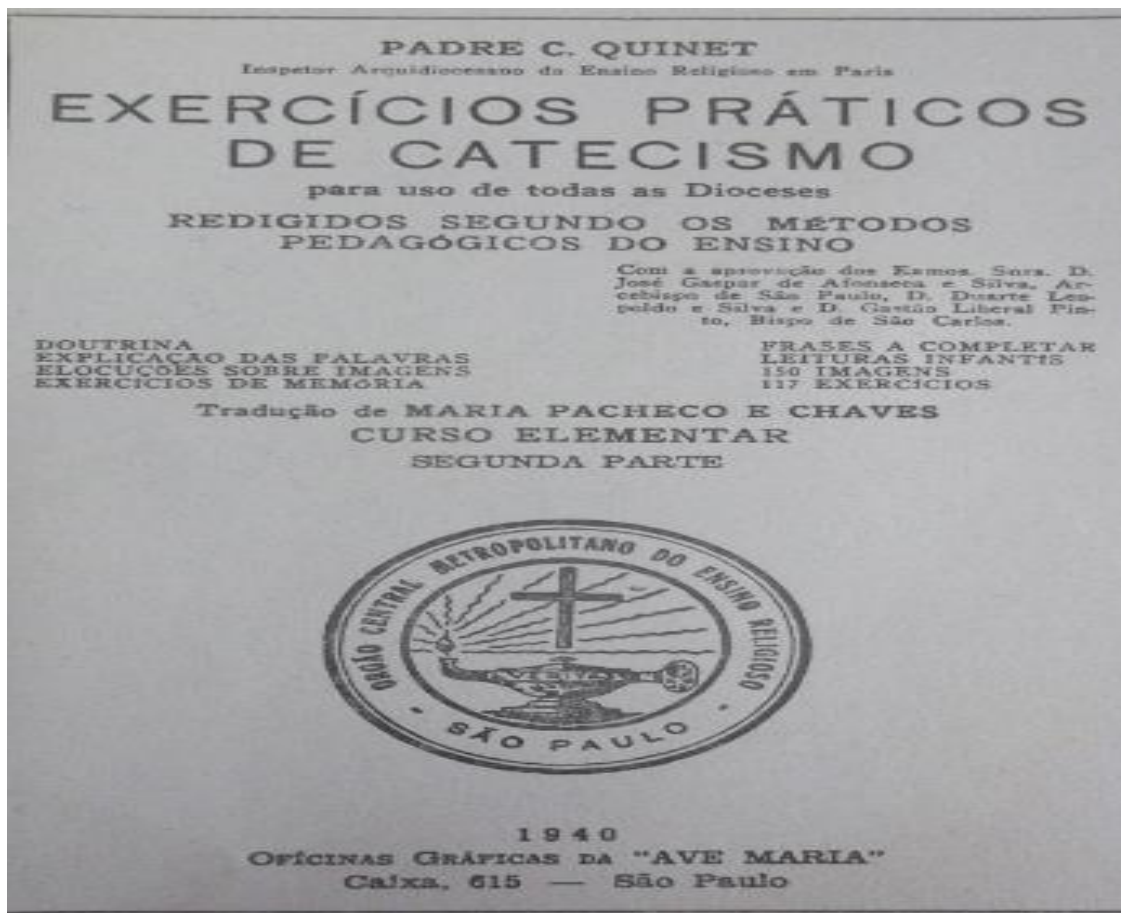
Carvalho (1989) afirma que a produção historiográfica tem subestimado a intervenção dos católicos na difusão da pedagogia da Escola Nova no Brasil início da década de 30. Nesta dimensão, ao nos determos na apresentação dos dois manuais produzidos para a formação de professores catequistas, tendo como objetivo específico o ensino religioso, concordamos com a importância de educadores católicos para a difusão dos métodos da Escola Nova no ensino escolar brasileiro, conforme afirmação da referida autora, assim como com os estudos de Orlando (2015).

Padre Quinet teve grande influência também nos materiais de ensino traduzidos e publicados no Brasil, em especial no caso paulista, onde seus livros “Exercícios Práticos de Catecismos” foram os indicados pela Arquidiocese de São Paulo para serem adotados nas escolas públicas primárias.

3.4 Exercícios Práticos de Catecismo – Padre C Quinet

Em 1940 foi instituído como texto oficial para as aulas de religião nas escolas públicas do Estado de São Paulo os três volumes dos “Exercícios práticos de catecismo” do Padre Quinet¹⁴.

Figura 3.6: Capa do livro: Exercícios Práticos de Catecismo



Fonte: (QUINET, 1940)

Os três volumes possuíam no total 95 páginas, sendo o primeiro volume com 34 páginas, o segundo 18 páginas, o maior volume é o terceiro com 40 páginas. Como descrito anteriormente não tivemos acesso ao primeiro volume, por isso irei apresentar as sequências didáticas dos volumes II e III.

¹⁴ Nos arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo foram encontrados apenas os volumes II e III dos Exercícios Práticos de Catecismo do Padre Quinet. Realizei levantamentos na Editora Ave Maria, em sebos e livrarias e não consegui localizar o volume I. Em decorrência de não haver encontrado o volume I, serão analisados os volumes II e III.

Os catecismos apresentam as mesmas capas, como pode-se verificar na imagem anterior. As capas possuem muitas informações sobre o autor, destacando que Padre Camille Quinet era Inspetor Arquidiocesano do Ensino Religioso em Paris.

O que chama ainda a atenção na capa do livro de catecismo é a frase em destaque “REDIGIDO SEGUNDO OS MÉTODOS PEDAGÓGICOS DO ENSINO” Desta forma, torna-se importante entender o que a Igreja caracterizava como os métodos pedagógicos do ensino. E, ainda pode-se esclarecer o significado da “renovação pedagógica e psicológica” proposta pela Igreja Católica.

Segundo Junqueira (2014)

Buscando-se a renovação pedagógica e psicológica, assim como dos conteúdos teológicos, abre-se caminho também para um repensar catequético, que havia sido absorvido pelos catecismos e as obras do ensino da religião. (...) um dos influenciadores desse repensar é o Método de Munique que, inspirado em Herbart (1854-1932) e na escola ativa (Arbeitschule), propõe para a catequese um método chamado psicológico e de raiz indutiva, superando o dedutivismo do catecismo doutrinal, que havia estabelecido seus postulados no Congresso de Viena (1912) e de Munique (1928) e sido divulgado por todo o mundo. (p. 1299)

Os “Exercícios práticos de Catecismo” foram organizados em unidades didáticas, imagens, linguagem adaptada às crianças dos grupos escolares e uma sequência de ensino clara e simples. A questão metodológica é apresentada na capa da seguinte maneira:

- Doutrina;
- Explicação das palavras;
- Elocuções sobre imagens;
- Exercícios de memória;
- Frases para completar;
- Leituras infantis;
- 150 imagens;
- 117 exercícios.

Os livros foram aprovados por Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, Arcebispo de São Paulo, após a morte de Dom Duarte Leopoldo em 1938:

Aprovação

A adoção dos Exercícios Práticos do Catecismo do Padre Quinet, pelas Diretorias do Ensino Religioso das várias Dioceses da Província de São Paulo, como texto oficial para as aulas de religião nas escolas públicas, veio dar solução a um problema que de há muito a estava reclamando. Trata-se de um comentário fácil e sugestivo ao Catecismo oficial. Não o recomendassem, na sua primeira edição, tantos e tão venerados prelados, já por si mesmo se importa a afeição das crianças e à estima dos professores.

Aqui deixo os meus ardentes votos: tenha este livro nas mãos cada uma das crianças dos nossos grupos e escolas, e com ele aprendam a estudar a Fé e a praticá-la seriamente, afim de crescerem firmes e estáveis em Cristo Senhor Nosso.

Não será muito desejar e exigir isto dos nossos pequeninos quem os ama ternamente, porque é pedir-lhes tudo o que pode fazê-lo felizes nesta vida e na outra.

As nossas queridas e abnegadas professoras e catequistas que sabem encontrar tempo e forças para o ensino religioso, provando assim quanto é generosa a sua fé, rogamos que divulguem o presente manual e dele se sirvam em suas aulas.

As mestras e as crianças, as benção todas e muito afetuosas do

José – Arcebispo Metropolitano

São Paulo, 29 de Maio de 1940 (QUINET, 1940, p. 32)

A aprovação de 29 de maio de 1940 pelo Arcebispo Metropolitano, estabelece que os “Exercícios Práticos do Catecismo” era um manual de catequese publicado na França em 1910, e tornava-se o texto oficial das aulas de religião para as escolas públicas primárias do Estado de São Paulo e Dom José indicou que cada criança deveria ter em mãos o livro didático de Quinet,. Tornava assim um catecismo um texto oficial para as aulas de religião. Ficou estabelecido que as catequistas deveriam divulgar o manual de catequese entre as crianças, destacando que este era para o uso das escolas, para as professoras e crianças.

Apresentação

É com imensa satisfação que o Órgão Central Metropolitano do Ensino Religioso da Província Eclesiástica de São Paulo apresenta as zelosíssimas catequistas de todo o Estado esta edição dos “EXERCÍCIOS PRÁTICOS DE CATECISMO” da autoria do Revmo. Cônego Quinet.

A experiência de anos tem feito ressaltar claramente a necessidade absoluta de um texto na mão das crianças, para haver verdadeiro aproveitamento no ensino do catecismo.

É preciso fazer com que a criança não se limite a ouvir as preleções dadas em classe, ainda que muito substanciosas, mas recorde em casa e transcreva para seu caderno exercícios práticos. Indispensável se torna que viva a criança os ensinamentos aprendidos; só assim se obterá aproveitamento eficiente do ensino: enriquecendo a inteligência com os conhecimentos básicos da religião e simultaneamente orientando a formação moral da consciência e do coração.

A eficiência do ensino religioso por uma orientação segura, eis o que almejam os Revmos. Diretores Diocesanos desta Província, adotando como texto oficial de aula, no curso primário, este Exercícios que não dispensando o Catecismo Diocesano vêm completá-lo com extraordinárias vantagens.

Depositam os mesmos Revmos. Diretores estes Exercícios nas mãos maternas de Maria Santíssima, para que produzam frutos de vida eterna.

São Paulo, aos 31 de Maio de 1940.

Padre João C e Silva – Diretor Arquidiocesano - (QUINET, 1940, p. 32)

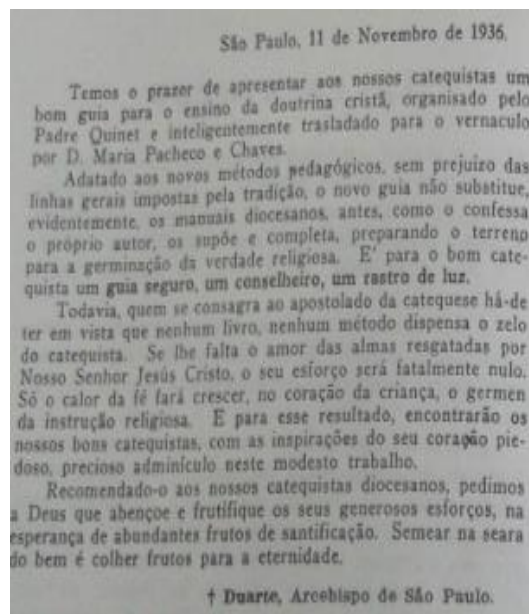
Padre João, em sua apresentação destacou a necessidade das crianças terem em mãos os livros didáticos, para que tivessem maior compreensão dos conteúdos. Apenas ouvir as aulas era pouco para a aprendizagem necessária dos conteúdos da religião católica, era necessário que as crianças estudassem em casa e transcrevessem os exercícios em seus cadernos. Segundo o Diretor Arquidiocesano, só assim seria realizado um aproveitamento eficiente do ensino, ao mesmo tempo seria ofertado uma formação moral da consciência e do coração dos alunos.

Ao lermos a aprovação do livro de ensino do Arcebispo Metropolitano e a Aprovação do Diretor Arquidiocesano, fica evidente a expectativa dos mesmos sobre a possibilidade da melhoria do ensino religioso nos grupos escolares por meio da inserção de um livro texto para professores e alunos.

Após a aprovação e apresentação dos líderes da Igreja que estavam na gestão da Arquidiocese em 1940, foram ainda disponibilizados dois textos, sem títulos, dos antigos gestores Dom Duarte Leopoldo, Arcebispo de São Paulo, e de Dom Gastão, bispo de São Carlos.

Figura 3.7: Apresentação Dom Duarte

Dom Duarte escreveu seu texto em novembro de 1936, vê-se que a decisão da Cúria paulista em adotar um livro para as escolas públicas paulistas foi bem anterior a sua publicação em 1940. O Arcebispo de São Paulo apresentou o catecismo como “um bom guia para o ensino da doutrina Cristã” (QUINET, 1940, p.54.)



Fonte: (QUINET, 1940)

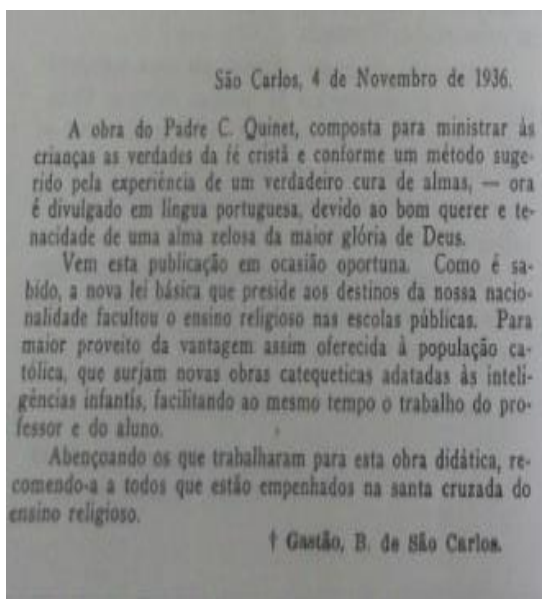
Destacou a obra realizada pelo Padre Quinet e elogiou a inteligente tradução de Dona Maria Pacheco e Chaves¹⁵. Reafirmou a questão dos novos métodos pedagógicos, mas fez questão de reafirmar que o novo livro de ensino não substituiria os manuais diocesanos. Em nenhum momento Dom Duarte apresentou o livro de Quinet como um manual de catecismo, mas como um suporte para as catequistas diocesanas. Pela escrita do Arcebispo, subentende-se que a obra do autor francês inicialmente foi um livro proposto para ser trabalhado nas aulas de religião dentro das dioceses, lembrando que na França havia a proibição de aulas de religião nas escolas públicas, evidenciando-se ser o país constituído como Estado laico, dentro das concepções de Catroga (2.000).

Na apresentação de Dom Gastão, é possível perceber que se trata de uma obra que poderia ser utilizada nas escolas públicas brasileiras, considerando-se as diferentes concepções de escola pública dos dois países:.

¹⁵ Maria Pacheco e Chaves, filha de Elias Antonio Pacheco e Chaves e Anésia da Silva Prado, pertenciam a famílias proprietárias de terras e produtoras de café. Auxiliou os pais nos momentos de crise financeira, dando aulas de religião. Jamais casou-se e dedicou sua vida a uma militância política vinculada a Igreja Católica. Fundou a Liga Independente pela Liberdade, associação católica de cunho anticomunista (Catelli, 1997)

Vem esta publicação em ocasião oportuna. Como é sabido, a nova lei básica que preside aos destinos da nossa nacionalidade facultou o ensino religioso nas escolas públicas. Para maior proveito e vantagem assim oferecida à população católica, que surjam novas obras catequéticas adaptadas às inteligências infantis, facilitando ao mesmo tempo o trabalho do professor e do aluno (QUINET, 1940, p.54.)

Figura 3.8: Apresentação Dom Gastão



Dom Gastão relaciona a utilização dos livros de Quinet com a determinação da Constituição de 1934. Afirmando que era importante que surgissem novas obras e que estas fossem adaptadas as "inteligências infantis", referindo-se aos métodos ativos de ensino.

Os dois volumes trazem as mesmas apresentações e aprovações do Arcebispo Metropolitano Dom José, do Diretor Arquidiocesano Padre João P. C. e Silva de 1940 além dos textos de Dom Duarte Leopoldo e Dom Gastão de 1936.

O segundo volume tem como título "SEGUNDA PARTE: DEVERES A CUMPRIR". Em suas unidades didáticas propunha-se ensinar as seguintes temáticas:

- I - Dos mandamentos de Deus;
- II - Do segundo e terceiro mandamentos;
- III e IV - Do quarto e quinto mandamentos;
- V - Dos mandamentos da Igreja;
- VI - Do pecado.

O terceiro volume, em seu índice, apresentava as seguintes discussões:

- I - Da graça;
- II - Da Graça;
- III – Dos Sacramentos; do Batismo;
- IV – Da Crisma ou Confirmação;
- V – Da penitência;
- VI – Do Arrependimento;
- VII – Da Confissão;
- VIII – Da Santidade;
- IX – Da Eucaristia;
- X – Da Comunhão;
- XI – Da Maneira de Comungar;
- XII – Da Extrema Unção;
- XIII – Da Ordem;
- XIV – Do Matrimônio

Nos volumes II e III, as unidades didáticas foram construídas na seguinte sequência: as aulas iniciavam com uma imagem, um desenho referente ao tema proposto; em seguida era apresentado a doutrina que iria ser estudada; depois um glossário da religião católica sob o título de “explicações das palavras”, dando continuidade a unidade de ensino havia uma página com várias imagens e logo abaixo as “elocuções” das imagens com um roteiro que questões sobre as perguntas que o professor deveria fazer. Depois eram apresentadas duas atividades a serem realizadas pelos alunos, divididas em exercícios de memória e frases para serem completadas. Para finalizar a aula, propunha-se uma leitura em conjuntos com os alunos.

Objetivando apresentar e analisar uma sequência didática proposta por Quinet (1940) escolhemos do segundo volume a unidade didática V – que tinha

como objetivo ensinar os mandamentos da Igreja Católica, na quinta unidade estuda-se os mandamentos do catolicismo, que são assim apresentados:

- 1 – Ouvir missa inteira aos domingos e festas de guarda;
- 2 – Confessar ao menos uma vez a cada ano;
- 3 – Comungar ao menos pela páscoa da ressurreição;
- 4 – Jejuar e abster-se de carne, quando manda a Santa Madre Igreja;
- 5 – Pagar dízimo segundo o costume (QUINET, 1940, p. 48)

Após a explicação dos mandamentos há uma explicação mais detalhada dos mesmos em um parágrafo, a explicação das palavras, que o aluno deveria ler uma a uma e depois fechar o livro e repeti-las de cor.. As três palavras de explicação propostas nesta unidade didática foram: festas de obrigação; confessar e páscoa, que dentro da doutrina católica possuem os seguintes significados:

- Festas de obrigação, que podem cair durante a semana: Imaculada Conceição, Natal, Circuncisão, Epifania, Ascensão, Corpus Christi, São Pedro e São Paulo, Assunção de Nossa Senhora, Todos os Santos.
- Confessar, dizer seus pecados ao padre;
- Páscoa, festa da ressurreição de Nosso Senhor. (QUINET, 1940, p. 48)

A seguir, disponibiliza-se toda a sequência didática, da lição V:

Figura 3.9— Lição V: Dos mandamentos da Igreja - I

48 *Exercícios práticos de Catecismo*

V. — DOS MANDAMENTOS DA IGREJA

DOCTRINA: OS MANDAMENTOS DA IGREJA. — Nosso Senhor deu à Igreja o poder de ditar mandamentos. Há cinco mandamentos da Igreja:



1. Ouvir missa inteira aos domingos e festas de guarda;
2. Confessar-se ao menos uma vez cada ano;
3. Comungar ao menos pela Páscoa da Ressurreição;
4. Jejuar e abster-se de carne, quando manda a Santa Madre Igreja;
5. Pagar dizimos segundo o costume.

**O QUE ELES ORDE-
NAM.** — Pelo primeiro mandamento a Igreja ordena ouvir missa aos domingos e festas de preceito. — Pelo segundo, ordena a todos os cristãos, que tiverem o uso da razão, confessarem-se ao menos uma vez cada ano. — Pelo terceiro, ordena a todos os cristãos, que tiverem o uso da razão, comungarem ao menos uma vez cada ano, pela Páscoa da Ressurreição. — Pelo quarto, ordena aos que teem 21 anos jejuarem na Quaresma, nas Quatro Temporas e nas vigílias de preceito e absterem-se de carne nos dias de abstinência a todos que tenham a idade da razão. — Pelo quinto, ordena contribuir com o necessário para o sustento do culto e dos ministros da religião, na forma costumada.

60. **EXPLICAÇÃO DAS PALAVRAS.** — O aluno lerá a explicação dada; depois, fechando o livro, repetirá o sentido.

<p><i>Festas de obrigação</i>, que podem cair durante a semana: Imaculada Conceição, Natal, Circuncisão, Epifania, Ascensão, Corpus Christi, S. Pedro e S. Paulo, Assunção</p>	<p>de Nossa Senhora, Todos os Santos.</p> <p><i>Confessar</i>, dizer seus pecados ao Padre.</p> <p><i>Páscoa</i>, festa da ressurreição de Nosso Senhor.</p>
--	--

Figura 3.10 – Lição V: Dos mandamentos da Igreja - II

para uso de todas as Dioceses 49

O QUE A IGREJA ORDENA

Quem vos ouve me ouve

ROMA

Jesus Cristo

Quem vos despreza me despreza

Pio XII

Os dias de festas e os domingos

O descanso do domingo

Confissão

Jesus no deserto. Jejum de quarenta dias. Quaresma

Comunhão

Comungar, receber o corpo de Nosso Senhor na hóstia.
Vigílias, vésperas das festas.
Quatro Têmporas, é o tempo em que a Igreja faz orações especiais pelos que vão receber ordens sagradas (Padres, etc.).

Quaresma, jejum de 40 dias antes da festa de Páscoa.
Sexta-feira, dia em que Nosso Senhor morreu na cruz.
Abstinência, não comer carne.
Jejuar, fazer apenas uma refeição sólida por dia, e uma consoada à noite.

FONTE – (QUINET, 1940)

Figura 3.11 – Lição V: Dos mandamentos da Igreja - III

50 *Exercícios práticos de Catecismo*

61. **Elocução sobre imagens.** — Diga que mandamento da Igreja cada imagem representa. Que fazemos para honrar o jejum de Nosso Senhor no deserto? Que penitência a Igreja impõe para honrar o dia da morte de Nosso Senhor? Diga porque a Igreja pode fazer leis?

62. **EXERCÍCIO DE MEMÓRIA.** — O aluno responderá oralmente, ou por escrito.

O segundo e o terceiro mandamento da Igreja ordenam... no tempo da Páscoa.

O primeiro mandamento da Igreja ordena santificar os... e os... pela assistência à missa e pela.... (abstenção de trabalhos servis).

O quarto mandamento da Igreja ordena jejuar e abster-se de carne na....

63. **FRASES A COMPLETAR.** — O aluno completará as seguintes frases com o auxílio destas palavras: festa, missa, confessar, comungarei, jejum, abstinência.

Para obedecer à Igreja, santificarei as.... de obrigação, e assistirei à.... nesses dias e nos domingos.

....-me-ei todos os anos e.... ao menos na festa da Páscoa.

Durante a Quaresma, bem como na Sexta feira das Temposas do Advento observarei o.... e a.... nos dias determinados pela Igreja.

LEITURA. — A Igreja é mãe. Por isto, segundo as necessidades, pode modificar seus mandamentos e deles dispensar certos fiéis. Deverá um doente abster-se de carne nos dias de abstinência? Não, a Igreja o dispensa sendo preciso.

Os cinco mandamentos que acabais de recitar não são os únicos da Igreja. Há muitos outros que se referem aos padres, aos religiosos, aos pecadores; mas todos têm um só fim; fazer chegar ao céu.... Certamente já viste um pastor guardando suas ovelhas; impede-as de comer ervas daninhas, de se afastar do rebanho e de se perder. O Papa, pastor das almas, faz a mesma coisa e todas suas leis visam nosso bem.

Crianças, amai muito a Igreja!

FONTE – (QUINET, 1940)

Os Exercícios Práticos de Catecismo foram publicados inicialmente em 1910 na França e instituídos como livros de ensino da disciplina de religião católica e publicados no Estado de São Paulo em 1940. Os manuais de professores “Apontamentos do Catequista, foram publicados na França no final da década de vinte e início de trinta do século XX. Analisando as datas das publicações, os livros dos alunos foram publicados anteriormente aos manuais dos docentes, na França.

No Brasil eles foram traduzidos quase simultaneamente, durante a década de 30. Sobre os manuais do professor, o acesso foi digitalizado, eles possuíam centenas de páginas, e a explicação de cada unidade pedagógica variava entre 30 e 40 páginas, nas quais eram detalhados os fundamentos teológicos da Igreja Católica e os métodos de ensino. Os livros dos alunos são mais resumidos, com lições entre três e quatro páginas.

Para exemplificarmos, escolhemos uma unidade didática intitulada: os “Dos mandamentos da Igreja”, para entendermos como era organizado os conteúdos teológicos da Igreja e a apropriação na pedagogia ativa:

Inicia-se a leitura com a seguinte frase: “*DOCTRINA: OS MANDAMENTOS DA IGREJA – Nosso Senhor deu a Igreja o poder de ditar mandamentos*” (QUINET, 1940, p. 48). No manual do professor a lição que apresenta o mesmo título esta no capítulo XV do terceiro volume e orienta os catequistas a realizarem na primeira parte da aula uma reflexão pessoal sobre a temática, após terem feito uma leitura atenta de todo o capítulo.

Recomenda-se no livro de ensino que:

Há cinco mandamentos da Igreja:

- 1 - Ouvir a missa inteira aos domingos e festas de guarda;
- 2 – Confessar-se ao menos uma vez cada anos;
- 3 – Comungar ao menos pela Páscoa da Ressurreição;
- 4 – Jejuar e abster-se de carne, quando manda a Santa Madre Igreja;
- 5 – Pagar dízimos segundo o costume. (QUINET, 1940, p. 48)

A partir da descrição dos mandamentos há uma rápida explicação dos mesmos. No manual do professor, é proposto que este seja dividido em dois assuntos, sendo que primeiramente o professor deveria expor a função central da Igreja:

1 – A Igreja tem o direito e o dever de fazer mandamentos. Ela representa nosso Senhor e age como mãe.

2 – Entre os mandamentos da Igreja há seis principais;

3 – Lei da Igreja para regulamentar algumas práticas de penitência. (QUINET, 1940, p. 318 e 319)

O professor inicia, desta forma a aula reafirmando o poder da Igreja Católica Apostólica Romana, como representante de Deus na terra, e que sua ação tinha como simbolismo o amor materno, tendo desta forma o direito e o dever de estabelecer as regras para o convívio social. A partir deste início de aula, em que havia sido reafirmado o lugar da Igreja frente a sociedade, o professor começaria a explicação sobre os mandamentos e as práticas de penitências.

O método para empregar os conteúdos teológicos propostos foi descrito da seguinte maneira:

Dissemos que a primeira parte do trabalho era uma recordação de uma parte da doutrina desenvolvida nos capítulos relativos à Igreja:

A repetição é conveniente, e pode servir de recapitulação. As ideias: A Igreja docente fala em nome de Cristo, a Igreja é a mãe, nosso dever é obedecer-lhe, nunca serão repetidas demais. Desenvolveremos também este ponto que a Igreja é uma sociedade e, como tal, deve fazer leis. Tomaremos exemplos da nossa sociedade civil.

Começando a explicação dos 5 mandamentos, podemos mostrar o sentido desse preceito, utilizando-nos do quadro negro em duas partes: De um lado escreveremos o seguinte:

1 – O primeiro mandamento ordena a assistência à missa aos domingos e festas de obrigação.

2 – O segundo e o terceiro tratam da confissão da comunhão.

3 – O quarto e o quinto prescrevem o jejum, a abstinência e a contribuição para o sustento da Igreja.

Depois do outro lado damos a razão desses mandamentos:

1 – Dão força ao terceiro mandamento mandamentos da lei de Deus.

2 – Obrigam-nos a receber os sacramentos da penitência e da eucaristia.

3 - Regulam a prática da penitência.

Daremos assim um apanhado de conjunto fácil de interpretar. Nos desenvolvimentos seguintes insistiremos somente sobre alguns pontos.

1 – Quando a Igreja ordena confissão e comunhão uma vez por ano, trata-se do mínimo.

2 – Na vida cristã a penitência é uma necessidade. Todo o resto se limitará à exposição simples e clara das prescrições eclesiais.

Sobre a sequência metodológica, o professor deveria iniciar a aula recorrendo à memória do que foi estudado nas aulas anteriores, depois é descrita a necessidade da repetição, reafirmando o papel da Igreja enquanto um espaço social, por isso podendo fazer suas próprias leis. A partir desta introdução o professor deveria dividir o quadro negro em dois, em um lado escrevendo os mandamentos e do outro a explicação.

O manual do professor de Quinet (1940) continua suas proposições, apresentando ao catequista um longo aprofundamento doutrinário, discorrendo sobre as bases em que estão fundamentados os 5 mandamentos da Igreja, que corresponde no Código Canônico, ao Novo Testamento e na história da Igreja com destaque à vida dos primeiros cristãos.

As explicações objetivavam fundamentar teologicamente as catequistas para poderem desenvolver junto aos alunos, as explicações dos conceitos teológicos e os significados de cada palavra presente no livro do aluno e os exercícios de memorização, que eram atividades que envolviam a interpretação das imagens. As imagens destacadas eram as de Jesus Cristo, do Vaticano em Roma, Pio XII, dias de festas, o domingo como dia de descanso, a confissão, Jesus no deserto sendo tentado por satanás na quaresma e a comunhão.

Cada imagem disponibilizada no manual de ensino do aluno de Quinet (1940) deveria ser interpretada, explicada, por meios das elocuições sobre a iconografia. Corresponha, então, ao momento em que o professor deveria exprimir o pensamento e o entendimento sobre as mesmas, de maneira sensível, por meio de perguntas e respostas. Os exercícios eram organizados dentro de uma sequência, com atividades para a memória e frases para completar. Finalizando a unidade didática o professor realizaria uma leitura que daria ênfase à analogia do papel da Igreja com a grande mãe da sociedade na condução da vida em sociedade.

O manual do professor “Apontamentos do Catequista” volume III, continua suas orientações ao trabalho docente, com as seguintes instruções: utilização desta lição para o desenvolvimento da vida sobrenatural, com atividades que objetivavam a construção da sensibilidade das crianças, para temáticas como a formação da

piidade, as festas obrigatórias no Brasil, indicações de atividades com as crianças na Páscoa, na Quaresma, e como a aula deveria ser detalhada na lousa, pela professora dentro de um tempo preciso: 25 minutos. Após o estudo de todo o capítulo, as docentes deveriam fazer anotações pessoais, relacionadas ao seu entendimento da temática estudada. Em outra página deveria realizar observações psicológicas e pedagógicas sobre o conteúdo e a abordagem relacionada aos alunos.

Temos assim, um *catecismo moderno*, um gênero específico de obra didática. O catecismo como gênero didático foi considerado como o primeiro texto escolar conhecido dentro da cultura ocidental, segundo estudiosos da história do livro didático (MARTINEZ, 1997, p. 399). Segundo este autor, os catecismos são manuais que possuem uma metodologia fundamentada na memorização para a aprendizagem, com suas fórmulas breves de reafirmar códigos elementares para formação do comportamento para uma prática cotidiana.

Segundo Martinez (1997), para que um livro se converta em um manual de ensino é necessário que se torne em um instrumento idôneo para o aprendizado de uma disciplina, além de ser organizado de forma proporcional e graduada em suas partes, separando-se os conteúdos em capítulos, epígrafes, com as divisões e subdivisões necessárias. Os catecismos religiosos, políticos e sociais no geral possuem estas características.

Martinez (1997) define o método catequético como caminho para se chegar a um resultado prático. É um procedimento pedagógico que visa facilitar o acesso a uma investigação, de procurar um método idôneo para apresentar uma disciplina acadêmica de forma mais simplificada. No caso específico do ensino religioso, o objetivo era de ensinar uma doutrina.

Para justificar a vigência histórica deste instrumento didático e sua eficiência, o autor afirma que o método catequético é, geralmente fundamentado na memorização, com perguntas e respostas, e possui seus limites para a aprendizagens. Para se entender o método catequético é importante basear-se em alguns conceitos para sua confecção: oralidade, dialética, repetição, ação e sensorialidade.

O primeiro texto didático utilizado nas “aulas de religião”, que legalmente era denominada de Ensino Religioso, foi o catecismo, tipo de livro que tem sua origem em 1529, com Lutero (1483-1546). Ele publicou o seu *Katechismus*, livro para difundir a doutrina, que pela primeira vez recebeu esse nome, destinado aos párocos e mestres. Lutero se manteve fiel às fórmulas antigas, com breves explicações (JUNQUEIRA, 2014, p. 1295).

Os catecismos para serem usados nas aulas de religião, dentro das escolas foram estruturados em unidades didáticas, tendo como conteúdo a História da Salvação, onde o centro do ensino está na figura de Jesus Cristo, com um grande uso da Bíblia, particularmente dos Evangelhos, como também da Liturgia (JUNQUEIRA, 2014).

Devido ao fato de colocar no centro da catequese o núcleo da mensagem cristã, ou quérigma, toda a metodologia derivada desta mudança catequética é chamada de método querigmático. Ele é fruto, pois, da convergência na catequese dos avanços dos movimentos bíblico, litúrgico, da renovação da teologia querigmática, da escola ativa, e de toda a efervescência pastoral que acontecia na Igreja, nas primeiras décadas do século XX. As repercussões no Brasil dessas novidades vão acontecendo aos poucos, mais por um processo de cópia do que propriamente de produção própria, sob a influência direta das produções europeias na área catequética (ALVES; JUNQUEIRA, 2002, p. 26-28).

Na obra de Negromonte (1961) percebemos a influência dos métodos experimentados na Europa, pois, o autor tinha realizado leituras de autores franceses, italianos e alemães. Ao analisarmos os livros produzidos por Quinet, tanto os manuais produzidos para professores e alunos, é perceptível que não há divergência na questão doutrinária, em ambos os autores as interpretações metodológicas estão fundamentadas na psicologia experimental e no Método de Munique. Exemplos de obras que circulavam pelo Brasil:

Obras de origem francesa, como, por exemplo, o Catecismo segundo o Evangelho de Abbé Charles-Eugène Roy (1859-1926), que utilizava o método denominado de indutivo integral ou evangélico. Tem-se ainda As Lições Catequéticas e Para os pequeninos do Jardim da Infância, de Quinet, e seus Apontamentos do catequista; as obras de Boulanger, de Guillois e de Cauly e outros; e ainda a produção alemã, como a coleção Luz e Vida da Universidade de Bonn. Especificamente, destaca-se o trabalho de Monsenhor Cauly, vigário geral de Reims, que produziu uma obra que foi traduzida e publicada no Brasil, em 1913, pela Livraria Francisco Alves na Coleção FTD. O Curso de Instrução Religiosa (Tomo I, II, III) explicita a narrativa do antigo testamento, a vida de Jesus, a história da Igreja e o conceito de religião a partir da visão cristã. Metodologicamente, cada tema é formado por pequenos textos e ao final de cada capítulo apresenta-se o que o autor denominou de conclusão prática. A edição mais antiga localizada é de 1913 e a mais recente de 1959. Esta obra foi utilizada em ambiente escolar nos primeiros sessenta anos do século XX (JUNQUEIRA 2014, p. 1297-1298)

Ao estudarmos as obras de Negromonte e Quinet, entendemos como a Igreja Católica se apropriou das renovações pedagógicas e psicológicas do início do século XX. Os conteúdos teológicos se mantiveram fiéis às determinações do Concílio e do Catecismo de Trento. Mantendo a tradicional doutrina da Igreja, e inovando o do catecismo utilizando métodos pedagógicos inspirados nos autores da escola ativa, propondo que a catequese se baseasse no método psicológico de raiz indutiva, superando assim o catecismo apenas doutrinal e trazendo uma roupagem moderna.

A Igreja ao pensar na prática a implementação do ensino religioso enquanto uma disciplina escolar, estabeleceu que as professoras ideais seriam as docentes das escolas públicas paulista, organizou dois cursos de formação de professoras, um em 1934 e outro em 1937 e ainda estabeleceu que a metodologia de ensino adotada seria fundamentada na escola ativa. Nesta perspectiva adotou em suas referências bibliográficas livros de autores internacionais, e estabeleceu como livro de ensino dos alunos das escolas públicas, o manual de ensino do autor católico mais reconhecido na França o Padre Camille Quinet.

Considerações finais

A pesquisa teve por objetivo analisar como se deu a articulação da Igreja Católica no processo de implantação do ensino religioso nos currículos das escolas públicas primárias no Estado de São Paulo entre os anos de 1931 a 1961. As indagações que nortearam este trabalho foram: Quais as estratégias foram utilizadas pela Igreja Católica para inserir o “Ensino Religioso” como disciplina, via decreto em 1931 e estabelecê-lo na constituição de 1934? A partir de então, quais foram às práticas da Igreja para instituir, manter e supervisionar a disciplina nas escolas públicas primárias no Estado de São Paulo? Quem eram os professores que ministravam o ensino religioso dentro das escolas públicas primárias em São Paulo e quais conteúdos e métodos de ensino foram aplicados no ensino desta disciplina escolar?

Em busca de respostas a estas indagações, o trabalho abordou inicialmente o retorno do ensino religioso às escolas públicas no Brasil a partir dos constituintes responsáveis pela elaboração da nova Constituição republicana que foi promulgada em 1934 e sua permanência até 1961, na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A partir deste período o Brasil tornou-se uma república sem seu caráter laico, conforme preconizavam os republicanos positivistas do final do século XIX. Esta nova república brasileira pretendia-se laica, desejosa de romper uma histórica tradição educacional iniciada na colonização e referendada pelo Estado Nacional do Império. A separação entre Igreja e Estado, no entanto, referendada na constituição de 1891, não foi totalmente realizada, permanecendo a Igreja em um constante movimento para ampliar seu poder educacional. A Igreja Católica usou formas de se manter no poder após a proclamação da República mantendo a educação da elite em suas mãos, por meio de uma rede de escolas, tendo como foco principal as escolas de ensino secundário. Acreditava que ao educar as elites, esta educaria as grandes massas, teria influência na política e na construção das legislações. Em especial junto às elites econômicas que permaneciam fiéis ao catolicismo. Este posicionamento da Igreja pode ser visto na famosa carta de Dom Sebastião Leme, em 1916, quando o então arcebispo de Olinda afirmou que a raiz dos problemas que o Brasil estava vivendo tinha como base a separação entre Igreja e Estado, promovida pelo governo republicano, e conclamava aos católicos a reivindicação da introdução do ensino religioso nas escolas oficiais.

No momento em que Dom Leme foi transferido para a capital do país, (Rio de Janeiro) em 1921, reúne um grupo de intelectuais e promove o lançamento da Revista “A ordem” e a criação do Centro Dom Vital, objetivando uma reação católica para a retomada do poder da Igreja frente ao governo republicano. Na reforma da constituição de 1891, em 1926, promovida pelo presidente Artur Bernardes, foi proposto a inserção do ensino religioso nas escolas públicas, o que não foi aceito, pois, o referido presidente era a favor da formação moral da população via a educação moral e cívica, não o ensino religioso.

Ao mudar os rumos políticos do país com a crise política da década de 1920, a Igreja Católica foi mais audaciosa em suas manifestações e percebeu a possibilidade de inserir o ensino religioso nos currículos escolares das escolas públicas brasileiras que então se ampliava para novos grupos sociais que se urbanizavam.

Em abril de 1931, por meio do decreto 19.941, o ministro Francisco Campos, institui o ensino religioso facultativo nas escolas públicas brasileiras. O debate estava posto e a dicotomia sobre a formação moral cívica e a moral religiosa da população se colocava. Não se tinha dúvida que este era o dever da escola, mas em qual disciplina isso deveria acontecer? Em ensino religioso ou em educação moral e cívica? Quando Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930, inicia-se uma aproximação entre o Estado brasileiro e a Igreja, percebe-se isto a partir da aclamação da Nossa Senhora Aparecida como a padroeira do Brasil em maio de 1931 e a inauguração da estátua do Cristo Redentor na cidade do Rio de Janeiro em 12 de outubro de 1931. A partir destes atos evidenciou-se a parceria de interesses políticos entre Igreja Católica e Estado Getulista.

O decreto reforçou esta aproximação entre Estados federativos e Igreja, como ocorreu no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, estados que já haviam realizado a inserção do ensino religioso facultativo em suas escolas públicas. E trouxe a discussão para Estados, como São Paulo, em que ainda não haviam colocado tais questões curriculares em suas escolas. São Paulo constituía-se, ainda em um, caso particular, como foco de resistência ao poder de Getúlio Vargas e ainda por ter à frente de suas políticas públicas importantes representantes do grupo dos Pioneiros da Escola Nova, que apregoavam uma educação pública, gratuita e laica.

A partir do decreto de abril de 1931, a Igreja inicia uma forte organização política para que o ensino religioso tornasse constitucional, o que aconteceu na constituição de 1934 e se manteve nas demais constituições brasileiras. A constituição de 1946 indicou que os detalhamentos das questões educacionais deveriam ser realizados por uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira foi promulgada em dezembro de 1961, após anos de intensos debates. O ensino religioso foi apresentado como uma disciplina dos horários regulares das escolas públicas, continuando a apresentar-se de matrícula facultativa e sendo ofertado de acordo com a confissão religiosa dos alunos. O texto muda em relação a redação do decreto de 1931 e da constituição de 1934 ao afirmar que não seria exigido um número mínimo de alunos para que as aulas sejam ministradas.

Ao analisarmos o decreto de 1931, as constituições de 1934, 1937, 1946 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, entendemos que houve um grande investimento da Igreja para inserir e manter o ensino religioso junto ao Estado.

A questão que norteou a escrita do primeiro capítulo foi a busca de entendimento das estratégias da Igreja Católica para colocar a disciplina, “Ensino Religioso”, via decreto em 1931, e estabelecê-lo na constituição de 1934? Vimos que isto se deu via a articulação da LEC e de suas influências junto as classes dominantes. Foi uma vitória da Igreja Católica no campo político, de permanência do seu poder junto as classes dominantes, mas, ao mesmo tempo não foi uma vitória por completo, pois em nenhum momento privilegiou-se a fé católica.

O segundo capítulo apresentou uma reflexão acerca das práticas da Igreja para instituir, manter e supervisionar a disciplina de ensino religioso nas escolas públicas primárias no Estado de São Paulo. Para a organização do ensino religiosos nas escolas públicas primárias, a Arquidiocese de São Paulo instituiu a “Diretoria do Ensino Religioso”, a qual, em 09 de agosto de 1935, promulgou um manual de 35 páginas em que se estabeleceram as regras de implantação e funcionamento do ensino religioso como disciplina escolar nas instituições públicas do Estado de São Paulo. O documento promulgado pela Igreja estava fundamentado no “Proviso Sane Consilio” (Sagrada Congregação do Concílio) este estabeleceu as diretrizes da Igreja Católica em relação ao catecismo das crianças e Jovens no mundo. É datado

de 12 de janeiro de 1935, considerado uma espécie de “Carta Magna” da organização catequética da Igreja Católica.

A Cúria Metropolitana constituiu uma diretoria para cuidar do ensino religioso para coordenar, orientar, administrar e fiscalizar a disciplina catequética dentro dos limites da arquidiocese, que deveria seguir os inovadores métodos pedagógicos da época. A Igreja Católica estava atenta às propostas pedagógicas escolanovistas, porém fez adequações de tais propostas à doutrina católica. Tendo como fundamento as novas tecnologias de ensino realizou um planejamento da disciplina dentro de um rigoroso processo pedagógico, começando pela construção de uma diretoria para cuidar da parte administrativa, realizando formação de professores e realizando escolha dos materiais didáticos.

O ensino religioso ao longo do tempo foi se estruturando com detalhamentos de escolarização na perspectiva do método ativo. A Igreja Católica preocupou-se em colocar a “nova disciplina” dentro da cultura escolar. Nos planos de ensino analisados percebe-se o quanto a catequese foi se escolarizando. A escola passou a ser o grande foco de ação, e os conteúdos teológicos passaram a ser ensinados dentro dos métodos pedagógicos ativos.

A igreja católica possuía uma clara proposta para que suas escolas se apropriassem das novas pedagogias, assim se diferenciarem das outras enquanto locus de formação, para que os pais ao escolherem as escolas para os filhos o fizessem pela formação católica e por estas escolas preocuparem-se com um ensino atualizado. Não era uma apropriação de métodos e técnicas de ensino por acreditar na qualidade ou na eficiência do mesmo, mas para se manter no mercado educacional. Desta maneira, a sociedade observaria como as escolas católicas e a disciplina de ensino religioso dentro das escolas públicas eram inovadoras e ao mesmo tempo preservava a tradição da sociedade pela via religiosa.

A organização proposta pela Cúria Metropolitana preocupava-se em controlar a efetividade do ensino religioso dentro das escolas e para tanto constituiu as delegadas do ensino religioso, as quais fiscalizavam as escolas observando como estava o ensino da religião católica dentro das instituições públicas de ensino, estabelecendo um rigoroso processo de vigilância, dos alunos e dos professores.

A Igreja se interessou pelas escolas públicas ao perceber que este seria um ótimo espaço para a realização do proselitismo religioso, o ensino primário tornava-se obrigatório para todas as crianças a partir dos sete anos, como a população pobre passaria obrigatoriamente pelos grupos escolares, este seria então o espaço que ela deveria se apossar. E ela consegue via as constituições, porém, ao analisarmos os relatórios do Grupo Escolar Almirante Barroso, entre os anos de 1942 a 1949, constatamos pelo número de alunos matriculados e alunos que fizeram a primeira comunhão, que a porcentagem de alunos que fizeram a primeira comunhão não chegava a 10% do total. Assim chegamos à conclusão que todo o investimento da igreja não se constituiu em um sucesso de conversão de alunos nas escolas públicas primárias no Estado de São Paulo para sua manutenção como a maior religião do Brasil.

O terceiro capítulo objetou entender quem eram os professores que ministravam o ensino religioso dentro das escolas públicas primárias em São Paulo e quais conteúdos e métodos de ensino foram aplicados no ensino desta disciplina escolar. Em 1934 a Cúria Metropolitana de São Paulo iniciou o primeiro curso de formação de professores para o ensino religioso, matricularam-se 341 alunas, todas mulheres, professoras dos grupos escolares da cidade de São Paulo, o curso teve duração de mais de quatro meses e apenas 120 professoras concluíram a formação.

Após este primeiro curso, só em 1937 a Cúria montou outro curso de formação de professores, neste os temas propostos forma dois, o primeiro foi o antigo testamento, destacando a história do Egito, Moises enquanto o grande libertador do povo hebreu, os dogmas da Igreja, princípios morais e o papel dos profetas dentro do cristianismo. O segundo tema apresentava um destaque para a história do cristianismo e a história da constituição do catolicismo enquanto religião ao longo do processo histórico.

Para trabalhar o conteúdo era proposto que as professoras deveriam observar as qualidades psicológicas das crianças e os defeitos que estas apresentavam, iniciar suas aulas desenvolvendo a fantasia das crianças, na sequência realizariam uma reflexão rápida e superficial sobre o tema estudado, trabalhando as temáticas de uma maneira isenta de preconceitos. Os métodos propostos eram; auditivos, intuitivo, misto e ensino pela liturgia.

As referências bibliográficas presentes no curso de formação de professoras catequistas da arquidiocese de São Paulo nos deram indicativos da maneira que a Igreja se inseriu no movimento de circulação internacional de modelos pedagógicos. Era um movimento que estava presente em São Paulo e em outros Estados da federação, como Minas Gerais.

As professoras que a Cúria Metropolitana almejava alcançar era as que já lecionavam as disciplinas seculares nos grupos escolares, porque estas ao lecionarem a disciplina de religião dariam maior credibilidade aos ensinamentos católicos, aparentando ser um componente curricular da escola como outro qualquer. As aulas deveriam ser ministradas dentro dos princípios da doutrina católica e das inovações do campo pedagógico.

Buscando apreender como se deu a busca de inserir a doutrina católica dentro dos princípios pedagógicos do século XX, realizamos o estudo de dois manuais didáticos voltados para a formação de professores e um livro de ensino para os alunos, sendo eles a “Pedagogia do Catecismo” de Monsenhor Negromonte, “Apontamentos do Catequista” do Padre Quinet e o livro de ensino Exercícios Práticos de Catecismo também do francês Padre Quinet.

Ao realizarmos as análises dos manuais escritos pelo brasileiro Negromonte e por Camille Quinet, padre francês, percebemos como estes manuais se inseriram no movimento de circulação internacional de modelos pedagógicos. Percebemos um alinhamento da pedagogia católica com a pedagogia moderna, que também era defendida pelos escolanovistas, o catolicismo ia incorporando os princípios da Pedagogia Moderna e no momento que a Cúria Metropolitana adota para as escolas públicas o catecismo de Quinet, ela se insere neste movimento internacional da Igreja. Da utilização de livros de catecismo que se colocavam dentro de métodos de ensino da escola ativa.

Quando iniciamos a pesquisa tínhamos a hipótese de que a Igreja Católica Apostólica Romana utilizou de sua forte influência política junto às classes dominantes e do conturbado momento político que representou a chegada de Getúlio Vargas ao poder, para se colocar como a instituição que iria realizar a formação moral da população, propiciando uma nova ordem social. Getúlio Vargas, objetivando o apoio da Igreja, ao criar o ministério da educação e saúde, convida

Francisco Campos, um mineiro, antiliberal e católico, árduo defensor do ensino religioso dentro das escolas públicas, para ser o primeiro ministro da educação no Brasil. A Igreja Católica tinha o desejo de inserir o ensino religioso nas escolas públicas primárias, por esta modalidade de ensino ter passado a ser obrigatória para a população, e ser este um espaço importante para ela poder ampliar seu número de fiéis e manter a sua hegemonia no Brasil. Para que Cúria Metropolitana de São Paulo efetivasse o Ensino Religioso dentro das escolas públicas, ela utilizou de suas experiências acumuladas nas escolas populares, pois, ela não tinha prática na educação da população pobre, historicamente sempre cuidou da educação da elite, sobretudo no ensino secundário. Partindo então de sua vasta experiência nas escolas populares desde o início do século XX, ela implementou uma proposta de ensino para as escolas públicas primárias do Estado de São Paulo.

Estávamos certos ao fazermos estas afirmativas, mas, é importante percebermos que a Igreja possuía um projeto mundial de ação catequética, que não era apenas para o Brasil, um movimento de apropriação das escolas públicas enquanto local de proselitismo religioso. Ao analisarmos os manuais de ensino para o aluno e para o professor fica evidente esta preocupação, pois, percebemos como se deu a circulação das propostas de ensino sobretudo entre a Europa e o Brasil. Havia diferenças na organização dos conteúdos teológicos, e nas formas de apresentação dos mesmos, como observamos nos manuais de Quinet e Negromonte, mas, a base teológica estava dentro do proposto no Catecismo de Trento e no Catecismo de São Pio X.

A Igreja inseriu o Brasil, e no caso específico de análise o Estado de São Paulo neste processo, para isso toda a articulação nacional por meio das ações políticas nas constituições e legislação em nível nacional. Em São Paulo a formação da diretoria do ensino religioso na Cúria Metropolitana e as ações de formação de professores. Finalizamos afirmando que foi uma vitória de cunho político, mas não foi completa, por não ter conseguido especificidades nos textos normativos que privilegiasse a religião católica. Em relação ao trabalho específico nas escolas pelos relatórios os números de alunos que realizaram a primeira comunhão foram muito pequenos, não passando de 10%. Todo este esforço serviu para a manutenção da Igreja no imaginário social brasileiro, e a naturalização de símbolos católicos na cultura brasileira.

Esta pesquisa abre novos caminhos, neste momento nosso foco de análise foi nas propostas da Cúria para a implementação do ensino religioso nas escolas públicas paulistas, analisando os documentos produzidos pela instituição, e apresentamos como se deu a apropriação dos métodos ativos pela Igreja por meio de manuais de ensino produzidos por intelectuais católicos. Agora é importante buscarmos entender como se efetivou a doutrina católica dentro das escolas públicas por meio do ensino religioso, outra questão de pesquisa que merece atenção está relacionada a maneira como a Igreja se apropriou das novas pedagogias em seus materiais de ensino nas escolas públicas no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JÚNIOR, A. **E a escola primária?** São Paulo: Nacional, 1959.

ARAUJO, Márcia Luiza Pires de. **A Escola da Frente Negra na cidade de São Paulo (1931 a 1937)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da USP, 2008.

AZEVEDO, Fernando de. **A educação na encruzilhada** (inquérito para o Jornal O Estado de São Paulo de 1926). São Paulo: Melhoramentos, 1937 [1960].

_____. A reconstrução educacional no Brasil: Manifesto dos pioneiros da educação nova. In: AZEVEDO, Fernando. **A educação entre dois mundos** – problemas, perspectivas, orientações. São Paulo: Melhoramentos, 1958. v. XVI (Obras completas de Fernando de Azevedo)

AZEVEDO, Larissa Marques de. CARVALHO, Vilma de. GOMES, Maria da Luz Barbosa. Walesca Paixão: Uma biografia a serviço da Enfermagem Brasileira. IN.: **Esc. Anna Nery Enfermagem**. 2009. Jan-mac; pgs 31 a 35. <http://www.scielo.br/pdf/ean/v13n1/v13n1a05.pdf> acesso em 06/12/2014.

BERNARDE, M.T.C.C. **Mulheres de Ontem? Rio de Janeiro século XIX**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.

BERNARDES. Artur. **Mensagem 1925 em Brasil Presidente. 1923 a 1926**, (A. Bernardes) Mensagens Presidenciais, Presidência Artur Bernardes 1923 – 1926, p. 333.(Brasília Câmara dos Deputados 1978, Documentos Parlamentares vol. 83)

BICCAS, Maurilane de Souza (2005). **“Nossos Concursos” e “A Voz da Prática”: a Revisto do ensino como estratégia de formação de professores em Minas Gerais (1925-1930)**. Cadernos de História da Educação. No. 4, jan./dez. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia.

BICCAS, M. S.; GARCIA, E. . Iniciativas católicas de alfabetização de meninos(as) operárias na Primeira República: o caso das escolas populares (1910-1926). In: **VIII Congresso Iberoamericano de Historia de laEducaciónLatinoamericana**, 2007, Buenos Aires. VIII Congresso Iberoamericano de Historia de laEducaciónLatinoamericana - Libro de remúmenes. Buenos Aires :Sociedad Argentina de Historia de laEducación, 2007.

_____. **O impresso como estratégia de formação**: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

BITTENCOURT, Circe M.F. Os problemas educacionais na Assembleia Nacional Constituinte de 1934. **Revista da FEUSP**, 1986.

_____. **Pátria, civilização e trabalho: O ensino de História nas escolas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Disciplinas Escolares: História e Pesquisa. In.: **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Org. Marcos Aurélio Taborda de Oliveira, Serlei Maria Fischer Ranzi. – Bragança Paulista: EDUSF, 2003. 366p.

_____. **Ensino de História Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 4024/61 Brasília: 1961.

BURKE, Peter , BRIGGS, Asa. **Uma história social da Mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CAMPOS, Francisco. A Reforma da Constituição, **A União**, ano XVI, n. 43, 28 de maio de 1925, p.1.

CARVALHO, M.M. C. Uso do impresso nas estratégias católicas de conformação do campo doutrinário da pedagogia (1931-1935). **Cadernos da ANPED** – n. 1. Belo Horizonte. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 1989.

_____. **A escola e a República**. São Paulo; Brasiliense. 1989.

_____. O novo, e o velho e o perigoso: relendo A Cultura Brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 71, p. 29 – 35. Nov. 1989.

_____. **A Escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CATANI, Denice Bárbara e BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.) (2002). **Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras.

CATANI, Denice Bárbara. (2003). **Educadores à meia-luz. Um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902 – 1918)**. Bragança Paulista: EDUSF.

CATECISMO ROMANO. **Nova Versão Portuguesa Baseada na edição autêntica de 1566**. Por Frei Leopoldo Pires Martins, O. F. M. Serviço de Animação Eucarístico Mariano: Anápolis – Goiás – Brasil.

CATELLI, Rosana. Práticas Femininas da Memória Paulista: Uma Leitura da Correspondência dos Pacheco e Chaves. In.: **Cadernos Pagu** (8/9) 1997: pp.249-277. <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1884> - acesso em 14/12/2015

CATROGA, Fernando. **Reformas da instrução pública**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 225-253.

_____. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. **Entre deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica**. 2ª edição. (O tempo e a norma). 2010.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **A Escrita da história**/Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes ;*revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: Reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, 2, pp. 177-229., 1990.

_____. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, v.2, p.107-118, dez. 1990/abr, 1991.

CHERVEL, André; e COMPÈRE, Marie-Madeleine. 1999. As humanidades no ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, 25, n.2, p.147-170., jul./dez, 1999.

_____. Notas de lugar nenhum: sobre os primórdios da escolarização moderna. **Revista Brasileira de História da Educação**, 1, jan./jun., pp. 45-73, 2001.

CHOPPIN. Alan. O historiador e o livro escolar. In.: **História da Educação**. ASPHE / FAE/UFPeL. Pelotas (11): 5 a 24, Abril de 2002.

_____. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, n.3, p.549-571, set./dez., 2004.

COSTA, Célio Juvenal E MARTINS Flat James de Souza. Análise História, Religiosa e Educacional sobre o Catecismo do Santo Concílio de Trento. In.: **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano II, n. 6, Fev. 2010

CUNHA, L. A. & FERNANDES, V. Um acordo insólito: ensino religioso sem ônus para os poderes públicos na primeira LDB. In.: **Educação e Pesquisa**, v.38, n.4, 2012.

CURY, Carlos R. Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1988.

_____. **A educação na revisão constitucional de 1925-1926**. Bragança Paulista: EDUSF, 1996.

_____. A educação como desafio na ordem jurídica. In: LOPES, Eliane Marta T., FARIA F., Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000a , p. 567 – 584.

_____. Um olhar sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova de 1932. In: XAVIER, Maria do Carmo etall (orgs.) **Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate**. Rio de Janeiro: FGV; Belo Horizonte: FUMEC, 2002, p. 113-146.

DINIZ, Débora & CARRIÃO Vanessa & LIONÇO Tatiana. **Laicidade e ensino religioso no Brasil**. Brasília: UNIESCO: Letras Livres: EdUnb, 2010.

FARIA FILHO, L. M. de.; VIDAL, Diana. G.Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.14, p. 19-34, maio/ago, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 5ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, Fundação Desenvolvimento da Educação, 1997.

_____. **História Concisa do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FÁVERO, Osmar (org.) **A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)**. Campinas: Autores Associados, 1996.

FORQUIN, J. C. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria & Educação**, 5, p. 37, 1992.

_____. **Escola e cultura**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FREITAS, M.C.; BICCAS, M.S. **História social da educação no Brasil (1926 – 1996)**. São Paulo, Editora Cortez, 2009.

GIMENO-SACRISTAN, J. **O Currículo**. Uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918)** Belo Horizonte: Autêntica / FCH-FUMEC, 2006.

GOODSON, Ivor. Tornando-se uma matéria acadêmica: Padrões de explicação e evolução. **Teoria & Educação**, n. 2, p. 230-254, 1990.

_____. **Currículo: Teoria e História**. Petrópolis: Vozes, p. 7-13, 1995.

_____. **O Currículo em Mudança**. Lisboa, PT: Porto Editora, 2001.

_____. **As políticas de currículo e de escolarização: abordagens históricas**. Trad. Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GREEN, Bill, BIGUN, Chris. Alienígenas na sala de aula. In Silva, Tomaz Tadeu da (org.) **Alienígenas na sala de aula. Uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

HAMILTON, David. Sobre as origens dos termos classe e curriculum. **Teoria & Educação**, 6, pp. 33-52, 1992.

_____. David, 2001. Notas de lugar nenhum: sobre os primórdios da escolarização moderna. **Revista Brasileira de História da Educação**, jan/jun, nº.1, p.45-73, 2001.

HÉBRARD, Jean. Notas sobre o ensino das ciências na escola primária (França, séc XIX e XX). **Contemporaneidade e Educação** - Temas de história da educação, v. 7, 1º sem., p. 111-126, 2000.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Thomson Editora, 2003.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia; regime autoritário e a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

_____. José Silvério. A I conferência nacional de educação ou de como monologar sobre educação na presença de educadores. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) **Capanema: o ministro e seu ministério**. Bragança Paulista e Rio de Janeiro: EDUSF/Editora FGV, 2000, p. 143-172.

IGLESIAS, Francisco. **Trajetória política do Brasil: 1500 – 1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JULIA, Dominique. Acultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, jan/jun2001, nº 1, p.9-43, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: **Contribuição à semântica dos tempos históricos**; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

LARROUSE CULTURAL. **Nova Enciclopédia** . Volume 20 pag. 4850. Nova cultura LTDA. São Paulo – 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2000.

LEÃO, Antonio Carneiro. Os deveres das novas gerações. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.) **À margem da história da república**. [1924]. Brasília:UNB, 1981, v. 2, p. 19-30.

LOURENÇO FILHO, Manuel B. **Introdução ao estudo da escola nova**. 12ª ed. São Paulo: Melhoramentos, [1929] 1978.

MANACORDA, Mario A. 2004. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. 11. ed. São Paulo: Cortez.

MONARCHA, Carlos (1997). Lourenço Filho e a Bibliotheca de Educação. In: MONARCHA, C. (org.). Lourenço Filho: outros aspectos, mesma obra. Campinas: Mercado de Letras; Marília/UNESP.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. 5ª, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

_____. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo, Fundação Editora da Unesp, 1999.

MARTINEZ, Bernabé Bartolomé. El catecismo como género didáctico. In.: **Historia Ilustrada del Libro Escolar enEspanã. Del AntiguoRégimen a la Segunda República**. FundaciónGermán Sanchez Ruipérez, 1997.

MORÃES, C.S.V. **A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo**. Bragança Paulista: EDUSP, 2003.

NEGROMONTE, Alvaro (padre). **A Pedagogia do Catecismo**. 3ª edição.Livraria José Olímpio Editora, RJ/SP, 1950.

NUNES, Clarice e CARVALHO, Marta. **Historiografia da Educação e fontes**. Cadernos ANPEd, nº 5, set. 1993.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A Educação da Assembleia Constituinte de 1946. In.: **A Educação nas Constituições brasileiras 1823 – 1988**. Osma Fávoro (org.) – 2 edição, Campinas Sp: Autores Associados, 2001.

_____.Taborda de; Ranzi, Serlei M. F. (orgs). **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança paulista: EDUSF, 2003.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. A Biblioteca da catequista: vestígios da circulação internacional de modelos pedagógicos nas leituras prescritas para as professoras católicas. In.: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 58, p. 210-229, set2014 – ISSN: 1676-2584.

_____.Monsenhor Álvaro Negromonte, o silêncio das fontes e o campo religioso. In.:

<http://www2.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/162EvelyndeAlmeidaOrlando.pdf> acesso 22/11/2015

PINHEIRO, Ana Regina. Instrução do povo sob a proteção do catolicismo – militância docente e a expansão da escolarização em São Paulo. In.: **Rev. bras. hist. educ.**, Maringá-PR, v. 15, n. 2 (38), p. 193-219, maio/ago. 2015.

QUINET. Abbé. **Aos catequistas sacerdotes e leigos, Apontamentos do catequista** – II Graça e Sacramento. Petrópolis, RJ - I edição, Editora Vozes. 1937.

_____.**Aos catequistas sacerdotes e leigos, Apontamentos do catequista** – III Moral. Petrópolis, RJ - I edição, Editora Vozes. 1940.

_____.**Exercícios práticos de catecismo:para uso de todas as dioceses**. Segunda parte. São Paulo Oficinas Gráficas da “AVE MARIA” 1940.

_____.**Exercícios práticos de catecismo:para uso de todas as dioceses**. Segunda parte. São Paulo Oficinas Gráficas da “AVE MARIA” 1940.

_____.**Aos catequistas sacerdotes e leigos, Apontamentos do catequista** – I Dogma. Rio de Janeiro – São Paulo. II edição, Editora Vozes. 1948.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. Campinas: Autores Associados, 2000.

SACRISTAN, G. Materiales y textos: contradicciones de la democracia cultural. In GARCIA MINGUEZ, J.; BEAS MIRANDA (orgs.) **Libro de texto y construccion de Materiales Curriculares**. Granada: ProjectosSur, 1996.

SANTOS, Geralda Fortina dos. CALDEIRA, Valda da Penha e MOREIRA, Sabrina Antonieta. A inserção de Waleska Paixão na Enfermagem. In.: **Esc. Anna Nery Enferm.** **2010**. Abr-Jun; 14 (2) pgs 268 a 274). <http://www.scielo.br/pdf/ean/v14n2/08.pdf> acesso em 06/12/2015.

SÃO PAULO, Secretaria da Educação e Saúde Pública. Código de Educação do Estado de São Paulo. Decreto n. 5.884, 21 de abril de 1933. In.: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html> - acesso em 08 de agosto de 2015.

SÃO PAULO (Estado). Anuário de Ensino do Estado de São Paulo, correspondentes aos anos de 1924-25, 1934-35, 1936-7. São Paulo, Tipografia Siqueira

SAVIANI, Demeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. Ed. Ver. E ampl – Campinas, SP: autores Associados, 2008.

SCHUARTMAN, S. **Tempos de Capanema**. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp/Paz e Terra, 1984.

SOUSA, Cynthia Pereira. Saúde, educação e trabalho de criança e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) **Capanema: o ministro e seu ministério**. Bragança Paulista: EDUSF ; Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008. – (Biblioteca básica da história da educação, v. 2)

SZTUTMAN, Tania. **Ensino de História no primário: depoimentos de ex-alunos do período de 1930 a 1960**. Dissertação (Mestrado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) 2014.

TANURI, Leonor Maria. **Contribuições para o estudo da Escola Normal brasileira**. 1969. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo. (mimeo)

_____. História da formação de professores. In.: **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago2000 Nº 14. (pgs 61 – 89)

TOLEDO, Maria Rita de A. (2001). **Coleção Atualidades pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tese (doutorado)

VALDEMARIN, Vera Teresa. **História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus métodos de uso**. São Paulo: Cortez editora, 2010.

VEIGA, Cynthia Greive. Manifesto dos pioneiros de 1932: o direito biológico à educação e a invenção de uma nova hierarquia social. In: XAVIER, Maria do Carmo etalli (orgs.) **Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate**. Rio de Janeiro: FGV e Belo Horizonte: FUMEC, 2002.

_____. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VICENTINI E LUGLI, Paula Perin e RosarioGenta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica da história da educação brasileira; v.4)

VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. Projetos e estratégias de implementação da escola nova na capital do Brasil (1922-1935). In. MAGALDI, Ana Maria de Mello; et al (org.). **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p.375-398.

VIDAL, Diana; FARIA FILHO, Luciano Mendes. A escolarização no Brasil: cultura e história da educação. In: GVIRTZ & BEECH. **Going to school in Latin America**. Greenwood Publishing Group, 2007.

VIEIRA. Cleber Santos. **Entre as coisas do mundo e o mundo dos livros: prefácios cívicos e impressos escolares no Brasil Republicano**. Tese de doutorado/USP, São Paulo, 2008.

VIÑAO-FRAGO, Antonio. 1996. Culturas Escolares, Reformas e Innovaciones entre latradición y el Cambio. In: **VII Jornadas EstatalesForumEuropeo de Administradores de laEducación**. Murcia: ForumEuropeo de Administradores de laEducación de laRegión de Murcia.

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO METROPOLITANO DOM DUARTE LEOPOLDO E SILVA. **Reportagens de Jornal: O ensino religioso nas escolas publicas do Estado.** Arquivo de São Paulo, volume 1. 1934.

ARQUIVO METROPOLITANO DOM DUARTE LEOPOLDO E SILVA. **Reportagens de Jornal: Regulamentado o ensino religioso nas escolas.** Arquivo de São Paulo, volume 1. 1934.

ARQUIVO METROPOLITANO DOM DUARTE LEOPOLDO E SILVA. **Acta do encerramento das aulas do Curso de Religião na Cúria Metropolitana.** Arquivo de São Paulo, volume 1. 1934.

ARQUIVO METROPOLITANO DOM DUARTE LEOPOLDO E SILVA. **Programa - Convite.** Arquivo de São Paulo, volume 1. 1934.

ARQUIVO METROPOLITANO DOM DUARTE LEOPOLDO E SILVA. **Relatório do Curso de Religião da Cúria Metropolitana.** Arquivo de São Paulo, volume 1. 1934.

ARQUIVO METROPOLITANO DOM DUARTE LEOPOLDO E SILVA. **Diretoria Arquidiocesana do Ensino Religioso.** Arquivo de São Paulo, volume 1. 1935.

ARQUIVO METROPOLITANO DOM DUARTE LEOPOLDO E SILVA. **Sagrada Congregação do Concílio.** In.: Diretoria Arquidiocesana do Ensino Religioso. Arquivo de São Paulo, volume 1. 1935.

ARQUIVO METROPOLITANO DOM DUARTE LEOPOLDO E SILVA. **Circular ao Revdmo. Clero.** Arquivo de São Paulo, volume 1. 1935.

ARQUIVO METROPOLITANO DOM DUARTE LEOPOLDO E SILVA. **Escolas de Formação de Catechética.** Arquivo de São Paulo, volume 1. 1937.

ARQUIVO METROPOLITANO DOM DUARTE LEOPOLDO E SILVA. **Carta confidencial sobre votação da LDB.** Arquivo de São Paulo, volume 1. 1937.

ARQUIVO METROPOLITANO DOM DUARTE LEOPOLDO E SILVA. **Relatório Ensino Religioso: Directoria Archidiocesana do Ensino Religioso.** Arquivo de São Paulo, volume 1. 1937.

ARQUIVO METROPOLITANO DOM DUARTE LEOPOLDO E SILVA. **Programa do Ensino Religioso da Arquidiocese de São Paulo.** Arquivo de São Paulo, volume 1. 1952.

ARQUIVO METROPOLITANO DOM DUARTE LEOPOLDO E SILVA. **Folha Catequética: Suplemento de: O Seminário.** Arquivo de São Paulo, volume 1. 1954.

ARQUIVO METROPOLITANO DOM DUARTE LEOPOLDO E SILVA. **Relatório do Instituto de Ensino Catequético.** Arquivo de São Paulo, volume 1. 1956.

ARQUIVO METROPOLITANO DOM DUARTE LEOPOLDO E SILVA. **Relatório Geral do Instituto de Ensino Catequético.** Arquivo de São Paulo, volume 1. 1958.

ARQUIVO METROPOLITANO DOM DUARTE LEOPOLDO E SILVA. **Comissão Executiva do Movimento Pró Liberdade de Ensino.** Arquivo de São Paulo, volume 1. 1960.

ARQUIVO METROPOLITANO DOM DUARTE LEOPOLDO E SILVA. **Projeto de Diretrizes e Bases da Educação.** Arquivo de São Paulo, volume 1. 1960

ARQUIVO METROPOLITANO DOM DUARTE LEOPOLDO E SILVA. **Curso de Formação Religiosa Catequistas.** Arquivo de São Paulo, volume 1. Sem data.

ARQUIVO METROPOLITANO DOM DUARTE LEOPOLDO E SILVA. **Inspetoria Arquidiocesana nas Escolas (Relatórios) Grupo Escolar Almirante Barroso – Jabaquara.** Arquivo de São Paulo, volume 1. 1942 - 1949.